

Org. Jader Silveira

SOCIEDADE em FOCO

Explorando as Ciências Sociais

v3
2025



Org. Jader Silveira

SOCIEDADE em FOCO

Explorando as Ciências Sociais

v3
2025



© 2025 – Editora Ópera

www.editoraopera.com.br

editoraopera@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Ópera

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587s Sociedade em Foco: Explorando as Ciências Sociais - Volume 3
/ Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora
Ópera, 2025. 148 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-85284-36-3
DOI: 10.5281/zenodo.15866781

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Estudo e ensino. I. Silveira,
Jader Luís da. II. Título.

CDD: 300.7
CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraopera.com.br
editoraopera@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraopera.com.br/2025/07/sociedade-em-foco-explorando-as.html>



AUTORES

**Adriana Manrique Tomé
Antonio Jorge Fernandes
Bruna Völz Baraldi
Carlos Vladimir Da Frota
Carolina Pinz Medronha
Clayton Costa Da Silva
Diuliana Leandro
Elaine Cristina L. Sena
Joama Silva Diniz
Jones Bittecourt Machado
José Moisés Nunes da Silva
Josefa Liane Ataliba Teixeira
Luciara Bihalva Corrêa
Maele Costa Dos Santos
Márcio Francisco Denzer Krüger
Matheus de Oliveira e Silva
Nilton Soares Formiga
Rafael Tarcisio da Silva
Rafaela De Sousa Andrade Plutarco
Samira Celeste Rocha De Souza
Vivianne Souza de Oliveira Nascimento
Willian César Nadaleti**

APRESENTAÇÃO

No cerne da complexidade humana, encontramos uma teia intrincada de relações, comportamentos e estruturas que moldam a sociedade em que vivemos. As Ciências Sociais emergem como o prisma através do qual essa teia pode ser observada, analisada e, em certa medida, compreendida. "Sociedade em Foco: Explorando as Ciências Sociais" aborda os mecanismos subjacentes à vida em sociedade.

Desde tempos imemoriais, o ser humano tem buscado entender a si mesmo e aos seus semelhantes. As questões relacionadas à identidade, pertencimento, poder e transformação sempre estiveram no epicentro das reflexões humanas. Contudo, é somente através de uma abordagem científica que podemos vislumbrar respostas fundamentadas, despidas de preconceitos e baseadas em evidências.

A relevância das Ciências Sociais na atualidade não pode ser subestimada. Em um mundo cada vez mais interconectado e complexo, compreender as dinâmicas sociais torna-se imperativo para forjar caminhos sustentáveis e equitativos para o futuro. "Sociedade em Foco" serve como uma bússola, orientando-nos na navegação pelos intrincados labirintos da condição humana.

Esperamos que esta obra sirva como um catalisador para diálogos construtivos, descobertas enriquecedoras e, acima de tudo, para uma compreensão mais profunda e empática do mundo que habitamos.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MULHERES MIL <i>José Moisés Nunes da Silva; Rafael Tarcisio da Silva</i>	08
Capítulo 2 OS IMPACTOS DOS ESTEREÓTIPOS SOCIAIS NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PROBLEMAS PSICOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS <i>Matheus de Oliveira e Silva</i>	27
Capítulo 3 TRABALHO, APOSENTADORIA E PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE DO PAPEL SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO <i>Adriana Manrique Tomé; Nilton S. Formiga</i>	49
Capítulo 4 BEM-ESTAR NO SETOR PÚBLICO: O PAPEL DO SUPORTE ORGANIZACIONAL E DO CAPITAL PSICOLÓGICO NA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO HÍBRIDO E PRESENCIAL <i>Clayton Costa Da Silva; Nilton S. Formiga; Antonio Jorge Fernandes; Samira Celeste Rocha De Souza; Elaine Cristina L. Sena; Carlos Vladimir Da Frota; Rafaela De Sousa Andrade Plutarco</i>	81
Capítulo 5 PROJETO CAIXA DO CONHECIMENTO: COMPARTILHANDO O SABER E A CULTURA <i>Márcio Francisco Denzer Krüger; Maele Costa Dos Santos; Bruna Völz Baraldi; Diuliana Leandro; Luciara Bihalva Corrêa; Jones Bittencourt Machado; Carolina Pinz Medronha; Willian César Nadaleti</i>	103
Capítulo 6 ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DESAFIO A ENFRENTAR <i>Joama Silva Diniz; Josefa Liane Ataliba Teixeira; Vivianne Souza de Oliveira Nascimento</i>	123
AUTORES	144



Capítulo 1

***TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MULHERES MIL***

José Moisés Nunes da Silva

Rafael Tarcisio da Silva

TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MULHERES MIL

Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva

Docente titular do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, atuando como professor de Matemática nos cursos técnicos e licenciaturas e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (2004). Licenciado em Matemática (1985) e Bacharel em Ciências Contábeis (1992) pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Auditoria (1995) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade EJA pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (2010). E-mail: moises.silva@ifrn.edu.br

Rafael Tarcisio da Silva

Policial Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Licenciado em História (UFRN), Bacharel em Direito (UERN), Tecnólogo em Serviços Jurídicos e Notariais (UNIASSELVI), Especialista em Direito do Trabalho (FAVENI), Especialista em Docência no Ensino de História (FACUMINAS).

RESUMO

O capítulo analisa a fase de tomada de decisão no ciclo das políticas públicas a partir da experiência do Programa Mulheres Mil (PMM), compreendendo que esse processo não ocorre de maneira neutra ou linear, mas é influenciado por fatores históricos, políticos e sociais. Para isso, adota-se o conceito de *détour*, como caminho necessário para acessar a essência dos fenômenos, e utiliza-se como referencial o método materialista histórico-dialético, com destaque para as categorias contradição e historicidade. A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, e propõe uma leitura crítica da trajetória do PMM, identificando quatro momentos decisórios fundamentais: (1) a parceria

entre Cefets e Niagara College (2005/2006); (2) a criação do Projeto Mulheres Mil (2007); (3) a institucionalização como política pública por meio da Portaria MEC nº 1.015/2011; e (4) a integração ao Pronatec (2013). Cada fase é analisada a partir dos modelos de tomada de decisão propostos por Wu et al. (2014): racional, incremental e lata de lixo. A análise demonstra que, inicialmente, as decisões foram fundamentadas em diagnósticos e experiências concretas, voltadas à inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Com o tempo, no entanto, o Programa passou a ser moldado por interesses conjunturais, políticos e econômicos, afastando-se de seus objetivos originais. A integração ao Pronatec marca um ponto de inflexão, evidenciando a captura do PMM por agendas assistencialistas e pela lógica de mercadorização da educação. Conclui-se que a tomada de decisão em políticas públicas é um campo de disputas simbólicas e materiais, onde a qualidade das decisões impacta diretamente na efetividade da política.

Palavras-chave: Políticas públicas. Tomada de decisão. PMM. Contradição; Historicidade.

ABSTRACT

This chapter analyzes the decision-making phase within the public policy cycle based on the experience of the *Programa Mulheres Mil* (Women's Thousand Program – PMM), recognizing that this process is neither neutral nor linear, but shaped by historical, political, and social factors. To this end, the concept of *détour* is adopted as a necessary path to access the essence of phenomena, and the historical-dialectical materialist method is used as the theoretical framework, with emphasis on the categories of contradiction and historicity. The research is based on bibliographic and documentary analysis and proposes a critical reading of the PMM's trajectory, identifying four key decision-making moments: (1) the partnership between Cefets and Niagara College (2005/2006); (2) the creation of the *Projeto Mulheres Mil* (2007); (3) its institutionalization as a public policy through MEC Ordinance No. 1.015/2011; and (4) its integration into the Pronatec program (2013). Each stage is examined through the decision-making models proposed by Wu et al. (2014): rational, incremental, and garbage can. The analysis shows that initial decisions were based on concrete diagnoses and experiences aimed at the inclusion of socially vulnerable women. Over time, however, the program became shaped by conjunctural, political, and economic interests, drifting away from its original goals. The integration into Pronatec marks a turning point, revealing the PMM's capture by assistentialist agendas and the commodification of education. It is concluded that decision-making in public policy is a field of symbolic and material disputes, where the quality of decisions directly affects policy effectiveness.

Keywords: Public policy. Decision-making. PMM. Contradiction. Historicity.

INTRODUÇÃO

Compreender um objeto de estudo demanda esforços em vários sentidos, tais como observação, reflexão e criticidade dos elementos constitutivos. Nessa perspectiva, analisar a fase de tomada de decisão em políticas públicas, necessita da inteligibilidade dos elementos que a compõe, partindo da premissa que existem vetores internos e externos que são inerentes à fase citada.

No presente trabalho, a realização da tarefa supracitada terá como uma das referências o conceito de *détour* (desvio), que é o caminho necessário para se chegar à compreensão da essência dos fenômenos, em oposição à aparência superficial. Isto porque a realidade não se apresenta diretamente aos homens, requerendo um processo de reflexão e análise para se atingir a verdade (Kosik, 2011).

Nesse sentido, ao adotar caminhos alternativos – sem, contudo, comprometer a inteligibilidade do objeto de estudo –, o pesquisador deve ir além da aparência imediata do fenômeno, visando alcançar seus elementos essenciais, aqueles que de fato o constituem em sua totalidade.

A partir da compreensão dos elementos mencionados, o estudo tem por objetivo analisar as dinâmicas da fase de tomada de decisão no contexto do Programa Mulheres Mil (PMM), abordando as categorias *contradição* e *historicidade*, do método Materialista Histórico-Dialético, as quais permitirão aprofundar a análise dos mecanismos que estruturam o processo decisório, ao mesmo tempo em que evidenciarão os condicionantes históricos, políticos e sociais que impactam esse processo.

Para Rocha e Silva (2021) ao analisarem o PMM como uma política pública de educação e trabalho para mulheres asseveram que:

[...] O direito à educação se une ao do trabalho e se reveste de caráter fundamental e social. A educação formal deveria ser efetivada pelo Estado no universo escolar para todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sexo, gênero ou condição social. Caberia, então, a cada ente federativo analisar a situação de sua localidade para assegurar o direito à educação e ao trabalho, assim como direito à vida e à transformação social (Rocha e Silva, 2021, p.3).

Para cumprir o objetivo a que se propõe, o presente trabalho ~~precisar~~ realizará um *détour* por caminhos que conduzem a outros elementos que interferem diretamente no objeto, a fim de se ter uma visão holística da fase das políticas públicas em comento.

Esse *détour* buscará a aproximação do conceito de política pública, do esclarecimento de suas finalidades e dos atores e modelos envolvidos no processo decisório.

No que se refere às categorias de conteúdo, as políticas públicas e a tomada de decisão formarão o eixo central da análise, sendo abordadas de maneira a contribuir para a construção de uma leitura crítica do PMM, entendendo-o como uma expressão concreta das disputas e contradições presentes no campo das políticas públicas no contexto brasileiro.

Ademais, será realizada uma análise de natureza bibliográfica, com base em autores que discutem a temática, e documental, apoiando-se na Constituição Federal de 1988, na Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, que criou o PMM, nos Planos de Projetos de Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (Cefet-RN) dos anos de 2005 e 2006, entre outros.

A pesquisa bibliográfica terá como propósito fundamentar teoricamente as categorias de análise, enquanto a pesquisa documental permitirá examinar normativos, relatórios institucionais e demais registros que contribuam para a elucidação dos processos e dinâmicas que envolvem a tomada de decisão em políticas públicas, com especial atenção ao PMM.

Este capítulo está estruturado em quatro seções principais. A primeira aborda os fundamentos das políticas públicas. A segunda discute os conceitos e disputas em torno das finalidades das políticas públicas. A terceira trata dos modelos e atores envolvidos na tomada de decisão em políticas públicas. Por fim, a quarta seção, onde se analisa momentos de tomada de decisão no PMM (quanto política pública), desde os primeiros Cursos de Formação Continuada (FIC) oriundos da pactuação entre o CEFET-RN e o *Niagara College* até o relançamento do Programa em 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS: ALÉM DO CONCEITO, AS DISPUTAS.

O título da subseção constitui uma provocação intencional: convida o leitor a adotar um olhar que, embora inicialmente direcionado ao conceito de políticas públicas, ultrapasse seus limites formais para apreender o processo de construção de cada componente necessário à materialização do que está previsto em leis, decretos e portarias. Trata-se de compreender não apenas a formulação normativa, mas também o complexo processo de operacionalização existente na fase em comento, indispensáveis à

concretização de iniciativas destinadas à efetivação dos direitos sociais e à promoção do atendimento às necessidades da população.

Como primeiro elemento do *détour* necessário à compreensão do objeto deste estudo – a tomada de decisão em políticas públicas –, é imprescindível estabelecer uma aproximação conceitual e analítica sobre o tema. Políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações, programas e diretrizes formuladas e implementadas pelo Estado com o objetivo de intervir em determinada realidade social, assegurando a concretização de direitos coletivos ou individuais, alinhadas as demandas da sociedade, e que constituem uma forma de materialização de direitos (Estevão; Ferreira, 2018). Em complemento, os pesquisadores afirmam:

[...] As políticas públicas são, assim, instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre o Estado e a sociedade. Não há, entretanto, certeza de que os direitos sociais sejam efetivados, pois tudo irá depender da maior ou menor representatividade que cada segmento representado possui (Estevão; Ferreira, 2018, p.05).

As políticas públicas são permeadas por uma complexidade de elementos e interesses, resultantes de intensas disputas político-partidárias (envolvendo grupos de esquerda, direita, centro, entre outros), assim como das tensões entre classes sociais, interesses particulares e objetivos institucionais. Esses fatores exigem, muitas vezes, um esforço de harmonização, para que a implementação efetiva de tais políticas seja viável. Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica é a criação da Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que estabelece um piso salarial para os profissionais de enfermagem no Brasil.

Embora esta norma represente um avanço na valorização da categoria (enfermagem), sua trajetória foi marcada por intensas disputas políticas (especialmente entre partidos de direita e esquerda), ações judiciais movidas pela iniciativa privada e manifestações contrárias de entes federativos, como Estados e municípios. A resolução da questão só ocorreu quando o Governo Federal se comprometeu a subsidiar uma parte significativa dos custos da implementação da lei, evidenciando a necessidade de uma mediação por parte do Estado centralizador, que buscou mitigar os impactos financeiros sobre os entes subnacionais.

Esse exemplo é apenas um capaz de demonstrar como as políticas públicas, mesmo voltadas para o benefício de categorias específicas, com apoio popular, podem ser fonte de grandes conflitos, expondo as dificuldades enfrentadas na implementação de ações estatais no sentido de concretização de direitos.

As políticas públicas não se resumem a decisões técnicas ou administrativas, elas são o produto de um processo complexo que envolve atores diversos, interesses conflitantes, relações de poder e estruturas históricas. Assim, pensar em políticas públicas exige compreender o Estado não como uma entidade neutra, mas como espaço de embates entre diferentes grupos sociais – alguns com mais capacidade de influência que outros.

Para reforçar esse entendimento, destacamos que a forma de governança instaurada no Regime Militar no Brasil, que perdurou entre 1964 e 1985, gerou uma névoa densa sobre os direitos dos cidadãos e promoveu uma unilateralidade nas decisões sobre as políticas públicas. O debate público foi silenciado, e a percepção das demandas da população ficou distorcida pela miopia e o astigmatismo presentes no olhar não reflexivo dos governantes militares, que estavam mais preocupados em preservar o poder e garantir o controle social.

Com o fim do período mencionado e a promulgação da Constituição Federal de 1988, após intensos debates e negociações, a Carta Magna consolidou uma série de direitos fundamentais do cidadão, entre os quais estão os direitos sociais – educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados –, que foram formulados com o objetivo de garantir aos indivíduos o acesso a condições mínimas para o atendimento de suas necessidades básicas. Esses direitos visam promover a justiça social e assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, possam usufruir de um padrão digno de vida. Além disso, a Constituição Federal de 1988 preceitua, no parágrafo único, do Art. 6º:

Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Brasil, 1988).

Esse aspecto reconhece as necessidades de significativa parte da população brasileira, em especial àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que tem no serviço público a única forma de atendimento de suas demandas. Nesse contexto, as políticas públicas visam à materialização dos direitos estabelecidos na Carta Magna.

Compreender a finalidade das políticas públicas – uma obrigação legal imposta constitucionalmente ao Estado brasileiro constitui o segundo elemento do *détour* necessário para apreender a complexidade do processo de tomada de decisão nesse campo. Essas políticas têm como objetivo atender às necessidades fundamentais da população, promover o bem-estar coletivo, garantir direitos fundamentais e contribuir para a redução das desigualdades sociais. De um lado, assegura aos indivíduos o direito de exigir do Estado sua concretização, inclusive por meio de ações judiciais. De outro, impõem ao Estado o dever de garantir seu pleno acesso, por meio da formulação e execução de políticas públicas eficientes e eficazes.

As políticas públicas são decorrentes da busca do gestor público eleito em efetivar obrigações estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, e dentro dos limites e possibilidades permitidos pelo direito público, respeitando a imparcialidade da política, ou seja, a não vinculação a uma sigla partidária, agente público ou qualquer outra coisa da mesma natureza.

Ao traduzir os princípios constitucionais em ações concretas, essas políticas públicas devem visar à justiça social, assegurando a universalização do acesso aos bens e serviços fundamentais supramencionados. O Estado, ao materializar essas garantias, busca atender as necessidades básicas do cidadão, favorecendo uma distribuição equitativa dos recursos e oportunidades.

ATORES E MODELOS NA TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

O ciclo de políticas públicas é um modelo analítico que organiza o processo de formulação e gestão de políticas em etapas sucessivas, permitindo compreender como problemas sociais se transformam em ações governamentais. Embora o processo real seja muitas vezes não linear e permeado por disputas políticas, o ciclo oferece uma estrutura útil para descrever as principais fases da ação pública e os atores envolvidos em cada uma delas.

O ciclo é tradicionalmente dividido em cinco fases: (1) Definição da agenda, momento em que certos problemas ganham atenção política e são reconhecidos como prioritários; (2) Formulação da política, em que são debatidas e desenhadas possíveis soluções, levando em conta critérios técnicos, políticos e econômicos; (3) Tomada de decisão, quando uma alternativa é oficialmente adotada; (4) Implementação, fase de

execução das medidas propostas pelas instituições responsáveis; e (5) Avaliação, em que os efeitos da política são analisados para verificar sua eficácia e orientar ajustes futuros (Wu et al. 2014).

Esse modelo contribui para identificar aspectos importantes das políticas públicas, fatores que influenciam cada etapa e os espaços de atuação dos diferentes atores estatais e não estatais, sendo uma ferramenta útil tanto para a compreensão teórica quanto para a prática da gestão pública.

É na fase de tomada de decisão do ciclo das políticas públicas, em que se escolhe, entre diferentes alternativas possíveis, a resposta institucional que o Estado adotará frente a um problema coletivo. De acordo com Wu et al.:

[...] A tomada de decisão é a fase de criação de políticas públicas que envolve a seleção de um curso de ação a partir de uma gama de opções, incluindo a de manter o status quo. Não é sinônimo de todo o processo de criação de políticas, embora por vezes seja discutida como se fosse. A tomada de decisão é distinguível da definição de agenda e da formulação de políticas, por exemplo, tanto nas principais características das tarefas, como no intervalo mais estreito dos principais atores envolvidos. Ela também é de âmbito mais abrangente do que a adoção de políticas, pois a última só enfoca o passo final no processo de tomada de decisão para determinadas políticas e tende a ignorar os processos que levam à adoção de uma política pública nova ou revista (Wu et al., 2014, p.77-78).

A tomada de decisão constitui, pois, um momento crucial no ciclo das políticas públicas, caracterizado pela deliberação do Estado, com base em informações técnicas, políticas e sociais, sobre a manutenção, a alteração ou a descontinuação de uma política existente. Longe de ser um processo puramente técnico ou neutro, a decisão incorpora a consideração de múltiplos vetores – interesses políticos, restrições orçamentárias, pressões sociais, avaliações de eficácia e prioridades institucionais – que buscam orientar a escolha da alternativa mais adequada ao contexto e aos objetivos públicos.

Essa etapa é marcada por alta complexidade, e possui modelos explicativos e a atuação de múltiplos atores institucionais e sociais. Segundo Wu et al. (2014), três modelos principais podem ser utilizados para compreender os processos decisórios: o modelo racional, o modelo incremental e o modelo da lata de lixo. Em síntese, o modelo racional propõe que decisões são tomadas com base em análises exaustivas, orientadas, por informações suficientes e confiáveis, maximização dos resultados e pela seleção da melhor alternativa possível.

Em contraste, o modelo incremental reconhece a limitada capacidade de processamento de informações e os conflitos políticos, favorecendo decisões graduais e pequenas modificações em políticas já existentes. E o modelo da lata de lixo, por sua vez, descreve a tomada de decisão como um processo desordenado, no qual soluções, problemas e participantes se encontram de maneira fortuita, resultando em escolhas muitas vezes contingentes e oportunistas.

No que diz respeito aos atores envolvidos, Wu et al. (2014) identificam uma rede composta por gestores públicos de alto escalão, analistas profissionais, especialistas técnicos, consultores externos, lobistas e cidadãos. Cada um desses atores exerce diferentes graus de influência sobre o processo, contribuindo com visões técnicas, interesses organizacionais ou pressões políticas. Essa pluralidade de agentes evidencia que a tomada de decisão não é um ato isolado, mas um campo de disputa simbólica e material, onde se confrontam diferentes racionalidades e interesses. No Quadro 01 destacamos, com base em Wu et al. (2014) um resumo sobre esses atores e seus papéis.

Quadro 01 - Atores das políticas públicas e seus papéis

Categoria	Atores	Papéis
Atores Internos	Gestores Públicos de Alto Escalão.	Definem prioridades estratégicas, tomam decisões formais e articulam interesses políticos e institucionais.
	Analistas Profissionais	Produzem análises técnicas, interpretam dados e oferecem subsídios especializados para orientar escolhas políticas.
	Especialistas Técnicos	Contribuem com conhecimento especializado e avaliações setoriais que qualificam o processo decisório.
Atores Externos	Consultores	Introduzem expertises externas, disseminam inovações administrativas e ampliam o repertório de soluções possíveis.
	Lobistas	Representam interesses organizados, mobilizando recursos e influência para moldar decisões em favor de grupos específicos.
	Cidadãos	Expressam interesses difusos ou coletivos, exercendo pressão política direta ou indireta sobre o Estado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em Wu et al. (2014).

Os atores e modelos acima citados representam o terceiro elemento que necessita ser compreendido para que seja possível entender a fase de tomada de decisão. Em apenas uma etapa do ciclo das políticas públicas, é possível identificar quantas variáveis precisam ser consideradas. Momento social da decisão, questões políticas, desejos de

classes, ausência ou falsificação de informações, intempestividade de gestores etc. Contrariamente ao que pode ser imaginado, a tomada de decisão em políticas públicas é um organismo vivo que tem diversos elementos que atuam em sua constituição.

A tomada de decisão em políticas públicas deve ser compreendida de forma integrada a três aspectos fundamentais. Primeiramente, são instrumentos do Estado para intervir em realidades sociais, formuladas para atender demandas coletivas e materializar direitos. Em segundo, essas ações têm uma finalidade constitucional clara: atender às necessidades fundamentais da população, promover o bem-estar coletivo, garantir direitos e reduzir desigualdades, na forma que está insculpido na Constituição Federal de 1988, no que tange a direitos sociais.

E em terceiro, reconhecer a tomada de decisão como uma fase complexa no ciclo das políticas públicas, sendo classificadas em modelos específicos, organizadas a partir de como as decisões são tomadas, quem participa delas, em que condições foram adotadas, e de que maneira os interesses são negociados. Diversos atores, com papéis e influências distintas – gestores públicos, sociedade civil organizada e grupos de interesse –, atuam de forma simultânea e interdependente nessa fase.

Dessa forma, ter pelo menos uma aproximação conceitual de que são políticas públicas, reconhecer suas finalidades sociais, percebendo-as como obrigações legais impostas ao estado e compreender que a forma como decisões são tomadas – com seus modelos e atores – impacta diretamente na capacidade das políticas de alcançar seus objetivos constitucionais, a partir da ampliação da visão do processo.

A fase de tomada de decisão, em seu cerne, representa também a pacificação de interesses de grupos, com percepções e opiniões distintas, em que se inverte a lógica na prestação do serviço público, de maneira que o interesse individual, partidário ou de determinado grupo, prevalece em detrimento ao desejo da maioria.

TOMADAS DE DECISÃO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PMM.

As tomadas de decisão em políticas públicas envolvem uma ampla gama de elementos que devem ser considerados para que os efeitos almejados pelos agentes públicos responsáveis sejam alcançados.

Particularmente, o PMM apresenta quatro momentos de tomada de decisão que o constituem nos moldes em que hoje existe, sendo imprescindível realizar a marcação

cronológica de cada período, estabelecendo a conexão entre eles, e estudando justamente essas interseções temporais. Primeiro, a realização da parceria de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) com o *Niagara College* do Canadá (2005/2006). Segundo, a criação do Projeto Mulheres Mil em 2007. Terceiro, a implantação da política pública PMM em 2011. E quarto, a inserção do PMM no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em 2013.

Entre agosto de 2005 e março de 2006, foi firmada uma parceria entre cinco Cefet das regiões Norte e Nordeste do Brasil e o *Niagara College*, do Canadá, a qual possibilitou a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nas instituições brasileiras, voltados à qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica. Entre seus principais objetivos, destacava-se a promoção da inserção socioeconômica das participantes, por meio da qualificação para o mercado de trabalho (Brasil, 2023).

A iniciativa das instituições não contava com a intermediação direta do Governo Federal, se tratando de uma atividade local, que embora contasse com a participação de órgãos governamentais como os Cefets, não se tratava de uma política pública, mas é a gênese do PMM. O Canadá trouxe nesse período a Metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (Metodologia Arap), usando-a como um teste, para saber se haveria êxito na realidade social e educacional brasileira (Brasil, 2007).

A decisão por implantar os cursos no Norte e Nordeste do Brasil, se aproxima das características de uma decisão do *modelo racional*, a partir dos modelos explicados por Wu et al.:

[...] modelo de decisão “racional”, que é construído sobre o pressuposto de que as consequências de cada opção de política pública alternativa podem ser conhecidas com antecedência. De acordo com esse modelo, os tomadores de decisão devem escolher a opção que maximize o alcance de seus objetivos, valores e metas individuais. O modelo é “racional” no sentido de que, pelo menos em teoria, ele pode levar à forma mais eficiente de atingir objetivos de políticas públicas (Wu et al, 2014, p. 81).

Seguindo, em análise das condições em que se deu a pactuação, ressaltamos que o *Niagara College* não tinha conhecimento *in loco* sobre a realidade social brasileira, mas ~~por outro lado~~ contava com o apoio de instituições de ensino renomadas e de qualidade comprovada (os Cefet), com experiência da educação de pessoas em vulnerabilidade, com plenas condições de mediar a relação dentro da iniciativa dos cursos (Brasil, 2023), o que tornou a decisão da cooperação, para os canadenses, algo seguro, uma vez que as necessidades no campo empírico poderiam ser sanadas pelas Instituições brasileiras.

Quanto aos Cefet, o espaço em branco em relação ao *Niagara College* estava no desconhecimento da Metodologia Arap, porém haveria (e houve) um treinamento com as equipes docentes e de apoio técnico, necessários a familiarização com a metodologia, além do que, que administraria a formação seriam pessoas das Instituições do Brasil, e esses fatos proporcionaram segurança para essas instituições aceitassem a cooperação. Além disso, Brasil e Canadá já tinham um histórico de parceria que remete ao início dos anos 2000, tendo como marco um projeto denominado de *escola conectando escola*, que apresentaram resultados positivos (Brasil, 2023).

Embora a pactuação Brasil-Canadá não fosse uma política pública, é possível perceber a atuação de personagens que agiram na tomada de decisão, é o caso dos *analistas profissionais, especialistas*. Profissionais de educação constituem o primeiro e segundo grupo, respectivamente, são professores, técnicos educacionais e de apoio, que auxiliaram na execução dos cursos FIC, e o interesse principal era o êxito do projeto, e tinham a imparcialidade para avaliar no final.

Foram os elementos citados ~~acima~~ que embasaram uma tomada de decisão importante, à realização dos cursos FIC, que favoreceu mulheres em vulnerabilidade socioeconômica que necessitavam de qualificação para o mercado de trabalho. Os desconhecimentos que havia em ambos os lados eram suprimidos por outros fatos que proporcionavam o embasamento necessário a uma decisão consciente acerca da pactuação.

É preciso ressaltar que, se algo não ocorresse como o planejado ou qualquer dos lados deixasse de entregar para o projeto o que foi compromissado, os cursos poderiam ser desfeitos, encerrados, com danos mitigados pelo pequeno número de participantes. Diante disso, é possível afirmar que a decisão da pactuação Brasil-Canadá para a consecução do projeto em comento, foi uma decisão do modelo racional.

Em 2007 foi criado o Projeto Mulheres Mil, por meio de uma parceria viabilizada entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (Setec/MEC) e a *Association Community Colleges Canadian (ACCC)*, do Canadá, a ser executada ~~por~~ pelos Cefet e as universidade associadas a ACCC (Brasil, 2023). No que tange a questões formais da cooperação, dois órgãos eram os responsáveis pela cooperação: A Associação Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agencia Canadense de Cooperação Internacional (Cida).

O Projeto Mulheres Mil foi constituído por projetos piloto desenvolvidos em 13 Cefets do Norte e Nordeste brasileiro, realizados respeitando as diferenças regionais, econômicas e sociais de cada estado, tendo em comum o público-alvo, as mulheres em estado de vulnerabilidade socioeconômica.

A decisão pela implementação do Projeto Mulheres Mil pode ser classificada como pertencente ao modelo racional, uma vez que os agentes públicos envolvidos dispunham de informações consistentes para fundamentar sua escolha. Entre os fatores considerados estavam às experiências acumuladas nos cursos FIC, os relatórios elaborados pelos Cefet, a segurança quanto à viabilidade financeira – garantida pelo volume de recursos provenientes do Canadá – e a expertise das instituições brasileiras, respaldada pelo histórico positivo de projetos anteriores conduzidos pelas instituições brasileiras.

Os atores que prosseguiram influenciando na construção do Projeto Mulheres Mil continuaram sendo predominantemente os de caráter técnico e especialistas, fato que proporcionou maior clareza nas avaliações e caminhos a serem seguidos a partir dos resultados conseguidos. O Projeto existiu até o ano de 2010, e foi após esse o encerramento que se iniciou mais um momento de tomada de decisão, doravante era necessário saber se o Brasil manteria o Projeto ou o descontinuará.

A decisão foi pela continuidade, tanto que, em 2011, por meio da Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, foi criado o Programa Mulheres Mil (PMM). A política pública supracitada seguiu, em parte, as diretrizes do Projeto que o antecedeu, mas já a partir da leitura da normativa inaugural e outros elementos, é possível classificar a tomada de decisão que culminou com a criação do PMM, como um *modelo incremental*.

O modelo incremental de decisão compreende a tomada de decisão em políticas públicas como um processo marcado por restrições de tempo e informação, além de ser permeado por conflitos, negociações e compromissos entre os diferentes tomadores de decisão, cada um com seus próprios interesses (Wu et al, 2014).

No caso da decisão que levou à criação do PMM, não se pode dizer que houve falta de informações, uma vez que, 13 projetos piloto serviram de referência. Contudo, é possível identificar que a escassez de tempo para análises mais aprofundadas e amadurecimento das propostas foi uma característica daquele contexto.

Com o encerramento da parceria com o Canadá, também se encerrou o financiamento externo. Assim, o Brasil não só assumiu integralmente os custos financeiros para a execução do PMM, como também ampliou o espectro do Programa para

todo o país. Nesse aspecto é possível inferir a atuação de agentes políticos que compreenderam (ou até pressionaram) para que fosse ampliado o escopo do PMM, superando a perspectiva de profissionalização para o mercado de trabalho e ampliando para o atendimento (ou pseudo atendimento) de pautas com grande apelo popular, como é o caso do enfrentamento à violência doméstica.

Outra frente de disputas e interferência de atores na política pública foi a abertura ao atendimento das demandas neoliberais pelos detentores do capital. Essas disputas podem ser percebidas pela possibilidade posta na norma, da execução do PMM pelo “sistema S”, entidades sem fins lucrativos, mas que têm interesses particulares, como é o caso da formação de mão de obra para o setor que o representa. Esses atores são intrínsecos a fase da tomada de decisão, embora passe por invisíveis ao todo social.

Em 2013, o PMM foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e passou a ser executado por meio da Bolsa Formação. Essa mudança foi formalizada pela Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, e operacionalizada por meio do Ofício-Circular 51/2013, da SETEC/MEC (Brasil, 2023). Antes dessa integração, o PMM funcionava por meio de chamadas públicas e projetos específicos. Com sua inclusão no Pronatec, o Programa também ampliou sua atuação para além dos agora Institutos Federais, incluindo, também, as redes estaduais de ensino técnico (além do “sistema S”).

Entre 2013 e 2018, o PMM foi executado dentro do modelo Bolsa Formação/Pronatec, oferecendo cursos FIC. A tomada de decisão pela integração do PMM ao Bolsa Formação/Pronatec pode ser caracterizada como o *modelo lata de lixo*, de acordo com as características estabelecidas no trabalho de Wu et al (2014). Tomadores de decisões ligados a questões político-partidárias, lobbies do setor ligado a mercadorização da educação, o clientelismo atrelado ao assistencialismo às camadas mais vulnerabilizadas da sociedade, com a distribuição de pífios valores financeiros que viciantes, entre outras coisas, causaram uma implosão na política pública à medida que incentivaram a mudança das perspectivas iniciais, se preocupando somente com o vetor quantitativo, colocando em segundo plano os objetivos maiores do Programa (inserção socioeconômica).

A análise dos quatro momentos decisórios que constituíram o PMM evidencia que a construção de uma política pública não ocorre de maneira linear ou estanque, mas sim

como um processo dinâmico, permeado por disputas, interesses múltiplos e contextos específicos que condicionam as escolhas realizadas.

Cada decisão analisada – da realização dos cursos FIC em parceria com o *Niagara College*, passando pela criação do Projeto e pela institucionalização do PMM, até sua integração ao Pronatec – revela não apenas a atuação de atores distintos e a aplicação de modelos decisórios diversos, mas também a complexidade de manter coerência entre os objetivos sociais iniciais e as demandas conjunturais.

Percebe-se que, à medida que o PMM avançava nas fases de institucionalização e ampliação, os espaços de decisão foram sendo progressivamente capturados por interesses políticos e econômicos que, muitas vezes, deturparam os propósitos originais de inclusão e emancipação social de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Se, em sua origem, o Projeto buscava superar vulnerabilidades históricas de gênero por meio da educação e da qualificação profissional, a sua posterior associação a Programas com viés assistencialista e à mercadorização da educação indicam um desvio que precisa ser compreendido à luz das disputas internas da própria dinâmica das políticas públicas.

A construção do PMM, ao longo desses momentos decisórios, evidencia que a tomada de decisão em políticas públicas não são atos isolados, técnico ou neutro, mas uma arena onde se confrontam múltiplas forças sociais, políticas e econômicas. A compreensão desse processo, com seus avanços e retrocessos, é fundamental para quem se propõe a analisar criticamente o ciclo das políticas públicas no Brasil, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social.

Assim, é possível afirmar que a história do PMM oferece um retrato das possibilidades e limites da ação estatal no enfrentamento das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que revela o quanto o êxito ou o insucesso de uma política pública está diretamente ligado à qualidade das decisões tomadas em cada fase de sua construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tomada de decisão em políticas públicas deve ultrapassar a mera resolução de demandas imediatas, incorporando uma visão estratégica que antecipe as consequências de médio e longo prazo. Nesse percurso, elementos internos e externos interferem de maneira decisiva no direcionamento da política, moldando seus rumos conforme os

interesses, capacidades institucionais, conjunturas políticas e contextos sociais que a cercam.

Dentre esses elementos, destacam-se os fatores humanos – aqui denominados elementos endógenos – representados pelos detentores de mandatos eletivos, pessoas indicadas para cargos comissionados, grupos de interesse organizados (lobistas) e a própria população, ainda que esta atue de maneira difusa e, muitas vezes, sem consciência plena do impacto de sua participação.

A análise empreendida neste estudo evidencia que a população exerce um controle indireto sobre o processo decisório, principalmente pela escolha de seus representantes, mas também, ainda que em menor grau, pela pressão social e política exercida em determinados momentos históricos.

Para além da escolha dos agentes políticos, é imperativo reconhecer que decisões bem estruturadas devem apoiar-se em evidências científicas sólidas, obtidas a partir de metodologias rigorosas e imparciais. A ausência de uma dessas dimensões compromete o alcance dos objetivos constitucionais previstos na Carta Magna de 1988, cuja centralidade é justamente a promoção da dignidade da pessoa humana.

O caso do PMM, aqui analisado, oferece um exemplo concreto de como decisões bem fundamentadas podem romper (ou pelo menos mitigar os efeitos) ciclos históricos de exclusão social. Desde a realização dos cursos de FIC, em parceria com o *Niagara College do Canadá*, até a formalização do PMM enquanto política pública em 2011, é possível observar que as tomadas de decisão iniciais foram majoritariamente orientadas por elementos do modelo racional, apoiadas em diagnósticos prévios, experiências práticas e parcerias estratégicas. Essa fase inicial se caracterizou pela experimentação qualificada, pelo planejamento cuidadoso e pelo foco em objetivos sociais claros: a inclusão produtiva e a emancipação das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Contudo, à medida que o Programa avançou para etapas de expansão nacional e integração ao Pronatec, as tomadas de decisão passaram a refletir, cada vez mais, o predomínio de interesses conjunturais, clientelistas e de setores vinculados à mercadorização da educação, alinhados com o pensamento neoliberal. A incorporação do PMM pelo Pronatec implicou uma reconfiguração de seus objetivos, priorizando metas quantitativas em detrimento da qualidade formativa e da transformação social pretendida.

Assim, o que era inicialmente um Projeto de formação crítica, voltado para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas das mulheres, foi gradativamente transformado em mais um instrumento de formação aligeirada para atender às exigências do mercado, muitas vezes esvaziando o caráter emancipatório que o sustentava.

A trajetória do PMM, portanto, revela que o êxito ou o fracasso de uma política pública está intrinsecamente relacionado à qualidade das decisões tomadas em cada fase do seu ciclo. Decisões técnicas, participativas e socialmente orientadas produzem efeitos transformadores e duradouros; decisões tomadas sob pressão política, sem planejamento adequado e orientadas por interesses particulares tendem a comprometer a eficácia, a legitimidade e a sustentabilidade da política pública.

O desafio que se impõe, diante desse cenário, é a institucionalização de práticas decisórias mais transparentes, democráticas e fundamentadas em evidências. Práticas que resistam às pressões conjunturais, que não sucumbam aos interesses privatistas e que mantenham o compromisso inarredável com a promoção do bem comum, conforme determina a Constituição Federal de 1988.

Por fim, compreender que a tomada de decisão em políticas públicas é um processo vivo, disputado e atravessado por múltiplos interesses, é essencial para a construção de análises críticas que ultrapassem a superficialidade dos discursos oficiais e revelem as contradições internas que estruturam a ação do Estado no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Mulheres Mil**. Associação dos Colleges Comunitários do Canadá - ACCC/SETEC - MEC. 2007. Versão final.

BRASIL. **Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013**. Altera as Leis nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa Formação Estudante. Brasília, DF, 2013 a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 51/2013/DIR/SETEC/MEC**. 2013 d. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/documentos/oficio-circular-n-o-51-2013-setec>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa Mulheres Mil: guia da metodologia do acesso, permanência e êxito do Programa Mulheres Mil (MAPE)**. Brasília, 2023. 112 p. Disponível em https://portal.ifba.edu.br/proex/acoes/extensao-emcursofic/docs/033153908_plano_de_ensino_ppc_mei_pmmil_paulo_afonso.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Curso de Camareira: ementa**. Natal/RN, 2005. 2 p.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Casa da Tilápia**. Natal/RN, 2006 a. 33 p.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programas e projetos de 2006: programas de extensão**. Natal, RN, 2006 b.

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. **Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas**. *Holos*. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em <http://www2.edu.ifrn.br/ojs/HOLOS/article/view>. Acessado em: 29 abr. 2025

HAM, Christopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Tradução de R. Amorim e R. Dagnino; adaptação e revisão: Renato Dagnino. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

ROCHA, Rita de Cássia; SILVA, Lenina Lopes Soares. **O acordo bilateral Brasil/Canadá na educação profissional para o programa Mulheres Mil**. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S. l.], v. 1, n. 20, p. e12952, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.12952. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12952>. Acesso em: 17 maio. 2025.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2555>. Acesso em: 29 abr. 2025.



Capítulo 2
OS IMPACTOS DOS ESTEREÓTIPOS SOCIAIS NAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: PROBLEMAS PSICOLÓGICOS E
COMPORTAMENTAIS
Matheus de Oliveira e Silva

OS IMPACTOS DOS ESTEREÓTIPOS SOCIAIS NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PROBLEMAS PSICOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS

Matheus de Oliveira e Silva

Professor de Inglês e especialista em Educação Inclusiva. Graduado em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Paulista (UNIP), possui MBA em Educação Especial e Inclusão Social pela mesma instituição e é pós-graduado em Libras (tradução, interpretação e docência) pela Faculdade Unintese/RS. Atua nos Ensinos Infantil, Fundamental I e II, com experiência em metodologias ativas, ensino bilíngue e produção de materiais adaptados. Desde 2018, mantém contato direto e constante com a comunidade surda, experiência que enriquece sua prática docente e fortalece seu compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva. Seu trabalho pedagógico é voltado à valorização da diversidade e à desconstrução de estigmas sociais, especialmente os que afetam pessoas com deficiência. Desenvolve projetos que incentivam a autonomia, o protagonismo estudantil e o debate crítico sobre os impactos dos estereótipos sociais na formação da identidade e na saúde emocional dos alunos. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8998-3968>"

RESUMO

O artigo investiga os estereótipos e estigmas enfrentados por pessoas com deficiência, com foco na deficiência auditiva, analisando seu impacto na autoestima, saúde mental e identidade. Busca-se promover a conscientização, desafiar estereótipos e destacar o ativismo como ferramenta para uma sociedade mais justa e inclusiva. Adotando uma metodologia multifacetada, o artigo incorpora revisão bibliográfica, análise legislativa, estudos de caso e exploração de teorias relevantes. Propõe abordagens, como educação, campanhas na mídia, garantia de acessibilidade, participação ativa e formação de parcerias, para combater estigmas e promover uma cultura empática e inclusiva. Destaca-se a importância da desconstrução de estereótipos, da representação positiva na mídia e da análise crítica do discurso para alcançar uma sociedade mais igualitária e respeitosa com a diversidade. **Palavras-chave:** Deficiências, impacto psicológico, estereótipo social, preconceito, inclusão social.

ABSTRACT

The article investigates the stereotypes and stigmas faced by people with disabilities, focusing on hearing impairment, and analyzing their impact on self-esteem, mental health, and identity. It seeks to raise awareness, challenge stereotypes, and highlight activism as a tool for a fairer and more inclusive society. Adopting a multifaceted methodology, the article incorporates a literature review, legislative analysis, case studies, and exploration of relevant theories. It proposes approaches such as education, media campaigns, ensuring accessibility, active participation, and partnership building to combat stigma and promote an empathetic and inclusive culture. The importance of deconstructing stereotypes, positive representation in the media, and critical discourse analysis to achieve a more egalitarian and respectful society with diversity is emphasized.

Keywords: Disabilities, psychological impact, social stereotype, prejudice, social inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Os estigmas sociais associados a pessoas com deficiência são crenças generalizadas que podem ter efeitos devastadores em suas vidas. Esses estereótipos frequentemente perpetuam atitudes discriminatórias e negativas em relação a essas populações, levando a problemas psicológicos e comportamentais.

Como Goffman (2008) enfatiza, um dos principais problemas resultantes desse estigma é o impacto na autoestima e autoconfiança desses indivíduos. O estigma pode fazer com que se sintam desvalorizados e inadequados, levando a uma baixa autoestima e sentimentos de rejeição. Isso pode prejudicar a maneira como se veem e interagem com o mundo, potencialmente resultando em isolamento social e dificuldade em construir relacionamentos saudáveis.

Além disso, o estigma pode desencadear ou agravar sintomas de depressão e ansiedade. O medo do julgamento e da discriminação pode levar a sentimentos de desamparo e desesperança em relação ao futuro. Como consequência, essas pessoas podem desenvolver uma visão negativa de si mesmas e de suas condições de saúde mental ou neurológica, aprofundando o sofrimento emocional.

Outro desafio significativo é o autoestigma, no qual as pessoas internalizam os estereótipos sociais e passam a se envergonhar de suas condições. Essa autocrítica

negativa pode prejudicar o processo de aceitação e autoaceitação, impedindo o desenvolvimento de uma identidade saudável.

Entretanto, é fundamental ressaltar como o ativismo de pessoas com deficiências e de seus apoiadores desempenha um papel crucial na promoção de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária. Como Fairclough (2006) argumenta, o discurso desempenha um papel central nesse processo, podendo ser uma ferramenta tanto de inclusão quanto de exclusão de pessoas com deficiência. Portanto, a análise crítica do discurso e o uso estratégico da linguagem são essenciais na busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Neste artigo, examinaremos as raízes e as ramificações dos estigmas e estereótipos, seguido de um breve percurso histórico das experiências das pessoas com deficiência e a problemática de como a objetificação dessas pessoas pode afetar sua saúde mental. Destacamos a importância de desafiar estereótipos, promover a representação autêntica e buscar uma sociedade inclusiva e respeitosa.

Ao fazê-lo, buscamos contribuir para a conscientização e o debate sobre como superar os desafios relacionados à objetificação de pessoas com deficiência e avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa.

1.1 OBJETIVO

Este artigo tem como propósito investigar os estereótipos sociais e os estigmas enfrentados por pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e deficiência múltipla, com ênfase nas experiências de indivíduos com deficiência auditiva. Nosso objetivo é analisar a influência desses estigmas na autoestima, saúde mental e identidade, destacando os desafios específicos dessa comunidade.

Ao explorar as raízes e ramificações dos estigmas, buscamos promover a conscientização, desafiar estereótipos e fomentar a representação autêntica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. O artigo também abordará o ativismo como ferramenta crucial para uma sociedade mais justa, com ênfase na análise crítica do discurso e no uso estratégico da linguagem.

Através desse trabalho, visamos enriquecer o debate sobre a superação dos desafios relacionados à objetificação de pessoas com deficiência, impulsionando o avanço em direção a uma sociedade verdadeiramente equitativa.

1.2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração do artigo envolveu uma abordagem multifacetada, que combinou revisão bibliográfica criteriosa, análise de legislação e políticas públicas, estudos de caso e exploração de teorias relevantes.

A seleção criteriosa de obras e autores para o artigo obedeceu a uma metodologia que primou pela pertinência e amplitude das fontes, bem como pela consideração da diversidade de perspectivas que exploram o tema da deficiência, estereótipos sociais e os impactos que deles decorrem. O processo de pesquisa foi minucioso, com a finalidade de abranger uma variedade de abordagens que enriquecem a compreensão dessas questões complexas.

Para guiar essa seleção, foram adotadas palavras-chave fundamentais que moldaram o escopo da pesquisa e direcionaram a escolha de obras e autores. "Deficiência" foi a pedra angular, representando o centro da discussão, enquanto "estereótipos sociais" apontou para a necessidade de compreender como as crenças pré-concebidas influenciam a percepção de pessoas com deficiência. "Impactos psicológicos" revelou-se vital, uma vez que explorou as consequências desses estereótipos nas mentes das pessoas afetadas.

"Inclusão social" se mostrou crucial, pois a inclusão é o objetivo final na luta pela igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Por fim, "preconceito" ajudou a iluminar a origem e perpetuação de atitudes discriminatórias. Essas palavras-chave formaram um quadro sólido para a pesquisa, garantindo que a seleção de obras e autores contribuisse de maneira abrangente e substancial para a discussão de temas tão relevantes e complexos.

O resultado desse processo metodológico é um artigo que se beneficia da diversidade de vozes acadêmicas e perspectivas que abordam o tema da deficiência, estereótipos sociais e seus impactos, proporcionando uma análise mais completa e informada sobre um assunto de profunda importância na busca por uma sociedade mais inclusiva e justa.

A seguir, apresento o roteiro que foi seguido desde a seleção até o desenvolvimento do artigo:

1. Literatura Científica

O artigo adota uma abordagem abrangente, enriquecida com uma seleção cuidadosa de trabalhos acadêmicos e teorias de renomados pesquisadores. Entre essas contribuições notáveis, destaca-se o estudo de Major, O'Brien e Schmader (2002), intitulado "What's Wrong with Affirmative Action?". Este trabalho oferece insights valiosos sobre a natureza dos estereótipos e do preconceito, explorando como políticas como a ação afirmativa podem ser alvo de estigmatização, lançando luz sobre os desafios enfrentados por grupos historicamente marginalizados.

Além disso, o artigo incorpora trabalhos de especialistas em inclusão, como Amarante, Corrêa e Santos (2016), para estabelecer uma base sólida para a discussão. Essas pesquisas aprofundam a compreensão das práticas de inclusão e os desafios enfrentados por pessoas com deficiência, destacando a importância de desconstruir estereótipos que podem prejudicar a participação plena na sociedade.

A perspectiva de Hall (2006) sobre representação cultural desempenha um papel crucial na análise do artigo. Hall argumenta que as representações culturais são poderosas em moldar as percepções sociais, influenciando a forma como diferentes grupos são vistos e tratados. No contexto da inclusão social, essa teoria ajuda a examinar como as representações e estereótipos desempenham um papel na criação de barreiras ou na promoção da igualdade, evidenciando a importância da conscientização sobre as narrativas culturais.

Também, as contribuições de Foucault (1975; 1961) são relevantes para uma análise mais profunda do poder e como ele opera na sociedade. Foucault explora como o poder se manifesta nas relações sociais e na estrutura de poder, o que é essencial para entender como os estereótipos e preconceitos são perpetuados e como podem ser desafiados.

Portanto, o artigo integra de forma harmoniosa diversas perspectivas acadêmicas e teóricas para criar uma discussão sólida sobre os estereótipos sociais e seu impacto na inclusão social, destacando a complexidade do problema e a necessidade de abordagens multifacetadas para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

2. Legislação e Políticas Públicas

I. Lei Nº 10.436 (2002) - Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecendo-a como uma língua oficial no Brasil, sendo essencial para a inclusão de pessoas com deficiência auditiva.

II. Decreto Nº 5.626 (2005) - Regulamenta a Lei de Libras, estabelecendo as diretrizes para a implementação da língua de sinais no país e é crucial para compreender as políticas de inclusão.

III. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) - Estabelece o contexto legal para a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência, garantindo sua igualdade e participação na sociedade.

IV. Lei Nº 13.146 (2015) - Instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, fornecendo diretrizes e regulamentações mais abrangentes para a inclusão e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, sendo essencial para a pesquisa sobre inclusão.

3. Estudos de Caso

O artigo proposto incorporou um preâmbulo essencial para compreender a experiência da pessoa surda na sociedade contemporânea. Para enriquecer essa análise, foram apresentados estudos de caso que destacam o impacto significativo dos estereótipos, particularmente na mídia impressa. Nesse contexto, as contribuições de autores como Corrêa, Oliveira e Gomes (2017; 2019) se mostraram fundamentais, pois examinaram de maneira crítica como os estereótipos moldam a representação das pessoas surdas, frequentemente perpetuando equívocos e preconceitos.

Os estudos desses pesquisadores lançaram luz sobre como a mídia impressa pode tanto reforçar quanto desafiar esses estereótipos, desempenhando um papel crucial na formação da opinião pública. Além disso, esses casos ilustrativos revelaram a necessidade premente de uma abordagem mais sensível e inclusiva na cobertura de questões relacionadas à surdez.

Em complemento a essas análises críticas, o "Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais" de Honora e Frizanco (2012) desempenhou um papel fundamental. Este recurso oferece uma perspectiva prática e educativa sobre a linguagem de sinais, ajudando a quebrar barreiras de comunicação e promovendo a inclusão. Ao disponibilizar

uma ferramenta acessível para aprender Libras, o livro se torna um recurso valioso não apenas para a comunidade surda, mas também para aqueles que desejam entender e se comunicar de forma mais eficaz com pessoas surdas, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva e consciente.

No conjunto, o preâmbulo e os estudos de caso, juntamente com a perspectiva prática e educativa do "Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais", formaram uma base sólida para o artigo, permitindo uma abordagem abrangente e multifacetada sobre a experiência das pessoas surdas e as dinâmicas sociais que as afetam. Isso ajuda a promover uma reflexão mais profunda sobre a importância da representação precisa e respeitosa das pessoas com surdez em nossa sociedade.

4. Teorias sobre Estigma e Representação

A teoria de Erving Goffman sobre estigma e a teoria social do discurso de Norman Fairclough desempenham papéis fundamentais na compreensão de como os estereótipos influenciam a identidade e a representação social. Ambas as abordagens oferecem insights valiosos sobre a dinâmica das interações sociais e a construção de narrativas culturais que moldam a forma como percebemos e nos relacionamos com grupos marginalizados.

Goffman (2008) descreve como as pessoas estigmatizadas são vistas pela sociedade, destacando o papel dos estereótipos na criação de identidades negativas e na atribuição de características indesejáveis a indivíduos ou grupos. Ele argumenta que o estigma pode ser evidenciado em estereótipos que prejudicam a autoestima e o status social daqueles que são estigmatizados, afetando sua identidade e a forma como são percebidos.

Por sua vez, Fairclough (2016) analisa como as práticas discursivas na sociedade, incluindo a mídia e o discurso público, contribuem para a construção e disseminação de estereótipos. Ele destaca como o uso de linguagem, narrativas e representações culturais influenciam a percepção pública e a identidade de grupos sociais. Fairclough demonstra como o discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas também um mecanismo de poder que pode perpetuar ou desafiar estereótipos e desigualdades.

Juntas, essas teorias oferecem uma estrutura conceitual valiosa para entender como os estereótipos não são apenas simplificações de pensamento, mas também forças

sociais que moldam a experiência e a identidade de grupos marginalizados. Elas nos lembram da importância de questionar e desafiar estereótipos, tanto em nossas interações cotidianas quanto nas representações culturais, na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a identidade de todos seja respeitada e valorizada.

5. Fontes Institucionais

A UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, tem desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão educacional em todo o mundo. A Declaração de Salamanca, emitida em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, foi um marco crucial nesse esforço. Ambos, a UNESCO e a Declaração de Salamanca, têm sido referenciados amplamente para abordar o cenário global da inclusão educacional e as necessidades das pessoas com deficiência.

A Declaração de Salamanca enfatiza a importância da educação inclusiva, defendendo que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, devem ser educadas no sistema regular de ensino. Isso vai ao encontro dos princípios fundamentais da UNESCO, que buscam garantir o direito à educação de qualidade para todos, sem discriminação.

Essas referências destacam a necessidade de políticas e práticas que assegurem a igualdade de acesso à educação para pessoas com deficiência. Elas reconhecem que a inclusão educacional não é apenas uma questão de justiça social, mas também de benefício para a sociedade como um todo, uma vez que promove a diversidade e a compreensão mútua.

Além disso, a influência da UNESCO e da Declaração de Salamanca se estende além das fronteiras, inspirando governos, instituições de ensino e organizações da sociedade civil em todo o mundo a adotarem políticas e práticas inclusivas. Essas referências continuam a ser fontes de orientação e inspiração para garantir que a educação seja um direito universal, contribuindo para um mundo mais inclusivo e equitativo, onde todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial plenamente através da educação.

6. Base de Dados e Fontes Consultadas

Para a realização desta pesquisa, foi essencial recorrer a uma ampla gama de fontes acadêmicas e bibliotecas online. O acesso a esses recursos desempenhou um papel crucial na obtenção de informações relevantes e atualizadas sobre os impactos dos estereótipos sociais nas pessoas com deficiência. Entre as bases de dados e fontes consultadas, destacam-se o PubMed, Google Scholar, o Portal de Periódicos CAPES e a Biblioteca Digital da UNESCO.

O PubMed é amplamente reconhecido por seu foco em publicações científicas na área da saúde, o que possibilitou a identificação de pesquisas e estudos que abordam questões médicas e psicológicas relacionadas às pessoas com deficiência. Da mesma forma, o Google Scholar oferece acesso a uma variedade de trabalhos acadêmicos de diversas disciplinas, enriquecendo a perspectiva multidisciplinar desta pesquisa.

O Portal de Periódicos CAPES, por sua vez, proporcionou acesso a uma ampla gama de periódicos científicos e acadêmicos, ampliando a variedade de informações disponíveis. A inclusão de leis e documentos relevantes para a discussão foi facilitada pela Biblioteca Digital da UNESCO, que abriga um acervo valioso de documentos que tratam de direitos humanos, inclusão e combate ao preconceito.

Esses recursos permitiram não apenas a obtenção de artigos científicos, mas também a análise de livros, leis e documentos que são cruciais para uma abordagem abrangente das questões relacionadas aos estereótipos sociais, seus impactos psicológicos e comportamentais, bem como a importância da inclusão e do combate ao preconceito. Dessa forma, a pesquisa se baseou em uma sólida fundamentação de evidências, oferecendo uma visão holística e bem fundamentada sobre um tema de grande relevância na promoção da igualdade e justiça para as pessoas com deficiência.

2. ESTEREÓTIPOS SOCIAIS E ESTIGMAS: DEFINIÇÃO E FORMAÇÃO

Erving Goffman, um sociólogo renomado, introduziu o conceito de estigma em seu livro "Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada" (2008). Ele define o estigma como um atributo socialmente construído, utilizado para rotular e estereotipar indivíduos com base em características percebidas como diferentes, desviantes ou socialmente indesejáveis. Isso é particularmente evidente entre pessoas com diversas

formas de deficiência, como física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e deficiência múltipla, que frequentemente enfrentam estereótipos negativos, contribuindo assim para a formação de estigmas em relação às suas condições.

A formação dos estereótipos e estigmas pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo a falta de conhecimento, o medo do desconhecido, experiências pessoais e a influência da mídia e cultura. A falta de informações precisas sobre as diversas condições de deficiência pode levar à criação de percepções distorcidas e preconceituosas.

Os estereótipos sociais são frequentemente perpetuados pela mídia, que pode retratar de maneira inadequada ou exagerada as vidas das pessoas com deficiência, reforçando estigmas prejudiciais. Além disso, a cultura e as tradições também podem influenciar a formação de estereótipos, criando expectativas sociais que muitas vezes relegam as pessoas com deficiência a papéis limitados e estigmatizados.

O medo do desconhecido também desempenha um papel importante na formação de estigmas, já que as pessoas podem sentir-se desconfortáveis ou inseguras ao interagir com indivíduos que têm deficiência, o que pode levar à perpetuação de crenças preconceituosas e estereotipadas. A mídia desempenha um papel significativo na formação de estereótipos, frequentemente retratando pessoas com deficiência de forma estigmatizante e sensacionalista, reforçando a ideia de que essas pessoas são perigosas ou imprevisíveis, gerando medo e preconceito.

Experiências pessoais também podem influenciar a formação de estereótipos, já que pessoas que tiveram interações negativas ou limitadas com indivíduos com deficiência podem desenvolver atitudes preconceituosas com base em suas percepções limitadas. Outro fator que contribui para a formação de estigmas é a falta de representatividade e voz daqueles que enfrentam problemas neurológicos e transtornos mentais na sociedade. Quando essas pessoas são silenciadas ou marginalizadas, suas experiências e perspectivas são ignoradas, alimentando estereótipos negativos e prejudiciais.

Os estigmas podem surgir tanto em nível individual quanto institucional. No nível individual, atitudes discriminatórias podem surgir de estereótipos internalizados, onde as próprias pessoas afetadas por problemas neurológicos e deficiências intelectuais acreditam que são inferiores ou inadequadas devido às percepções negativas da sociedade. Em nível institucional, políticas e práticas discriminatórias podem surgir devido à falta de conscientização e compreensão sobre essas condições. Isso pode levar a

barreiras no acesso a serviços de saúde mental adequados, educação inclusiva, emprego e outras oportunidades. Portanto, a constante exposição a estereótipos negativos pode minar a confiança e a autoestima desses indivíduos, tendo um impacto significativo em sua saúde mental.

3. A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA E A EVOLUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA

A história da deficiência está repleta de exemplos de marginalização e discriminação. Ao longo de grande parte da história, as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas da educação, do emprego e de outros aspectos da vida social. Muitas vezes, eram estigmatizadas e consideradas incapazes de contribuir para a sociedade.

Para as pessoas surdas, o processo de inserção na sociedade começa lá no Egito, no primeiro resquício de civilização, cerca de 8000 a.C., onde os surdos eram considerados “escolhidos”, quase semideuses, pois seu silêncio e comportamento lhes davam uma aparência de sábios, de detentores de um saber que só cabia a eles conhecerem.

Mas, na Grécia, pelo fato de a sociedade da época estar constantemente em guerras ou conflitos, era de extrema importância que os indivíduos não apresentassem deficiência, ou eram simplesmente exterminados. Para os filósofos da época que acreditavam que o pensamento se dava por meio de palavras, os surdos eram considerados irracionais, como Aristóteles que deixou os surdos na ignorância por séculos.

Na Roma também a história se repete, cabia ao chefe da casa decidir se a criança “com defeito” viveria ou não. Mediante sua escolha, era comum que as crianças fossem afogadas no rio Tigre. Contudo, a cultura de matar crianças perdurou até a vinda de Cristo, depois disso a morte acabou, mas ainda não eram aceitos na sociedade.

Cerca de 20 séculos depois (IV a.C. - XVI d.C.) viu-se a possibilidade de conseguir educar a pessoa surda. Por volta de 1500, na Itália, o médico Gerolamo Cardano observou que surdo não é irracional, não é porque não ouve que não pensa. Começou a observar outros métodos de aprendizagem.

Na Espanha, o monge Pedro Ponce de Leon, o primeiro professor de surdos, ensinou duas crianças através da escrita e de gestos simples, por meio do primeiro alfabeto manual, que o monge desenvolveu. O qual permitia que a criança surda

aprendesse a soletrar (letra por letra) toda a palavra. Seu trabalho foi considerado de grande importância na época.

Mas na época a maioria dos europeus acreditava que os surdos eram incapazes de serem educados, nem mesmo poderiam ser educados como cristãos, deixando-os à margem da sociedade.

Anos depois, em 1755, o alemão Samuel Heinick defendia que os surdos deveriam falar. Então passou a difundir o oralismo e até fundou uma escola, a primeira escola de oralismo puro, inicialmente com 9 alunos. E em 1760, na França, Charles Michel L'Epée, considerado o pai dos surdos, saiu pelas ruas da França procurando por pobres e miseráveis surdos que usavam uma linguagem manual comum, para ensiná-los a se comunicar através de sinais, a LSF (Langue des signes Française).

Com o resultado de seus trabalhos, ele se convenceu de que era possível ensinar os surdos com uma linguagem de gestos. E mais tarde ele abriu uma instituição para receber outros e instruí-los através da religião. Mas ainda havia dúvidas sobre qual a melhor maneira de ensinar?

Então, em 1880, aconteceu o Congresso de Milão. No qual entre educadores e especialistas ficou decidido que o melhor rumo para a educação das pessoas surdas era através do Oralismo, pois a língua falada era superestimada e qualquer coisa fora disso foi considerada um retrocesso na evolução da linguagem. No congresso, foram ouvidas apenas as pessoas ouvintes, não foi dado ao surdo o poder de decidir sobre algo que afetaria sua vivência.

Bem mais tarde, por volta de 1960, o americano William Stokoe percebeu que o que os surdos faziam não era mímica, era uma língua. A partir daí, ele começou a desenvolver essa língua, o ASL (American Sign Language). E surge uma outra modalidade, a Comunicação Total. Na qual visou facilitar o processo de ensino e aprendizagem da língua oral pela utilização de todo e qualquer recurso, como sinais, mímicas, alfabeto manual etc.

E logo depois veio o Bimodalismo, falar e sinalizar. Essas duas modalidades também não atendiam às necessidades da pessoa surda, pois ainda era visada a oralidade, o que é visto como uma dificuldade pois nem todo surdo possui o sistema fonador completo, logo não poderia falar.

Por volta de 1980, depois de várias falhas, os surdos já ansiavam por reconhecimento. Então William Stokoe propôs o Bilinguismo, que consiste em levar o

surdo a desenvolver habilidades em sua língua primária (sinais) e secundária (a leitura e escrita do idioma do país). E é assim até hoje.

No Brasil, em 1855, Dom Pedro II mandou buscar na França o professor Ernest Huet, para ensinar 2 jovens, também da nobreza, através da língua de sinais. Ernest fundou o Instituto Imperial de Surdos e Mudos, posteriormente o Instituto Nacional de Educação dos Surdos, o INES, que funcionava como internato e externato, no Rio. No entanto, em 1911, o instituto também adotou o Oralismo, devido ao Congresso de Milão. Depois a Comunicação Total e atualmente, o Bilinguismo, que reconhece a língua brasileira de sinais - Libras.

Como resultado de todo esse processo, houve impactos significativos em suas vidas em relação aos estereótipos sociais, problemas psicológicos e comportamentais. Pelo fato de as pessoas surdas terem sido frequentemente estigmatizadas e vistas como incapazes, isso resultou em discriminação, exclusão social e falta de oportunidades.

Logo, devido à estigmatização e à exclusão, muitas pessoas surdas enfrentaram problemas psicológicos, como baixa autoestima, ansiedade, depressão e isolamento social. A falta de reconhecimento e aceitação de sua identidade cultural surda também contribuiu para o sofrimento psicológico.

E conseqüentemente, as mudanças nas abordagens educacionais, como o foco excessivo no oralismo, frequentemente resultaram em uma educação inadequada para as pessoas surdas. Isso impactou negativamente seu desenvolvimento acadêmico e habilidades de comunicação.

No entanto, a luta histórica por direitos e reconhecimento das comunidades surdas levou a um aumento da conscientização sobre a importância da inclusão e do respeito à identidade surda. Isso levou à eliminação da maioria dos estereótipos negativos. Muitas pessoas surdas têm se sentido empoderadas por meio da promoção de uma identidade surda positiva e da celebração de suas capacidades e realizações.

A evolução das abordagens educacionais, incluindo a promoção do bilinguismo, contribuiu para o fortalecimento da cultura surda e a aceitação da língua de sinais como uma língua legítima. Com a aceitação de diversas abordagens de comunicação, as pessoas surdas têm mais liberdade para escolher o método que melhor atende às suas necessidades e preferências individuais.

Embora o percurso histórico tenha sido marcado por desafios e estigmatização, as mudanças positivas nas atitudes e nas abordagens educacionais têm contribuído para

uma melhoria na qualidade de vida das pessoas surdas. Mas essa discussão não acaba aqui, é importante reconhecer que desafios persistem, e a luta contra estereótipos e discriminação continua a ser uma questão importante.

3.1. OBJETIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A objetificação de pessoas com deficiência é um problema sério no qual a deficiência de um indivíduo é reduzida a um objeto de cuidados ou uma fantasia sexual, sendo por vezes classificada como uma parafilia. Stuart Hall (2006), um dos teóricos culturais mais influentes do século XX, ressaltou a importância crucial de examinar as representações midiáticas e as práticas culturais para compreender como os estereótipos são gerados e perpetuados.

Em consonância com suas ideias, é fundamental entender como a objetificação de pessoas com deficiência se insere nesse contexto, reduzindo-as a objetos de cuidados ou fantasias sexuais, em vez de reconhecê-las como indivíduos completos e autônomos.

Essa problemática se manifesta de diversas maneiras, desde representações na mídia até o repugnante uso de linguagem ofensiva e estereótipos prejudiciais. A prática leva a desumanização das pessoas com deficiência, ignorando sua dignidade e autonomia, e contribui para a perpetuação de estigmas que dificultam sua inclusão e igualdade na sociedade.

Embora não haja uma legislação específica para abordar exclusivamente esse comportamento como um crime, várias leis e normas protegem os direitos das pessoas com deficiência contra qualquer forma de exploração, abuso ou discriminação. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, estabelece o princípio da igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a igualdade de direitos para pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura uma série de direitos fundamentais para promover a inclusão e igualdade das pessoas com deficiência, protegendo-as contra qualquer forma de discriminação ou violência.

Além das contribuições de Hall, as análises de Michel Foucault sobre poder e práticas sociais são igualmente relevantes para entender a fetichização de pessoas com deficiência. Foucault nos alerta para o exercício do poder sobre aqueles considerados

diferentes, o que pode levar à desumanização e à marginalização de grupos sociais. As obras de Foucault, como "Vigiar e Punir" e "História da Loucura na Idade Clássica", oferecem insights profundos sobre como o poder opera na sociedade e molda as interações sociais.

Suas ideias nos incentivam a questionar as estruturas de poder subjacentes em nossa sociedade e a buscar maneiras de desafiar as normas que perpetuam a exclusão e a discriminação. Portanto, suas obras servem como uma chamada para a promoção da igualdade e a valorização da diversidade.

A análise de Foucault nos leva a questionar as estruturas de poder subjacentes em nossa sociedade e a buscar maneiras de desafiar as normas que perpetuam a exclusão e a discriminação. Em última análise, as contribuições de Michel Foucault continuam a ser uma fonte de inspiração e reflexão para aqueles que buscam um mundo mais justo e igualitário.

4. O IMPACTO DOS ESTEREÓTIPOS SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE PESSOAS COM DEFICIENCIA

Os estereótipos sociais associados a pessoas com deficiência auditiva, visual, motora, mental ou intelectual têm sido alvo de pesquisa científica, revelando o impacto negativo que essas percepções preconceituosas podem ter na saúde mental e bem-estar emocional. Indivíduos afetados pelos estigmas podem enfrentar uma variedade de problemas psicológicos, incluindo ansiedade, depressão, isolamento social, sentimentos de desesperança e insegurança.

Um estudo conduzido por Major, O'Brien e Schmader (2002) investigou o fenômeno conhecido como "ameaça do estereótipo" em pessoas com deficiência intelectual. Os resultados mostraram que o conhecimento do estereótipo negativo associado à sua condição prejudicava o desempenho em tarefas cognitivas. Esse achado evidencia como os estereótipos podem minar a autoestima e a autovalorização dessas pessoas, uma vez que são constantemente confrontadas com estereótipos negativos em relação às suas condições neurológicas ou de saúde mental, o que pode levar a uma percepção negativa de si mesmas. Elas podem acreditar que não são dignas de aceitação, amor ou respeito, o que pode impactar negativamente suas interações sociais e relacionamentos.

Outra pesquisa relevante, realizada por Monteiro, Santos e Santos (2016), examinou os efeitos dos estereótipos sociais na autoimagem e autoavaliação de pessoas com deficiência física. Os resultados indicaram que a exposição a estereótipos negativos estava associada a um maior nível de estresse psicológico e baixa autoestima. Essa pesquisa destaca como os estereótipos podem levar ao desenvolvimento de uma "identidade estigmatizada", na qual as pessoas passam a se definir principalmente por suas condições de saúde, em detrimento de suas outras qualidades e realizações. Essa identidade estigmatizada pode reforçar ainda mais a percepção de baixa autovalorização e prejudicar o senso de identidade e propósito.

Um estudo conduzido por Doyle, Rumsey e Williams (2002) explorou a influência dos estereótipos sobre a autoestima de pessoas com deficiência facial, como a síndrome de Treacher Collins. A pesquisa enfatizou que o estigma pode criar barreiras significativas para a inclusão social e a busca por oportunidades educacionais e profissionais.

O medo do julgamento e da discriminação podem levar ao agravamento dos sintomas e dificultar o gerenciamento das condições. Esses fatores podem agravar problemas de saúde mental, tornando essas pessoas mais suscetíveis a desenvolverem mais transtornos psicológicos. Esse estudo ressalta a necessidade de combater o estigma para promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

5. COMPORTAMENTOS E CONSEQUÊNCIAS DOS ESTIGMAS SOCIAIS

Os estigmas sociais desencadeiam uma série de comportamentos que, por sua vez, resultam em graves consequências para as vidas daqueles que carregam o peso das deficiências. O preconceito e a discriminação exercem uma influência significativa sobre o comportamento desses indivíduos, frequentemente levando à evitação social, isolamento e até mesmo à relutância em buscar ajuda ou lutar por seus direitos.

Segundo Goffman (2008), a constante apreensão de ser rotulado ou tratado de maneira diferenciada cria um terreno fértil para a manifestação de comportamentos de evitação social. Essa aversão à interação social inibe a participação plena dessas pessoas na vida em sociedade, privando-as de experiências enriquecedoras e oportunidades de crescimento pessoal.

Em um contexto em que as pessoas com deficiência frequentemente se sentem excluídas e incompreendidas, o medo de serem marginalizadas pode levá-las a se afastar

das interações sociais. Isso resulta em um sentimento profundo de solidão e desconexão com os outros, fatores que podem ter impactos devastadores em sua saúde mental, exacerbando problemas emocionais, como ansiedade e depressão.

As consequências do estigma social também se estendem à busca de ajuda e à defesa de direitos. O receio de serem tratadas com condescendência ou de enfrentar resistência pode levar à passividade e à aceitação de situações injustas. Como resultado, esses indivíduos podem ser desencorajados a procurar os serviços e o apoio necessários para alcançar uma vida plena e independente.

Nesse contexto, a conscientização sobre os estigmas sociais e a promoção da inclusão se tornam fundamentais para combater os comportamentos prejudiciais e as consequências devastadoras que podem afetar a vida das pessoas com deficiência.

6. ESTRATÉGIAS PARA COMBATER OS ESTIGMAS SOCIAIS

Os estereótipos sociais e estigmas associados a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e deficiência múltipla podem perpetuar a discriminação e a exclusão social desses indivíduos. Para promover uma sociedade mais inclusiva e empática, é essencial desenvolver intervenções e estratégias eficazes que combatam esses estigmas. Neste artigo, apresentaremos algumas possíveis abordagens baseadas em pesquisas bibliográficas que visam reduzir o impacto negativo dos estereótipos sociais sobre pessoas com deficiência.

Educação e Sensibilização: Promover programas educacionais que abordem a diversidade e a inclusão pode ajudar a desafiar estereótipos e preconceitos. Essas iniciativas devem ocorrer em escolas, empresas, instituições e comunidades, destacando as capacidades e realizações de pessoas com deficiência. A sensibilização para a experiência e os desafios enfrentados por indivíduos com deficiência pode levar a uma maior compreensão e empatia na sociedade.

Campanhas na Mídia e Redes Sociais: A mídia e as redes sociais têm um papel significativo na formação de estereótipos. Promover campanhas que retratem pessoas com deficiência de forma positiva, enfatizando suas habilidades e contribuições, pode ajudar a dismantelar estigmas prejudiciais. Incentivar a representação diversificada na mídia pode ter um impacto poderoso na mudança de percepções sociais.

Acesso e Acessibilidade: Garantir a acessibilidade física e comunicacional é essencial para promover a inclusão de pessoas com deficiência. Adaptar ambientes, websites, serviços e informações para atender às necessidades específicas desses indivíduos é uma forma prática de demonstrar respeito e acolhimento. Essa abordagem também ajuda a desafiar estereótipos que associam pessoas com deficiência a limitações intransponíveis.

Grupos de Apoio e Participação Ativa: Encorajar a participação ativa de pessoas com deficiência em atividades comunitárias, políticas e culturais pode emponderá-las e quebrar estigmas associados à dependência. Incentivar o envolvimento em grupos de apoio e liderança pode permitir que essas pessoas se expressem, reivindiquem seus direitos e promovam mudanças sociais.

Formação de Parcerias: Estabelecer parcerias entre organizações de pessoas com deficiência, instituições de ensino, governos e empresas pode fortalecer o movimento pela inclusão. Essas colaborações podem criar oportunidades para compartilhar experiências, recursos e conhecimentos, buscando soluções conjuntas para enfrentar os estigmas sociais.

Combater os estereótipos sociais e estigmas associados a pessoas com deficiência requer um esforço contínuo e abrangente da sociedade como um todo. Exemplos de intervenções e estratégias como os mencionados acima, podem contribuir para promover uma cultura inclusiva e empática, na qual as pessoas com deficiência sejam valorizadas e respeitadas por suas capacidades e contribuições.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estigmas sociais relacionados às pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e deficiência múltipla representam barreiras significativas na busca por uma sociedade inclusiva e empática. É imperativo enfrentar esses estereótipos prejudiciais por meio de esforços educacionais e de conscientização, bem como promover uma cultura de empatia e compreensão. Ao combater os estigmas, podemos construir uma sociedade mais inclusiva e solidária para todos, independentemente de sua deficiência.

Os estudos demonstram que os estigmas podem levar a problemas de saúde mental em pessoas com deficiência. A discriminação e o preconceito diários podem

resultar em ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social, comprometendo seu bem-estar psicológico e qualidade de vida. Além disso, a falta de acessibilidade e a discriminação podem limitar sua participação em atividades sociais e recreativas, contribuindo para sentimentos de exclusão e marginalização.

É essencial reconhecer as correntes ideológicas que valorizam a competição e a meritocracia, pois muitas vezes esses princípios perpetuam desigualdades no mercado de trabalho para pessoas com deficiência, onde é comum ocorrer discriminação salarial ou de cargos, baseada na percepção de menor produtividade ou capacidade.

Combater os estigmas sociais é fundamental para criar uma sociedade mais acolhedora e solidária. Promover uma cultura de respeito e empatia, onde as diferenças sejam valorizadas e celebradas, é essencial. A inclusão de pessoas com deficiência em todas as esferas da vida é um passo crucial para a construção de uma comunidade mais igualitária.

Os estudos de autores como Norman Fairclough e Stuart Hall destacam a importância do discurso e das representações midiáticas na perpetuação ou desconstrução dos estereótipos. Fairclough ressalta a capacidade do discurso de desencadear mudanças sociais, enquanto Hall enfatiza a análise das representações midiáticas para avançar em direção a uma sociedade onde as diferenças sejam respeitadas e celebradas.

Portanto, é essencial questionar, desconstruir e modificar hábitos e percepções que reforçam estereótipos e estigmas. Isso inclui a educação e conscientização, bem como a promoção de representações positivas e diversas na mídia. A valorização da diversidade e a inclusão de pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade são passos cruciais para construir um mundo mais justo e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P., Nunes, M. O., Luzio, C. A., & Costa, M. V. (2016). Redução de danos e saúde mental: uma abordagem multidisciplinar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 485-494.

BRASIL. (2002). LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm .

BRASIL. (2005). DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/D5626.htm.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm.

CORRÊA, C. L., & Vianna, C. P. (2019). O papel da educação inclusiva na desconstrução de estereótipos sobre a deficiência. *Cadernos de Educação*, 45, e019016. doi: 10.1590/2318-0793201945416

CORRÊA, C. L., Oliveira, R. S., & Gomes, N. M. S. (2017). Inclusão e estigma da deficiência na mídia impressa: análise de dois jornais brasileiros. *Revista Interdisciplinar de Estudos em Comunicação*, 183-201.

DOYLE, N., Rumsey, N., & Williams, A. (2002). Facial disfigurement and identity: A review of the literature and implications for facial transplantation. *Disability & Rehabilitation*, 24(6), 281-288.

FAIRCLOUGH, N. (2016) Teoria social do discurso. In: *Discurso e mudança social* (pp. 93-137). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FIORATI, R. C., Jesus, D. M. C., & Santos, M. A. (2017). A evitação social na infância e suas implicações psicossociais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1-9.

FOUCAULT, M. (1975). Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Editora Vozes, 9-40 / 155-200.

FOUCAULT, M. (1961). História da Loucura na Idade Clássica. Editora Perspectiva, 9-116.

GOFFMAN, E. (2008). Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC.

HALL, S. (2006). Representation: Cultural representations and signifying practices. Sage Publications.

HONORA, M., & Frizanco, M. L. E. (2012). Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez: Volume 1. Janeiro: Editora X.

LOPES, R. R., & Nascimento, E. L. (2019). Isolamento social em idosos e sua relação com depressão, ansiedade e qualidade de vida. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 22(1), 1-11.

MAJOR, B., O'Brien, L. T., & Schmader, T. (2002). What's wrong with affirmative action? *Psychological Science*, 13(3), 275-279.

MONTEIRO, L., Santos, C., & Santos, L. (2016). The impact of physical disability stereotypes on brazilian undergraduates. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(3), 443-452.

PEREIRA, M. C. C., CHOI, D., VIEIRA, M. I., GASPAR, P., & NAKASATO, R. (2011). LIBRAS: Conhecimento Além dos Sinais.

SANTOS, F. A., & Amorim, L. L. (2018). Acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiência: desafios e perspectivas. *Revista Espaço Pedagógico*, 25(2), 477-490.

UNESCO. (2020). *Education for people with disabilities: Moving towards inclusion*. Paris, France: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/inclusion-education>.

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas especiais*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.



Capítulo 3

***TRABALHO, APOSENTADORIA E PERTENCIMENTO: UMA
ANÁLISE DO PAPEL SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO***

Adriana Manrique Tomé

Nilton S. Formiga

TRABALHO, APOSENTADORIA E PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE DO PAPEL SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO

Adriana Manrique Tomé

Psicóloga pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Psicologia pela Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES, Buenos Aires, Argentina. Atualmente é professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) campus de Diamantino. E-mail: adriana.tome@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6001-1076>

Nilton S. Formiga

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, com estágio doutoral realizado na Universidade Rural do Rio de Janeiro, em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Atualmente é professor da Pós-graduação em Administração e Psicologia Organizacional (respectivamente, nível doutorado e mestrado) na Universidade Potiguar, Natal-RN, Brasil. E-mail: nilton.soares@unp.br e nsformiga@yahoo.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4907-9736>

RESUMO

O envelhecimento populacional é um fenômeno que se tornou possível a partir de avanços significativos em diversas áreas, como o crescimento econômico, a melhoria na nutrição, no controle de doenças infectocontagiosas, no acesso à água potável, saneamento básico, bem como o progresso da ciência, tecnologia e medicina. Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre as principais Teorias Sociais do Envelhecimento, incluindo: Teoria do Afastamento (ou Desengajamento), Teoria da Defasagem Estrutural, Teoria da Atividade, Teoria da Continuidade, Teoria Social-interacionista da Personalidade na Velhice e a Teoria da Seletividade Socioemocional. A análise evidencia que a experiência de envelhecer é historicamente situada, variando conforme os critérios utilizados por cada sociedade para definir a velhice e suas etapas. Observa-se, paradoxalmente, que embora a longevidade seja valorizada, os idosos continuam a enfrentar processos de exclusão e desvalorização social. O trabalho, nesse contexto, é compreendido como

uma dimensão essencial da existência humana, ao permitir a construção de identidade, inserção social e participação ativa. No entanto, a aposentadoria, embora seja um direito social assegurado, mostra-se insuficiente do ponto de vista econômico, especialmente para os idosos em situação de vulnerabilidade, que acumulam perdas funcionais e dependem fortemente de redes de apoio formal (Estado e instituições) e informal (família).

Palavras-chave: Aposentadoria, trabalho, revisão da literatura.

Introdução

Segundo Parente (2006) o envelhecimento humano é um processo de transformações orgânicas com reflexo nas estruturas físicas, cognitivas e na percepção subjetiva. Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o idoso é entendido como aquele com 60 anos ou mais (OMS, 2015). Para os teóricos contemporâneos da Psicologia do Envelhecimento, o desenvolvimento é transacional, dinâmico e contextualista, e assim o envelhecimento sofre influências ontogenéticas, biológicas e psicossociais (Neri, 2006).

Tem acontecido cada vez mais o envelhecimento da população, de forma global. Cada vez mais o número de países com pessoas idosas tem aumentado, e cada vez mais os idosos tem ficado mais idosos (Papalia & Feldman, 2013). Isso tem se dado, graças ao crescimento econômico, melhor nutrição, melhor controle de doenças infectocontagiosas, melhora no estilo de vida e alimentação, melhora nas instalações sanitárias, água mais pura, avanço da ciência, tecnologia e medicina, além do declínio na fertilidade (BNDES, 2017; Papalia & Feldman, 2013).

Para Riegel (1976) o estudo do desenvolvimento humano, e conseqüentemente o envelhecimento, não deve ocorrer de forma isolada, mas de forma dialética, entre o indivíduo e o seu grupo social. Segundo ele, o desenvolvimento ocorre nas relações sociais estabelecidas, entre pais e filhos, irmãos, amigos, integrantes dos locais de trabalho e todos os outros em que haja interação dialógica com influência contínua e recíproca.

Azevedo (2015), Dias (2007) e Ferreira et al. (2010) pontuam que o processo de envelhecimento é multifatorial e subjetivo, e por este motivo cada indivíduo envelhece de uma maneira diferenciada.

As mudanças fisiológicas, anatômicas, bioquímicas e hormonais, acompanhadas da diminuição progressiva da eficiência das funções orgânicas do corpo humano é chamada

de envelhecimento biológico, e trata exclusivamente das questões efetivamente biológicas e funcionais ocorridas no corpo humano durante o processo de envelhecimento (Azevedo, 2015; Monteleone et al., 2015; Moraes et al., 2010).

O envelhecimento em seu aspecto social tem a ver com as normas e os valores sociais e culturais ao qual o idoso pertence, e com a criação de novo papel social que poderá ser positivo ou negativo, pois está interligado às questões econômicas, dentre os fatores sociais, pode-se destacar o nascimento dos filhos, casamento, aposentadoria, entre outros (Freitas, 2017; Torres et al., 2015; Vilela, 2018).

O envelhecimento psicológico é determinado pelas mudanças concretas do envelhecimento biológico e pelas normas e estereótipos sociais, são apresentados como comportamentos abertos e/ou encobertos da pessoa em relação a si e aos outros, associados as mudanças de atitude e limitações, como inaptações, readaptações e reajustamentos de repertórios comportamentais (Caldas, 2003; Jesuíno et al., 2017; Lima-Costa & Veras, 2003; Nadai, 1995; Paiva, 1986).

Segundo Levy, Slade, Kunkel e Kasl (2002), os estereótipos sociais sobre os idosos são adquiridos ainda na infância e podem impactar na forma como os próprios sujeitos se percebem. Complementam ainda que, quanto mais positivas as percepções sobre o envelhecimento, maiores as manifestações sobre o desejo de viver.

Segundo Jesuíno et al. (2017, p. 67) “a tríade 1) estereótipo (cognição), 2) preconceito (afeto) e 3) discriminação (comportamento) obedece a uma dialética própria e não necessariamente na ordem que conduz da cognição ao afeto e deste ao comportamento”. Segundo eles, inúmeras são as pesquisas sobre racismo e sexismo, e recentemente tem surgido o preconceito etário, conhecido como “idosismo”, “idadismo” ou “*ageism*” (ageísmo), como um fenômeno intergrupos e intergeracionais que permitem identificar a formação de crenças estereotipadas, preconceitos e discriminação, que, tendem a reproduzir-se e a ser eliminados muito lentamente.

No entanto, Ferreira (2015) explica que quanto mais a sociedade se rende à uma ideologia de juvenilidade e desvalorização e/ou estigmatização do que foge ao modelo, mais se acentuam as discriminações às pessoas idosas. Desta forma, o combate ao idadismo só é possível com a valorização da condição de idoso, incluindo a participação na vida coletiva em suas diversas redes, contatos sociais e acesso à informação diversificada, que assegura a cidadania aos indivíduos mais velhos.

Teorias Social do Envelhecimento: relações entre indivíduo e sociedade

Expõe-se aqui as Teorias Sociais sobre Envelhecimento: Teoria do afastamento/ desengajamento (Cummings e Henry, 1961), Teoria de Defasagem Estrutural (Johnson & Foner, 1972), Teoria da Atividade (Havighurst, 1953), Teoria da Continuidade (Atchley, 1989), Teoria Social-interacionista da Personalidade na Velhice (Neugarten, 1969; Neugarten, Moore & Lowe, 1965), Teoria da Seletividade Socioemocional (Carstensen, 1991a, 1991b).

A Teoria do afastamento/ desengajamento (Cummings & Henry, 1961) foi a primeira a tentar compreender, de forma explícita e multidisciplinar, o processo de envelhecimento e as mudanças que ocorrem nas relações entre o indivíduo e a sociedade.

O processo de desengajamento social é entendido como a ruptura das relações entre os indivíduos e outros membros da sociedade e as modificações qualitativas que ocorrem nas relações que permanecem no decorrer do tempo e do processo de envelhecimento. É tratado como um requisito funcional da estabilidade social, que ocorreria como uma condição universal do envelhecimento (Damianopoulos, 1961).

Este desengajamento acontece devido ao afastamento natural dos papéis sociais e outras atividades que o idoso deixa de fazer. Em paralelo a isso acontece o aumento da preocupação com o *self* e o declínio do envolvimento emocional com terceiros.

Cummings e Henry (1961) explicitavam que com o envelhecimento haveria a decadência do funcionamento físico e a consciência da proximidade da morte, o que resultaria em uma gradual suspensão dos papéis sociais (por exemplo: trabalhador, cônjuge e pai ou mãe), além do aumento da introspecção e apaziguamento emocional.

Desta forma, o desengajamento seria a preparação gradual para o desengajamento definitivo, marcado pela morte, visto como necessário para tornar mais tolerável e minimizar as tensões entre as gerações (Damianopoulos, 1961).

Este afastamento do idoso é funcional tanto para ele quanto para a sociedade, pois possibilita ao idoso que se prepare para a morte, e abre espaço para o envolvimento de indivíduos mais jovens, vistos como mais eficientes (Cummings & Henry, 1961). Desta forma, quando o idoso morre a sociedade não sofre déficits, pois os jovens estão preparados para suprir as funções exercidas anteriormente pelos indivíduos idosos.

Segundo Serafim (2007, p. 41), a Teoria do Desengajamento “baseia-se no conceito de que é favorável para a sociedade “rejeitar” determinados indivíduos que, devido às

suas limitações, provocariam instabilidade no funcionamento social”. Assim, a velhice seria considerada um problema e a sociedade deslocaria os idosos senescentes para situações e tarefas de menor importância.

Desta forma, essa desvinculação assegura a harmonia social, uma vez que ocorre a distribuição das atividades e quando ocorre a morte de um dos componentes sociais, os demais membros da sociedade as suas organizações subsistem de maneira segura.

Hendricks e Hatch (2006) expõem que, apesar da teoria do desengajamento ser vista como um processo normativo e funcional de transferência de poder dentro da sociedade, ela não consegue explicar o crescente número de pessoas idosas que continuam assumindo papéis ativos na sociedade.

Ainda nesta linha, Riley, Johnson e Foner (1972) propõem a Teoria de Defasagem Estrutural parece ser mais satisfatória, pois compreende o afastamento como sendo gradual e diferencial, sendo uma alternativa presente em vários contextos profissionais e sociais.

Havighurst (1953) formulou a Teoria da Atividade que buscava explicar como os indivíduos se adaptam, se ajustam às mudanças relacionadas à idade, sugerindo a atividade como sendo a de maior sucesso. Segundo Havighurst (1951), quanto mais ativos permanecerem os idosos, melhor será o seu envelhecimento, pois a atividade está associada com a satisfação de viver.

Estas atividades também estão vinculadas à papéis e atividades sociais, e a permanência e/ou substituição das atividades e papéis são protetivos para o bem-estar e a saúde mental. Estes desafios consistem em habilidade, conhecimentos, funções e atitudes que são adquiridas em cada uma das etapas do ciclo da vida (Neri, 2013a).

Conforme vão sendo cumpridas as tarefas evolutivas de cada idade, o indivíduo sente satisfação, senso de ajustamento e sucesso; já o fracasso induz a insatisfação, desaprovação social e dificuldades na realização de tarefas futuras (Havighurst, 1951). Para que os idosos possam manter um autoconceito positivo e ampliar suas possibilidades de adaptação, há que se substituir os papéis sociais perdidos, por outros. Segundo Serafim (2007, p. 43)

há uma relação direta entre o nível de satisfação de viver e os papéis sociais desempenhados, a atividade implementada e a intensidade das relações sociais ocorridas. Para tal contribui a manutenção dos valores, da vida e dos comportamentos de meia-idade ou a sua conversão por outros que assegurem as condições anteriores de atividades. Ocorre um

decréscimo do nível de satisfação quando fatores como a redução de atividade e perda de papéis não são substituídos.

Atualmente, a Teoria da Atividade propõe que a frequência e intimidade social são importantes para a satisfação de viver, abarcando a quantidade e frequência de atividades que os idosos se engajam (Lemon, Bengton & Peterson, 1972). Estes aspectos estão positivamente relacionados ao bem-estar da pessoa idosa, e se associam positivamente com a saúde psíquica, estado funcional e cognitivo e sobrevivência (Papalia & Feldman, 2013).

A Teoria da Atividade recebe críticas por ser muito simplista (por não abordar, de forma adequada, fatores como etnia, estilo de vida, gênero e *status* socioeconômico), além de generalizar padrões saudáveis e bem-sucedidos de envelhecimento, não contemplando, por exemplo, aqueles idosos que escolhem um estilo de vida mais relaxado (Fontoura, Doll & Oliveira, 2014; Papalia & Feldman, 2013).

Apesar das críticas recebidas, a Teoria da Atividade trouxe contribuições na formulação de políticas públicas nos anos 1970, flexibilizando os movimentos sociais e o surgimento de centros de lazer e da educação não-formal para adultos maduros e idosos (Fontoura et al., 2014).

Atchley (1989), propôs a Teoria da Continuidade, na qual existe uma necessidade de os indivíduos idosos manterem uma conexão entre o presente e o passado, se esforçando para manter estruturas externas e internas.

A continuidade interna, relacionada às características psicológicas (atitudes, interesses, ideias, autoconceito, preferências e capacidades), e a continuidade externa, associada ao ambiente físico e social do indivíduo (envolvendo interações com outras pessoas e objetos, que contribuem para a manutenção de nossa identidade) (Atchley, 1989).

Esta teoria compreende o envelhecimento como um prolongamento dos períodos antecedentes, sendo que a personalidade e o estilo de vida nos diferentes estágios do ciclo da vida influenciarão na adaptação dos indivíduos à velhice (Serafim, 2007). Segundo Fontoura et al. (2014, pp. 4-5):

os recursos que elas usam para esta manutenção advêm da sua biografia e do mundo social a que pertencem. Mudanças existem e estão vinculadas à percepção do passado, mas as estruturas psicológicas e o comportamento social das pessoas tendem a se manter.

A biografia contempla o crescimento e a maturidade do indivíduo, que inclui o desenvolvimento de diferentes valores, atitudes, normas e hábitos estáveis, que formam uma parte concreta da personalidade, e influenciam na adaptação e estilo da vida na velhice (Serafim, 2007).

Segundo Atchley (1989), para os idosos ativos, o envolvimento em atividades é importante, no entanto, à medida que o idoso se envolve em atividades de trabalho ou de lazer semelhantes às que tinham no passado, continua seu estilo de vida e mantém o autoconceito semelhante ao longo do tempo. Já os idosos que eram menos ativos no passado, podem se sentir mais felizes sem ter o envolvimento com atividades.

Pela perspectiva da Teoria Social-interacionista da Personalidade na Velhice (Neugarten, 1969; Neugarten, Moore & Lowe, 1965) curso da vida é construído a partir das crenças sociais sobre como devem ser as biografias individuais, incluindo a posições sociais, aquisição de papéis, permissões e restrições no desempenho de papéis sociais e de gênero (Neri, 2013b). No entanto, também sofrem influências determinantes de eventos de ordem privada, como a idade subjetiva e a noção individual a respeito da normalidade e temporalidade diante do seu próprio processo de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, os papéis sociais de cada sociedade interagem com as permissões e restrições para diferentes idades, gêneros, etnias classes sociais e decisões individuais, resultando no curso de vida individual. Ou seja, durante o curso do desenvolvimento ocorrem eventos normativos na vida dos indivíduos. Estes eventos são ordenados pela idade, e geralmente ocorrem em determinadas épocas da vida, como, por exemplo, casar, ter filhos, ser avô/avó e se aposentar (Neugarten & Neugarten, 1987; Neugarten et al., 1965). Estes eventos fazem parte do relógio social e os indivíduos têm consciência das normas e expectativas sociais para os eventos familiares e ocupacionais da vida. Os eventos normativos variam conforme a cultura e geração.

Neugarten et al. (1965) e Neugarten e Neugarten (1987) explicitam que, quando estes eventos ocorrem no tempo socialmente esperado, o desenvolvimento prossegue sem maiores infortúnios, do contrário, podem levar à estresse. Os diferentes tipos de personalidade influenciam na forma como os indivíduos irão reagir aos eventos de vida.

Assim, percebe-se que os conceitos sobre o desenvolvimento normal, fases do desenvolvimento, eventos de transição (Neugarten, 1969; Neugarten et al., 1965) e comportamentos destoantes são reconhecidos dentro de um determinado contexto social, e prescrito pela cultura.

As crenças individuais sobre como devem ser as biográficas individuais constituem o curso da vida. Ainda nesta linha, há a institucionalização de papéis e posições sociais conforme idade e gênero, suas permissões e restrições. Para Neugarten (1969) os idosos bem adaptados são aqueles que lidam de forma satisfatória com as mudanças ocasionadas e associadas ao envelhecimento, sendo capaz de adaptar seu padrão de vida aos novos e ter envolvimento vital.

Segundo a Teoria da Seletividade Socioemocional (Carstensen, 1991a, 1991b) na velhice, há redução da perspectiva temporal, e a busca por novidades é substituída pela regulação emocional, desta forma, ocorre uma seleção e conseqüente redução na quantidade de contato social, mantendo aquelas emocionalmente próximas e que oferecem conforto emocional, desfrutando de maior bem-estar subjetivo do que os que não o fazem (Scheibe & Carstensen, 2010).

Quando a regulação da emoção assume prioridade entre os motivos sociais, os idosos tendem a escolher como parceiros preferenciais as pessoas com maior probabilidade de oferecer experiências emocionais positivas e de afirmar o *self*. A qualidade afetiva dos contatos sociais determina quais pessoas serão procuradas ou evitadas, ou seja, o contato social é o principal veículo para a regulação emocional. O funcionamento emocional aperfeiçoa-se na medida em que os idosos se percebem como tendo maior controle sobre suas emoções e que investem para assegurar que a experiência emocional de sua vida diária seja positiva (Rabelo & Neri, 2011, p. 146).

A respeito do comportamento emocional de idosos, Carstensen analisou que, com o envelhecimento “as pessoas passam a experimentar e a demonstrar emoções menos intensas, a evitar estimulação emocional negativa e a ter menor capacidade de decodificação de expressões emocionais” (Neri, 2013a, p. 35), poupando recursos e otimizando o funcionamento cognitivo, afetivo e social do idoso.

Na terceira idade há tendência progressiva do idoso se afastar ou ser afastado de familiares e pessoas da mesma idade. Ocorrem então as perdas e prejuízos sociais e de relacionamentos, onde os idosos passam pouco tempo se relacionando com outras pessoas. Muitas dessas perdas pessoais são motivadas pelos preconceitos e crenças de que o ser nessa faixa etária é um ser incapaz (Papalia et al., 2006).

No entanto, Gunther (2011) pontua que a vida está intimamente ligada com as relações, sejam elas familiares, sociais ou com pares, que influenciam mutuamente as ações do indivíduo e de outros, desta forma, estas interações são elemento para a

sobrevivência do indivíduo. Gunther (2011, p. 16) diferencia redes de relações sociais, apoio social e satisfação social:

as redes de relações sociais referem-se às características objetivas que indicam as pessoas com as quais um indivíduo mantém relações interpessoais. O apoio social refere-se à troca real de suporte e envolve pelo menos um dos três elementos: ajuda, afeto ou aprovação. A satisfação social inclui qualidade, conteúdo e quantidade.

Baixos níveis de apoio social podem gerar solidão, ansiedade, sentimentos de falta de sentido na vida e vulnerabilidade ao estresse (Couto, Ferreira Novo & Koller, 2011). Em complemento, Capitanini (2000) e Kahn e Antonucci (1980) explicitam que as relações sociais que se estabelecem ao longo da vida, formam uma rede, de forma hierárquica. Estas redes podem ser categorizadas conforme suas características estruturas (tamanho, estabilidade, complexidade e grau de ligação entre os membros), natureza das relações (formais, informais, familiares, amigos, pessoas íntimas ou distantes), tipo de interação proporcionada (afetivas, informativas ou instrumentais) e o grau de deseabilidade em manter estes relacionamentos (livre escolha, compulsórias, agradáveis, desagradáveis, funcionais e disfuncionais).

Para os idosos, à medida que as capacidades orgânicas e psíquicas diminuem, o idoso se retrai para não entrar em conflito com o ambiente e, sobretudo consigo mesmo, no entanto, é “por meio das relações sociais que aprendemos, trocamos afeto, informações, recebemos e prestamos apoio, construímos e mantemos nossa identidade” (Gunther, 2011, p. 14). Gunther (2011, p. 15) complementa que

quando essas provisões emanam de membros do grupo primário são acompanhadas por proximidade, calor humano e comprometimento; fornecem a totalidade do suporte recebido; contribuem para o bem-estar. Por sua vez, a ausência de tais provisões exerce efeitos negativos no bem-estar.

Desta forma, a não interação social, pode trazer prejuízos para a saúde mental e bem-estar do idoso. Assim, pode-se perceber que a interação social é uma ferramenta significativa na promoção da qualidade de vida dos indivíduos, aqui em destaque o idoso, onde as transformações mentais podem trazer alterações que refletem na deterioração neurológica.

Para Gunther (2011) são necessárias seis provisões sociais (familiares e não familiares) para que o indivíduo possa manter o bem-estar e evitar a solidão: 1) provisões

relacionadas à assistência: aliança confiável e orientação; 2) provisões não relacionadas à assistência: integração social, reafirmação, suporte e ligação afetiva.

Com relação aos vínculos e provisões sociais, estudos apontam que os amigos parecem ser mais importantes dos que familiares. No entanto, os adultos que não possuem família ou cujos vínculos são insatisfatórios, apresentam baixo nível de bem-estar, possivelmente porque “aliança confiável e suporte instrumental são geralmente oferecidos por familiares” (Gunther, 2011, p. 15).

Para Falcão, Flauzino e Fratezi (2011) o apoio social também depende de competências ou habilidades sócio cognitivas da pessoa idosa, pois o sucesso nas relações sociais e interpessoais perpassa pela integração de habilidade de comunicação, dentre elas empatia, assertividade e solução de problemas. Conseqüentemente, a ausência e/ou a deficiência em uma delas poderá desencadear comportamentos socialmente inadequados, que desequilibram a qualidade da interação e favorecem os conflitos sociais (Papalia et al., 2006).

O envelhecimento *status* social do idoso e suas representações

O processo de envelhecer é visto de forma diferenciada em cada cultura (Papalia & Feldman, 2013). Schneider e Irigaray (2008) relatam que estudos realizados em sociedades não ocidentais apresentam imagens positivas da velhice e do envelhecimento, ensinando que a representação de velhice enraizada nas ideias de deterioração e perda não é universal.

A cultura tem um importante papel nesse aspecto, pois define como uma sociedade vê os idosos e o processo de envelhecimento (Torres et al., 2015). À medida que o envelhecimento é documentado em outros povos, constata-se que ele é um fenômeno profundamente influenciado pela cultura. Segundo Gunther (2011) e Papalia e Feldman (2013), no Japão, por exemplo, a velhice é um símbolo de *status*, e em outras culturas ocidentais, é visto como algo indesejável.

A respeito do contexto de envelhecimento populacional na sociedade brasileira, diversos fatores se inter-relacionam, sendo os de maior importância àqueles ligados à previdência social e à saúde, constituindo um dos grandes desafios do Estado, ainda se destacando as questões relativas à família e aos setores produtivos. O idoso no Brasil ganhou evidência a partir dos anos 1960, sendo o Brasil visto até então como um país

jovem com pouco mais de 5% de pessoas acima de 60 anos. A visibilidade da pessoa idosa vem aumentando, mas ainda não é suficiente (Dal Rio, 2009).

Schneider e Irigaray (2008) e Torres et al. (2015) explicam que as concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Segundo os autores, atualmente, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital. Nesta realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já está fora de moda.

O envelhecimento social é compreendido como um processo de mudanças de papéis sociais, no qual se espera dos idosos comportamentos que correspondam a papéis definidos aos mesmos pela sociedade. São padrões exclusivamente pré-definidos para pessoas da terceira idade e que determinam o seu modo de vestir, de agir e de falar. A população idosa do mundo moderno é constituída por aqueles indivíduos que construíram e viveram diversos momentos de conquistas históricas, e que estiveram na condição de trabalhadores vinculados ao mercado formal e ao sistema previdenciário, entre as décadas de 1930 e 1980 (Carneiro & Falcone, 2004; Castro & Rodrigues, 1992; Pinto, 2009).

De acordo com Neri e Freire (2000, p 14), a experiência de envelhecimento e velhice pode variar no tempo histórico de uma sociedade, pois o início dela é demarcado em cada época por critérios estabelecidos para agrupar categorias etárias. Para as autoras "a sociedade não o faz com base em pura invenção, mas como resposta a mudanças evolutivas compartilhadas pela maioria das pessoas dos vários grupos etários, seja em virtude de determinação biológica, seja em virtude de determinação histórica e social".

A idade social, segundo Schneider e Irigaray (2008) corresponde, aos comportamentos atribuídos aos papéis etários que a sociedade determina para os seus membros, e, é composta por atributos que caracterizam as pessoas e que variam de acordo com a cultura, o gênero, a classe social, o transcorrer das gerações e das condições de vida e de trabalho, sendo que as desigualdades destas condições levam a desigualdades no processo de envelhecer.

Neri (2006) afirma que a idade social diz respeito à avaliação do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos papéis sociais e dos comportamentos esperados

para as pessoas da sua idade em um dado momento da história de cada sociedade. Neste sentido, Scortegagna e Oliveira (2012) inferem que nos dias atuais o idoso, enquanto sujeito, constitui-se como um ator social do mundo moderno, capaz de lutar pelos seus direitos, bem como mobilizar-se em favor do seu reconhecimento e de melhores condições de vida.

Para Carneiro e Falcone (2004), na terceira idade é necessário desenvolver algumas habilidades sociais específicas como estabelecer e manter contato social e lidar com comportamentos sociais relacionados ao preconceito contra a velhice. Assim, construir junto aos idosos, habilidades sociais mais assertivas promoverá um envelhecimento mais ativo e bem-sucedido, atuando na esfera biopsicossocial desses indivíduos.

No entanto, Lussac (2009) menciona que, são cada vez maiores, os esforços de combate ao preconceito e discriminação por causa da idade, notando-se uma maior visibilidade para os idosos saudáveis, ativos, respeitados e sábios, e menor retratação dos idosos como pessoas desamparadas e dependentes.

O *status* reduzido do idoso é também devido à ênfase contemporânea na juventude, beleza, autonomia, independência e na habilidade de ser produtivo ou reprodutivo. Assim, “ser velho” assume uma conotação negativa, remetendo à perda de atributos tão valorizados pelo meio social e, simultaneamente, pelo próprio idoso (Giraldi, 2014; Jesuíno et al., 2017; Schneider & Irigaray, 2008). Os estereótipos negativos, muitas vezes, são atribuídos pelos próprios idosos, que não se reconhecem como tal e falam da categoria “velho” como se não fizessem parte da mesma (Giraldi, 2014).

Um estudo realizado por Palmore (1999) nos Estados Unidos revelou estereótipos positivos e negativos com relação aos idosos. As características positivas são: afetuosos e carinhosos, gentileza, sabedoria, confiabilidade, fluência, poder político, liberdade, juventude prolongada, felicidade etc.; já as negativas giram em torno de aspectos como doença, impotência ou desinteresse sexual, feiura, declínio mental, doença mental, inutilidade, isolamento, pobreza, depressão, dentre outras.

Resultados parecidos foram encontrados por Jesuíno et al. (2017) em que a experiência dos idosos foi relacionada com sabedoria, conhecimento, idade, maturidade, vivências, cultura, aprendizagem e prática. Os termos menos frequentes estiveram associados à astúcia, ao empenho, aos valores, às capacidades, ao crescimento, às histórias e aos filhos.

O desafio para esta faixa etária se dá na superação das mudanças biopsicossociais que ocorrem com o envelhecimento e para grande maioria dos idosos é demarcada pelo processo de aposentadoria. A superação destas mudanças incide no idoso em “reinventar-se”, ou seja, as escolhas que o sujeito faz para superar as mudanças ocorridas (Carneiro & Falcone, 2004; Ferraz et al., 2017; Scortegagna & Oliveira, 2012).

Torres et al. (2015) identificaram como aspectos positivos, aqueles relacionados à experiência, sabedoria e aposentadoria, enquanto os elementos negativos são relacionados em geral com: inatividade, desânimo, degradação física e doenças, tristeza, solidão, morte. Com relação aos aspectos positivos, o elemento sabedoria é o organizador dos demais significados, se relacionando com o elemento experiência, que, por sua vez, se vincula à família e amigos. Já o termo solidão, na perspectiva negativa, está relacionado aos elementos incapacidade e doença.

Percebe-se então, que o processo de envelhecimento hoje não é mais demarcado pelas categorias biológicas e cronológicas, mas sim como uma categoria socialmente construída, não permitindo conceitos absolutos e universais. Assim, “envelhecimento é um processo e, assim sendo, é algo que se constrói no transcorrer da existência humana” (Bernardes, 2007, p. 117), e a forma que a representação que se tem do envelhecimento na sociedade possibilita ações legítimas ao ser que envelhece.

Os sistemas políticos e econômicos priorizam e valorizam os padrões da jovialidade, marginalizando os demais grupos. A contemporaneidade é marcada por um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que os avanços da ciência aumentam a longevidade humana, promovendo manutenção do vigor físico, da beleza e da saúde, ainda se tem uma resistência social para acolher e definir o lugar e o papel dos indivíduos envelhecidos, agregando-lhes valores negativos. A constante busca pela juventude faz com que os indivíduos envelhecidos percam suas representações e subjetividade, uma vez que não consegue corresponder à essas demandas (Vasconcelos & Jager, 2016).

Status e desempenho de Papeis Sociais

A sociedade não é um aglomerado acidental e desordenado de seres humanos, mas sim um sistema estruturado no qual, cada indivíduo ocupa uma posição (*status*) definida. Para Neri e Freire (2000) a velhice sempre esteve relacionada aos termos amadurecer e

maturidade, que estão associadas às mudanças sequenciais ocorridas no organismo e obtenção de papéis sociais.

Os papéis sociais (marido, esposa, pai, papel profissional, entre outros) são pré-determinados na vida do sujeito, e a cada relação estabelecida, há uma cobrança sobre a forma de se agir e pensar, e assim também se espera que o outro nos satisfaça.

Estudiosos de antropologia cultural e sociologia, que apontam para uma descrição formal e estática das sociedades como base para uma análise funcional adicional, podem conceber qualquer sociedade como uma rede do que eles chamam de "status", [...] ou "posições", [...]. Além disso, a mesma sociedade pode ser descrita em termos dos vários sistemas de status, por exemplo, em termos de padrões ocupacionais, padrões de parentesco, padrões políticos etc. (Rommetveit, 1967, p. 44).

Além disso, uma mesma pessoa pode ocupar diferentes *status*, dependendo do contexto em que se relaciona, sendo que, quanto mais complexa for uma sociedade, maior serão as divisões de trabalho, funções e características específicas que demarcam as diferenças comportamentais e conseqüentemente, maior será o conjunto de papéis sociais (Rommetveit, 1967).

No campo da sociologia, o rol social se refere aos papéis com os quais os indivíduos se representam, ou seja, os distintos papéis sociais que se pode desempenhar em uma sociedade, como, por exemplo, presidente, policial, estudante, mãe, filho, avô, casado, solteiro, entre outros. Linton (1947) utiliza-se do termo "papel" para se referir à soma dos padrões sociais que estão associados a determinado *status* em específico, o que inclui as atitudes, os valores e os comportamentos que a sociedade atribui às pessoas que ocupam o *status* em questão.

O papéis sociais referem-se ao conjunto de funções, normas, comportamentos e direitos, definidos social e culturalmente, que se espera que um indivíduo (denominado ator social) cumpra e exerça de acordo com seu *status* social adquirido ou atribuído (Newcomb, 1964). Para Alvaro e Garrido (2003, p. 363) "os esquemas de papéis são conjuntos de conhecimentos e expectativas sobre a maneira como determinadas pessoas se comportam em situações específicas".

Como salienta Neri (2006) a rede de relações sociais tende a diminuir no decorrer do envelhecimento, no entanto, esta depende de integração social do idoso, podendo ser construída por livre escolha conforme suas necessidades afetivas, outras necessidades que se aproximem ou compartilhamento de experiências, valores e significados.

Rommetveit (1967, p. 45) afirma que “nosso interesse neste tipo de análise estrutural como psicólogos sociais e estudiosos do comportamento geral desperta quando começamos a procurar e encontrar uniformidades no comportamento e na atitude entre os ocupantes da mesma posição”, ou seja, os atores ocupam posições ou desempenham o mesmo papel.

Estas condutas são aprendidas através da interação com outros seres humanos, de forma progressiva, dentro do processo de socialização, e são executadas por indivíduos, quando está em situações sociais:

Consideraremos o processo de socialização com base no pressuposto de que todo ser humano nasce em uma estrutura social existente, ligada aos portadores de tradições culturais por laços emocionais e predestinada a sofrer a pressão social desses portadores de tradições culturais. Conseqüentemente, devemos tentar uma conceitualização molar do ambiente e relacionar atitudes e comportamento a aspectos da estrutura cultural "natural" do indivíduo (Rommetveit, 1967, p. 16).

Para a psicanálise freudiana (Freud, 1924/1969a), a internalização das normas sociais se dá como tema central, onde, no processo de formação do Superego, ocorre a internalização de um sistema de normas sociais provenientes de emissores com quem se tem vínculos emocionais muito fortes. Já, para a psicossociologia de Mead (1965) o processo de internalização ocorre pela crescente capacidade de se assumir a perspectiva dos outros.

Assim, o indivíduo vai descobrindo as expectativas que a sociedade lhe dirige, e ao adquirir esta consciência aprende a desempenhar os papéis correspondentes aos distintos âmbitos que desempenhará durante a vida. A aquisição desta identidade social se maneja de uma forma subjetiva, permitindo ao indivíduo adaptar-se aos papéis que deverá conviver. Desta forma, o ator é visto como a entidade de conduta psicológica vinculada a uma estrutura social que lhe é distinta (Rommetveit, 1967).

Dentro de cada papel social, pode-se encontrar três classes de comportamento: 1) comportamento exigido; 2) comportamento permitido; e 3) comportamento proibido. Durante a vida do indivíduo, desenvolvem-se múltiplos papéis, e estes podem ser compatíveis ou incompatíveis. No primeiro caso, os papéis se apoiam e reforçam entre si, como por exemplo, ser mãe e esposa; no segundo, os papéis se excluem mutuamente (Rommetveit, 1967).

Ainda, os papéis se caracterizam como modos padronizados de comportamento e socialmente aceitos transmitidos através das gerações; enquadram uma série de normas,

que fazem parte de um círculo ou estrutura social, legitimando campos de ação e formando parte da estrutura de normas sociais (Tezanos 1998).

Segundo Newcomb (1950, p. 266) o termo “norma” se utiliza no sentido de fixar referências, podendo também ser empregado com o sentido de “pressão social” e “obrigação de papel”. Segundo Rommetveit (1967, p. 102) “quanto mais homogênea é a classe de normas sociais que constituem um determinado papel em relação 1) ao grau de internalização e 2) ao grau de natureza fictícia, maior congruência interna terá o papel em questão”.

Os *status* sociais podem ser classificados em atribuídos e adquiridos: Os *status* atribuídos são aqueles que determinados indivíduos desempenham, porém, não estiveram envolvidos em sua aquisição, não se esforçaram e nem tiveram intenção em conseguir este papel, mas que o indivíduo está localizado desde o seu nascimento, por exemplo, os papéis devido à raça e a idade (filho, sucessor, entre outros). Prevaecem nas sociedades tradicionais (Martins, 2010).

Os *status* adquiridos são aqueles que o indivíduo vai acessando ao longo de sua vida, através de seu esforço e seu trabalho. São a maioria dos papéis que existem na sociedade industriais e pré-industriais (professor, empresário, produtor), como é o caso do Brasil (Martins, 2010).

Nas sociedades industriais, vistas como mais complexas, há maior quantidade de papéis, e os *status* dependem da atividade realizada. Os indivíduos necessitam fazer um esforço para se ajustarem ao desempenho dos papéis, o que pode gerar conflito interno pelas diferenças que podem ocorrer entre os diferentes papéis (Martins, 2010).

Dentre os frequentes tipos de conflitos podemos citar aqueles a respeito da representação de papéis de idade, e os relacionados aos rituais de passagem. O primeiro caso, baseia-se nos interesses e problemas comuns à determinada faixa etária, já o segundo refere-se à marcação da transição de um estado para outro na vida do indivíduo. Como ritual de passagem para a terceira idade, tem-se a aposentadoria, e a desaceleração dos idosos, aposentados, nas questões relacionadas ao trabalho. O conflito desta relação se dá quando o indivíduo, em idade avançada, recusa-se a deixar de trabalhar (Rommetveit, 1967)

Além de marcadores sociais, os papéis sociais são acompanhados de posições sociais que além dos padrões comportamentais, responsabilidades e obrigações, também

estão acompanhados de um *status* específico, ou seja, recebem direitos, privilégios e prestígio (Rommetveit, 1967)

Além disso, complementa Martínéz (2013, p. 17), que “aparentemente, a demanda diminui dependendo do tempo gasto desempenhando um determinado papel antes do mesmo grupo de pessoas”, ou seja, as exigências e padrões comportamentais se afrouxam com o passar do tempo gasto, exercendo/desempenhando um mesmo papel social e quando desempenhado entre pessoas que têm *status* semelhante.

No entanto, frequentemente, os requisitos e as características dos diferentes papéis que representamos diariamente e durante a nossa vida, entram em conflitos e tensões. Nesta linha, quanto mais ativa for a pessoa idosa, conseqüentemente maior a quantidade de papéis desempenhados e maiores as chances de haver conflitos entre eles, podendo estes serem causados por múltiplos fatores, como aqueles relacionados à idade, o trabalho, as relações familiares, o contexto social e os diferentes valores, entre outros (Rommetveit, 1967).

Estes conflitos podem desencadear alguns tipos de distúrbios psicológicos, como por exemplo, perturbação da personalidade, dissonância cognitiva e anomia, no entanto, na maioria das vezes, estes conflitos não se tornam patológicos por que os idosos desenvolveram, no decorrer do seu desenvolvimento, flexibilidade para se adaptarem às diferentes situações que lhes causem conflitos (Rommetveit, 1967).

Outro tipo de conflito, também chamado de “intrusivo”, ocorre quando a pessoa decide sair ou algo lhe faz abandonar um papel que há muito tempo desempenhava, e que era significativo na sua vida, e que, a pessoa continua a se ver com a imagem que tinha quando ainda desempenhava o referido papel. Nesta linha, pode-se citar as transformações ocorridas na aposentadoria, em que a inércia cognitiva pode complicar o processo de transição para a nova situação, e o idoso preferir continuar trabalhando quando não mais está em condições (Rommetveit, 1967).

Trabalho e formação subjetiva

Rohm e Lopes (2015, p. 333) resgatam a perspectiva de o trabalho ser percebido como uma “condição fundamental na existência humana”, pois através dele o homem se relaciona com o meio externo, construindo sua realidade interna, se inserindo em grupos sociais, atuando em papéis e perpetua sua existência. O trabalho “por viabilizar a relação

dos indivíduos com o meio, em um dado contexto, expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida” (Rohm & Lopes, 2015, p. 333).

No entanto, os autores acima citados explicam que a configuração pós-moderna capitalista, trouxe mudanças de conjuntura política, econômica e social no mundo, realocou o trabalho e a produtividade como a principal fonte de busca pela realização e sentido de existência humana, o que inviabiliza a auto realização plena do indivíduo (Rohm & Lopes, 2015).

O trabalho enquanto atividade se constitui em uma das principais fontes de significados e tem um papel fundamental na construção subjetiva da pessoa e mostra as articulações e interdependência que se estabelecem entre a história individual e as determinações socioculturais (políticas, econômicas e culturais) na inter-relação entre o homem e o ambiente em que está inserido. Segundo Stevenson (1976, pp. 72-73) “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”.

Schweitzer et al. (2016) regatam a discussão a respeito dos aspectos da categoria trabalho na vida das pessoas. Afirmando que de um lado estão as perspectivas teóricas que defendem o trabalho como fato social e constituidor da identidade e do processo de socialização do indivíduo, e em oposição, os teóricos que atribuem importância relativa ao trabalho, e o centralizam na vida das pessoas, juntamente com outras esferas (família, religião, lazer e amigos). Há ainda, discussões que consideram que atualmente houve perda da centralidade do trabalho na vida das pessoas se comparado com outros períodos.

Outro ponto a ser abordado é o uso dos termos sentido e significado ao atribuí-los à categoria trabalho, e, segundo Tolfo (2015) e Tolfo et al. (2011) ambos termos têm origem no termo latino “sensos” que denota percepção, significado, interpretação e sentimento. O autor complementa que os significados são construções coletivas e determinadas pelo contexto, enquanto o sentido se refere à produção individual da apreensão do significado coletivo.

Segundo Antunes (2006) o trabalho, na atualidade, possui duas dimensões: uma emancipatória e outra alienante, pois tanto o trabalho, quanto a vida fora dele devem ter sentido para o indivíduo para que ele não seja escravo do trabalho. Com a aposentadoria

a dificuldade está nos indivíduos perceberem outras possibilidades de atividades produtivas (remuneradas ou não), que façam sentido para si e para a sociedade.

Para Ciampa (1992, p. 152) o processo de construção de identidade é um fenômeno sócio histórico onde aquilo que o indivíduo reconhece como sendo ele, na verdade é inserido pelo contexto material e social e internalizado pelo indivíduo. “Essa identidade que adquire aparência de coisa acabada, dada, na verdade, necessita ser repostada (reafirmada) constantemente pelo ambiente social e vai transformando-se num contínuo processo de identificação do indivíduo”.

Assim, por meio do trabalho, o indivíduo participa de grupos sociais e estabelece papéis, é capaz de reconfigurar a percepção de si e do seu meio, o que lhe possibilita reconhecimento, satisfação, realização pessoal e o seu crescimento e desenvolvimento pessoal. Quando o trabalho é remunerado, o seu valor econômico propicia a segurança e independência dos indivíduos trabalhadores.

Snyder e Lopez (2009) distinguem engajamento e satisfação com o trabalho. O engajamento está relacionado ao envolvimento que o indivíduo tem com o seu trabalho, quando ele percebe que suas necessidades estão sendo atendidas, envolvendo um equilíbrio entre as atividades demandadas e as habilidades e personalidade do indivíduo; já a satisfação está relacionada ao entusiasmo que este indivíduo tem com relação ao seu trabalho, e está relacionada com a variação das tarefas e evitação do tédio.

As experiências vivenciadas pelos trabalhadores possibilitam a construção de representações de si e das relações de trabalho. Para Diener e Oishi (2009) o sentimento de utilidade, produtividade, convivência e necessidade do idoso passar a experiência adiante são vistas como mais importante do que o aspecto financeiro em si.

Ao se pensar a motivação no trabalho, deve-se levar em consideração o problema do trabalho e sua função na vida das pessoas e na sociedade. No entanto, há diversos posicionamentos a respeito do conceito e função do trabalho, seja em nível individual, seja social.

Segundo Enriquez (1999) a vida laboral é responsável pela organização dos enlances sociais, sendo propício para a produção e manutenção das relações humanas.

A constituição e a valorização do eu sempre se referem a algo externo e representado em relação aos outros. [...] o trabalho produz sentidos para o ser humano porque coloca o sujeito em uma relação de reconhecimento mediada pelo que ele produz e pelas relações com os outros, presentes no ato de trabalhar. Pode-se considerar, então, que o narcisismo no contexto

do trabalho está relacionado à capacidade do sujeito de usar sua competência real e obter reconhecimento social por meio de seu trabalho. Nesse sentido, verifica-se a importância do papel da realidade material do trabalho na construção da auto-imagem e na manutenção do equilíbrio das dotações libidinais da própria realidade psíquica (Kegler, Santos, & Macedo, 2011, p. 330).

Conforme Bendassolli (2011) o trabalho possui uma configuração central na vida das pessoas, pois, é uma possibilidade de inserção econômica e social, de subjetivação e de processos identitários. Desta forma, supre muito além das necessidades básicas e materiais, mas também as necessidades de *status* e reconhecimento social, e de construção da autoimagem.

Para Zanelli, Silva e Soares (2010, p. 23) o trabalho, na sociedade contemporânea, é o principal ordenador da rotina humana, pois estabelece regras, horários, atividades e relações sociais. Em razão desta importância na vida diária, quando as pessoas perdem ou se afastam do trabalho, tendem a ficar “desorientadas, deprimidas, desestruturam-se emocionalmente, sentem-se inúteis e com a percepção, aliada a sentimentos, de que não têm contribuições úteis que possam dar.

Objetivando conhecer as atitudes, crenças e valores atribuídos por idosos sobre o processo de envelhecimento e o trabalho, Souza, Matias e Brêtas (2010) constataram que o afastamento do trabalho está ligado com a redução da qualidade de vida e de envelhecimento. No entanto, Robazzi, Marziale, Rodrigues, Silveira e Alves (2009) salienta sobre a importância deste trabalho ser prazeroso para o idoso, pois, condições de trabalho insalubre (movimentações de carga pesada e exposição a ruídos) podem ser negativos para o idoso.

As constantes alterações socioculturais incidem nas relações do trabalho, pois o valor que a pessoa atribui ao trabalho, está relacionado ao significado que o trabalho tem em cada cultura. A aposentadoria, por sua vez, é vista como aquela que separa o sujeito destas construções.

O Conselho da União Europeia (Parlamento Europeu e Conselho Europeu, 2011) acredita que o envelhecimento ativo é benéfico ao idoso, sugerindo a adoção de políticas públicas nacionais e mundiais, encorajando o idoso a continuar ativo e independente, pois provê auxílio essencial à sociedade.

Como pontuam Jesuíno et al. (2017, p. 63) “a noção de “envelhecimento ativo” está também estreitamente associada à de “envelhecimento positivo”, por seu turno, derivada da “psicologia positiva”, outro novo “paradigma” ou moda, centrado nos aspectos

positivos, ou seja, na procura do “bem-estar” e da “felicidade””. Esta noção de envelhecimento positivo vem contrapor a noção de envelhecimento associado a declínios, e articulam recursos relacionais, bem-estar físico, participação ativa e estados mentais positivos.

Grisci e Lazzarotto (2013, p. 201) trazem o debate sobre a importância de a psicologia ampliar as escutas e olhares com relação ao trabalho e os possíveis efeitos sociais e subjetivos dele decorrentes, no sentido de “pluralizar a compreensão da realidade social, de identificar diferenças/igualdades que permeiam o universo da classe trabalhadora”, de forma a pensar estratégias para promoção de saúde e ajustamento social.

Aposentadoria: uma evidência social da velhice?

Segundo Fontoura et al. (2014) a aposentadoria é um fenômeno recente e característico das sociedades industrializadas, pois é oriundo do trabalho assalariado e das modificações que ocorreram na estrutura social no século XIX. Inicialmente este fenômeno era percebido como uma esmola do Estado, e com o passar do tempo, se transformou em um direito social àqueles em determinado estágio de vida.

Segundo Carvalho (2009) no Brasil, o planejamento do Sistema Previdenciário ocorreu na década de 1940, quando a expectativa de vida era de 50 anos. A aposentadoria teve seu início “como uma forma de assegurar o sustento de vida de trabalhadores velhos nos seus últimos anos de vida, tirando eles da mendicidade, situação que muitos deles enfrentaram quando não tinham mais condições de trabalhar” (Fontoura et al., 2014, p. 5).

Com o passar do tempo, os impactos da aposentadoria na imagem da velhice ampliaram-se, atribuindo a este grupo etário direitos específicos como passagem livre e prioridades em bancos e outros serviços. Por outro lado, a aposentadoria passou a estar relacionada com o afastamento e desligamento do trabalho, tendo como consequência o rompimento dos vínculos sociais que ali se estabeleciam (Fontoura et al., 2014).

A Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, no entanto, Alvino (2015, p. 12) pontua a respeito da necessidade de as pessoas idosas terem consciência sobre esses direitos: “a evolução no campo do Envelhecimento demonstra que a Cidadania ganha novo contorno e a demanda para

alcance dos direitos e sua formalização surge da participação civil e responsabilidade social dos cidadãos”.

A aposentadoria, segundo Junges (2006) e Gomes et al. (2016) apesar de ser um direito e uma garantia de inclusão social do idoso na sociedade brasileira, do ponto de vista econômico, não permite satisfatoriamente o atendimento de suas necessidades, principalmente dos mais pobres, os quais somam ao envelhecimento várias incapacidades requerendo, portanto, maior demanda de recursos do seu sistema de apoio formal (Estado, sociedade civil) como do informal (família).

No Brasil encontra-se uma grande massa de idosos, todavia, as condições de vida para muitos desses, são precárias. Trata-se de uma população carente, cotidianamente desprezada e desrespeitada, e muitas vezes abandonada pela sociedade e pela família (Gomes et al., 2016).

Sendo assim, o idoso que já não tem obrigações profissionais é visto como alguém que perdeu a capacidade de desempenhar suas funções e seu papel social. Essa percepção distorcida se dá porque, em muitos momentos, o avanço da idade leva as pessoas a abrirem mão de vários papéis sociais até então desempenhados. Por isso a aposentadoria, a perda do companheiro, o afastamento dos filhos, as limitações impostas por algumas doenças, dentre outros fatores, interferem negativamente em sua qualidade de vida, tornando o idoso mais insatisfeito com sua condição. Como algumas perdas são inevitáveis, cabe ao idoso buscar novas alternativas para garantir a manutenção de um papel ativo em seu meio (Miranda & Banhato, 2008, pp. 70-71).

Cockel (2014), Costa, Moraes et al. (2016), Gomes et al. (2016) e Riley et al. (1972) expõem que as estruturas sociais não conseguem oferecer aos idosos improdutivos os mesmos benefícios sociais que aqueles acessados pelos idosos economicamente produtivos. Ou seja, esses "benefícios" não são suficientes para atender às necessidades do aposentado: saúde, alimentação, moradia, vestuário, transporte, higiene, lazer e educação, e que os reajustes realizados não têm acompanhado a alta do custo de vida que atravessa o país. Essa defasagem estrutural se constitui como uma fonte de atribuição de estereótipos negativos aos idosos.

Em muitos casos a questão econômica gera um estado de insegurança, medo e inaptações do idoso, que dependendo da intensidade; são expressas pela irritabilidade, acomodação ou indiferença, podendo afetar a própria personalidade, levando ao isolamento e sentimento de inutilidade (Antunes, Moré, & Schneider, 2016; Castro & Rodrigues, 1992).

Em complemento, segundo Junges (2006) há idosos que exibem uma renda relativamente boa, assim proporcionando um nível social bom a seus descendentes, e trazendo assim uma aproximação mais intensa; contudo aqueles que possuem um nível econômico mais baixo são geralmente discriminados, desprezados e humilhados pelos familiares.

O mal-estar em relação ao idoso vem justamente da cultura que sustenta a compreensão e a vivência do trabalho assalariado. A aposentadoria é concebida e calculada em relação ao salário. A crescente precarização do salário tem sua história de efeitos sobre a própria aposentadoria. A insatisfação em relação às aposentadorias é consequência da fragilização do sistema salarial (Espírito Santo et al., 2014; Junges, 2006).

Deste modo, em decorrência do envelhecimento, os papéis sociais se perdem, uma vez que geralmente os recursos financeiros já não atendem mais as suas necessidades, e sendo assim diminuem as relações interpessoais e na maior parte das vezes o idoso passa a viver isolado (Carneiro & Falcone, 2004; Freitas, 2017; Torres et al., 2015; Vilela, 2018).

Para muitos desses aposentados há modificações no ritmo de vida; a ruptura com o trabalho, para alguns, é sentida como uma perda, tanto do "status" social como a das amizades. As oportunidades de fazer novos amigos tornam-se menores, porque a interação entre eles vai decrescendo em razão da falta de convívio. Além da perda de status social, há também o rebaixamento do nível econômico e a sensação de inutilidade de vida, pois muitas vezes perde o poder decisório declinando seu prestígio (Antunes et al., 2016; Barbosa, 2007; Castro & Rodrigues, 1992).

O bem-estar da idade avançada depende, em partes, das possibilidades que se tem em levar um estilo de vida sadio, com promoção da saúde e educação contínua, bem como o desenvolvimento de atitudes e hábitos que preconizem qualidade de vida. Sendo assim, constata-se que a qualidade de vida de indivíduos idosos está diretamente relacionada ao conceito de envelhecimento ativo (Martins et al., 2007; Nadai, 1995).

No entanto, a aposentadoria ocasiona mudanças na identidade e rotina do indivíduo: 1) alterações nos hábitos, no estilo de vida e na utilização do tempo; 2) a necessidade de vislumbrar novas perspectivas e possibilidades, o que se interliga à iminência de planejamento de vida para este período; 3) as perdas objetivas e emocionais, que comumente ocasionam alterações no status social e laboral, além da diminuição da autoestima, de referências e companheirismo (Antunes et al., 2016).

Considerações Finais

O envelhecimento da população é um fenômeno de forma global. Cada vez mais o número de países com pessoas idosas tem aumentado, e cada vez mais os idosos tem ficado mais idosos. Este fenômeno não ocorre de forma isolada, mas de forma dialética, entre o indivíduo e o seu grupo social, no entanto, é um processo multifatorial e subjetivo, e por este motivo cada indivíduo envelhece de uma maneira diferenciada. Percebe-se então, que o processo de envelhecimento hoje não é mais demarcado pelas categorias biológicas e cronológicas, mas sim como uma categoria socialmente construída, não permitindo conceitos absolutos e universais

O envelhecimento em seu aspecto social tem a ver com as normas e os valores sociais e culturais ao qual o idoso pertence, e com a criação de novo papel social que poderá ser positivo ou negativo, pois está interligado às questões econômicas, dentre os fatores sociais, pode-se destacar o nascimento dos filhos, casamento, aposentadoria, entre outros.

Alguns estereótipos positivos e negativos estão relacionados aos idosos. As características positivas são: afetuoso e carinhoso, gentileza, sabedoria, confiabilidade, afluência, poder político, liberdade, juventude prolongada, felicidade etc.; já as negativas giram em torno de aspectos como doença, impotência ou desinteresse sexual, feiura, declínio mental, doença mental, inutilidade, isolamento, pobreza, depressão, dentre outras.

O desafio para esta faixa etária se dá na superação das mudanças biopsicossociais que ocorrem com o envelhecimento e para grande maioria dos idosos é demarcada pelo processo de aposentadoria. A superação destas mudanças incide no idoso em “reinventar-se”, ou seja, as escolhas que o sujeito faz para superar as mudanças ocorridas

Assim, o indivíduo vai descobrindo as expectativas que a sociedade lhe dirige, e ao adquirir esta consciência aprende a desempenhar os papéis correspondentes aos distintos âmbitos que desempenhará durante a vida. A aquisição desta identidade social se maneja de uma forma subjetiva, permitindo ao indivíduo adaptar-se aos papéis que deverá conviver.

Referências

Alvaro, J. L., & Garrido, A. (2003). *Psicología Social: perspectivas psicológicas y sociológicas*. Mc Graw-Hill.

Alvino, F. S. (2015). *Concepções do idoso em um país que envelhece: reflexões sobre protagonismo, cidadania e direitos humanos no envelhecimento* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília], Brasília.
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19708/1/2015_FabioSoaresAlvino.pdf

Antunes, M. H. (2014). *Entre “o mito do pijama” e “o projeto de ser feliz”: As repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina],

Antunes, M. H., Moré, C. L. O. O., & Schneider, D. R. (2016). Compreendendo o fenômeno da aposentadoria em uma perspectiva relacional: contribuições do pensamento sistêmico. *Pensando Famílias*, 20(2), 70-84.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2016000200006&lng=es&nrm=iso

Atchley, R. C. (1989). Continuity Theory of Normal Aging. *The Gerontologist*, 29(2), 183-190. <https://doi.org/10.1093/geront/29.2.183>

Azevedo, M. S. A. (2015). *O envelhecimento ativo e a qualidade de vida: uma revisão integrativa* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Enfermagem do Porto], Portugal.
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10776/1/marta%2020%20de%20abril%20-%20tese%20final%20-%20pdf.pdf>

Barbosa, L. V. (2007). *Treinamento com pesos na prevenção da sarcopenia em idosos* [Monografia de Graduação, Universidade Estadual de Campinas], Campinas.
<http://cutter.unicamp.br/document/?down=000414094>

Bendassolli, P. F. (2011). Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 11(1), 65-99.:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100004

Bernardes, M. A. F. (2007). Conselhos de representação: espaços para os idosos se organizarem na defesa de seus direitos. *Revista Kairós*. 10(2), 107-121.
<https://doi.org/10.23925/2176-901X.2007v10i2p%25p>

Caldas, C. (2003). Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3), 733-781. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300009>

Capitanini, M. E. S. (2000). *Sentimento de solidão, bem-estar subjetivo e relações sociais em idosas vivendo sós* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas],

Campinas.

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_c86745ffabbf0ad568d9f6ad353eb5af

Carneiro, R. S., & Falcone, E. O. (2004). Um estudo das capacidades e deficiências em habilidades sociais na terceira idade. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 119-126.

<https://doi.org/10.1590/s1413-73722004000100015>

Carstensen, L. L. (1991a). Social and emotional patterns in adulthood: Support for socioemotional selectivity theory. *Psychology and Aging*, 7(3), 331-338.

<https://doi.org/10.1037/0882-7974.7.3.331>

Carstensen, L. L. (1991b). Socioemotional selectivity theory: social activity in life-span context. *Annual Review of Gerontology and Geriatrics*, 11, 195-217.

Carvalho, A. S. (2009). *Gestão de pessoas e envelhecimento: sentido do trabalho para o idoso*. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. São Paulo, SP, Brasil, 33.

Castro, C. R. N., & Rodrigues, R. A. P. (1992). O idoso e a aposentadoria. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 26(3), 275-288. <https://doi.org/10.1590/0080-6234199202600300275>

Ciampa, A. C. (1992). *Psicologia social: o homem em movimento*. Brasiliense.

Costa, A. M. M. R., Moraes, P. F., Costa, J. L. R., & Lopes, R. G. C. (2016). Envelhecimento e trabalho. In J. L. R. Costa, A. M. M. R. Costa, & G. Jr. Fuzaro (Org.), *O que vamos fazer depois do trabalho? Reflexões sobre a preparação para aposentadoria* (pp. 23-32). Cultura Acadêmica.

Couto, M. C. P. P., Ferreira Novo, R., & Koller, S. H. (2011). Relações entre Rede de Apoio Social, Bem-estar Psicológico e Resiliência na Velhice. In D. V. D. Falcão, & L. F. Araújo, *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados* (pp. 27-44). Alínea.

Dal Rio, M. C. (2009). Construção de novas formas de sociabilidade no processo de envelhecimento e na velhice. In M. C. Dal Rio, D. S. Miranda, & A. E. S. Barroso (Coord.), *Perspectiva social do envelhecimento*. Fundação Padre Anchieta.

Dias, A. M. (2007). *O processo de envelhecimento humano e a saúde do idoso nas práticas curriculares do curso de fisioterapia da UNIVALI campus Itajaí: um estudo de caso* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí], Itajaí.

<http://siaibib01.univali.br/pdf/Alexsandra%20Marinho%20Dias.pdf>

Diener, E., & Oishi, S. (2009). Money and happiness: Income and subjective well-being across nations. In E., Diener & E. M. Suh (Eds.), *Culture and subjective well-being* (pp. 185-218). MIT Press.

Enriquez, E. (1999). Perca do trabalho, perda da identidade. In M. R. Nabuco, & A. C. Neto (Orgs.), *Relações de trabalho contemporâneas* (pp. 69-83). IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC Minas.

Espirito Santo, F. H., Góes, P. M. F. de, & Chibante, C. L. de P. (2014). Limites e possibilidades do idoso frente à aposentadoria. *Revista Kairós Gerontologia*, 17(4), 323-335. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2014v17i4p323-335>

Falcão, D. V. S., Flauzino, K. L., & Fratezi, F. R. (2011). Rede de Suporte Social e Doença de Alzheimer. In D. V. D. Falcão, & L. F. Araújo, *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados* (pp. 45-66). Editora Alínea.

Ferraz, L., Alves, J., & Ferreti, F. (2017). A vulnerabilidade ocupacional do idoso no meio rural. *Saúde y Transformação Social/Health y Social Change*, 8(1), 1-14. <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4165>

Ferreira, O. G. L., Maciel, S. C., Silva, A. O., Sá, R. C. N., & Moreira, M. A. S. P. (2010). Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo. *Psico-USF*, 15(3), 357-364. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712010000300009>

Ferreira, P. M. (2015). Envelhecimento e direitos humanos. *Conjectura: Filosofia e Educação*, 20(spe), 183-197. <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/3656>

Fontoura, D. S., Doll, J., & Oliveira, S. N. (13 a 17 de setembro de 2014). Aposentadoria: escolhas diferentes, caminhos divergentes. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 38.

Freitas, L. P. (2017). *O bem-estar subjetivo da pessoa idosa na vivência de uma opção religiosa: um estudo no estado da Bahia* [Tese de Doutorado, Universidade Autônoma de Lisboa], Lisboa. <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3222/1/Tese%20Doutoramento%20-%20Levi%20Paula%20Freitas%20-%20N%c2%b020101658.pdf>

Freud, S. (1924/1969). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *O ego o Id e outros trabalhos* (pp. 191-199). Imago.

Giraldi, R. C. (2014). Espaços de lazer para a terceira idade: sua análise por meio de diferentes vertentes. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 17(3), 627-636. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13086>

Gomes, A. C. C., Neri, A. N., Costa, C. D. S., Araujo, E. T. P., Lima, M. A., Souza, M. C. M., & Cruz, V. S. (2016). Aposentado que permanece no mercado de trabalho. *Research, Society and Development*, 2(1), 35-56. <https://doi.org/10.17648/rsd-v2i1.20>

Grisci, C. L. I., & Lazzarotto, G. R. (2013). Psicologia Social no trabalho. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (pp. 197-205). Vozes.

Gunther, I. A. (2011). Envelhecimento, Relações Sociais e Ambiente. In D. V. D Falcão, & L. F. Araújo, *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados* (pp. 11-25). Editora Alínea.

Havighurst, R. J. (1951). *Developmental tasks and education*. Longman Green.

Heckhausen, J., & Schulz, R. (1995). A life-span theory of control. *Psychological Review*, 102(2), 284-304. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.102.2.284>

Jesuino, J. C., Torres, T. L., Soares, C. C., & Silva, A. O. (2017). Contribuições para uma gerontologia crítica. In A. O. Silva, & B. Z. Camargo, *Representações sociais do envelhecimento e da saúde* (pp. 59-83). EDUFERN.

Junges, J. R. (2006). Reflexão Bioética sobre a situação do idoso. In J. R. Junges, *Bioética como casuística e como hermenêutica* (pp. 207-228). Edições Loyola.

Kahn, R. L., & Antonucci, T. C. (1980). Convoys over the life course: Attachment, roles, and social support. In P. B. Baltes, & O. Brim (Eds.), *Life-span development and behavior* (vol. 3), (pp. 253-286). Academic Press.

Kegler, P., Santos, R. L., & Macedo, M. M. K. (2011). La subjetividad em el mundo del trabajo: vivencias entre realidade psíquica y realidade material. *Acta Psiquiatria e Psicologia America Latina*, 57(4), 326-332.

http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9290?locale=pt_BR

Levy, B. R., Slade, M. D., Kunkel, S. R., & Kasl, S. V. (2002). Longevity increased by positive self-perception of aging. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, 83(2), 251-270. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.83.2.261>

Lima-Costa, M. F., & Veras, R. P. (2003). Saúde Pública e envelhecimento. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3), 700-701. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300001>

Linton, R. (1947). Concepts of role and status. In T. M. Newcomb, & E. L. Hartley, *Readings in Social Psychology* (pp. 29-31). Henry Holt & Co.

Lussac, R. M. P. (2009). Terceira Idade, Envelhecimento e Capoeira. *Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano*, 6(1), 50-60
<https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.152>

Martínéz, J. C. B. (2013). *Los Roles Sociales* [Blog].

<http://sociologiadivertida.blogspot.com/2013/09/los-roles-sociales.html>

Martins, E. S. (2010). Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. *Kínesis*, 2(4), 40-52. [Kinesis/Ospapeissociaisnaformacao.pdf](http://www.kinesis.org.br/Uploads/Ospapeissociaisnaformacao.pdf)

Martins, J. J., Barra, D. C. C., Santos, T. M., Hinkel, V., Nascimento, E. R. P., Albuquerque, G. L., & Erdman, A. L. (2007). Educação em saúde como suporte para a qualidade de vida de grupos da terceira idade. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 9(2), 443-456.
<https://doi.org/10.5216/ree.v9i2.7193>

Mead, G. H. (1965). *Mind, self and society from the Standpoint of a Social Behaviorist*. University of Chicago Press Miranda & Banhato, 2008, pp. 70-71).

Miranda, L. C., & Banhato, E. F. C. (2008). Qualidade de vida na terceira idade: a influência da participação em grupos. *Psicologia em Pesquisa*, 2(1), 69-80.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v2n1/v2n1a09.pdf>

Monteleone, T. V., Witter, C., & Gama, E. F. (2015). Representação Social de Idosos: análise das imagens publicadas no discurso midiático. *Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento*, 20(3), 921-937.
<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/48330>

Moraes, E. N., Moraes, F. L., & Lima, S. P. P. (2010). Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. *Revista Médica de Minas Gerais*, 20(1), 67-73.
http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/197.pdf

Nadai, A. (1995). Programa de Atividades Físicas e Terceira idade. *Revista Motriz*, 1(2), 120-123. https://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n2/1_2_Andreia.pdf

Neri, A. L. (2006). Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e em sociologia. In A. L. Neri (Org.), *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (pp. 11-38). Papirus.

Neri, A. L. (2013a). Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In L. F., Malloy-Diniz, D. Fuentes, & R. M. Cosenza (Orgs.), *Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional* (pp. 17-42). Artmed.

Neri, A. L. (2013b). Teorias Psicológicas do Envelhecimento: percurso histórico e teorias atuais. In E. V. Freitas, & L. Py, *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (pp. 102-118). Guanabara Koogan.

Neri, A. L., & Freire, S. A. (Orgs.). (2000). *E por falar em boa velhice*. Papirus.

Newcomb, T. M. (1950). *Social Psychology*. Dryden.

Newcomb, T. M. (1964). *Manual de Psicología Social, tomo I*. Editorial Universitaria de Buenos Aires OMS, 2015)

Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2015). *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*, Banco de Dados. OMS.

Paiva, V. M. B. (1986). *A velhice como fase do desenvolvimento humano*. *Revista de Psicologia*, 4(1), 18-23. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10807>

Palmore, E. B. (1999). *Ageism: Negative and positive*. Springer.

Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento Humano*. Artmed.

Papalia, D. E., Olds, S.W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento Humano*. Artmed.

Parente, M. A. de M. P. (2006). *Cognição e Envelhecimento*. Artmed.

Parlamento Europeu e Conselho Europeu. (2011). *Ano europeu do envelhecimento ativo e da solidariedade entre as gerações: Decisão n.º 940/2011/EU*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011D0940&from=EN>

Pinto, M. M. (2009). *Atividade física como fator motivacional na terceira idade*. [Monografia de Graduação, Universidade Federal do Amazonas], Manaus.

Riegel, K. (1976). The Dialectics of Human Development. *American Psychologist*, 31(10), 689–700. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.31.10.689>

Riley, M. W., Johnson, M. E., & Foner, A. (1972). *Aging and society: a sociology of age stratification*. Russell Sage.

Robazzi, M. L. C. C., Marziale, M. H. P., Rodrigues, R. A. P., Silveira, C. A., & Alves, L. A. (2009). Acidentes e agravos à saúde dos idosos nos ambientes de trabalho. *Revista de Enfermagem*, 17(3), 309-314.

Rohm, R. H. D., & Lopes, N. F. (2015). O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. *Caderno EBAPE.BR*, 13(2), 332–345. <https://doi.org/10.1590/1679-395117179>

Rommetveit, R. (1967). *Normas y Roles Sociales*. Editorial Paidós

Scheibe, S., & Carstensen, L. L. (2010). Emotional aging: recent findings and future trends. *Journal of Gerontology: Psychological Sciences*, 65 (2), 135-144. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbp132>

Schneider, R. H., & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 585-593. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013>

Schweitzer, L., Gonçalves, J., Tolfo, S. R., & Silva, N. (2016). Bases epistemológicas sobre sentido (s) e significado (s) do trabalho em estudos nacionais. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 16(1), 103-116. <https://doi.org/10.17652/rpot/2016.1.680>

Scortegagna, P. A., & Oliveira, R. C. S. (2012). Idoso: um novo ator social. *Anais do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, Caxias do Sul, RS, Brasil 9.

Serafim, F. M. M. P. (2007). *Promoção do bem-estar global na população sénior: práticas de intervenção e desenvolvimento de actividades físicas* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve], Faro. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/659>

Snyder, C. R., & Lopez, S. J. (2009). Bom trabalho: a psicologia do emprego gratificante. In C. R., Snyder, & S. J. Lopez, *Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas* (pp. 364-396). Artmed.

Souza, R. F., Matias, H. A., & Brêtas, A. C. P. (2010). Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(6), 2835-2843. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232010000600021>

Spanevello, R. M., Matte, A., Andreatta, T., & Lago, A. (2017). A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. *Desenvolvimento em Questão*, 15, 348-372. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.348-372>

Stevenson, L. (1976). *Sete teorias sobre a natureza humana*. Editorial Labor do Brasil.

Tezanos, J. F. (1998). *La explicación sociológica: Una introducción a la sociología*. UNED.

Tolfo, S. R. (2015). Significados e sentidos do trabalho. In P. F. Bendassolli, & J. E. Borges-Andrade (Orgs.), *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações* (pp. 617-625). Casa do Psicólogo.

Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Baasch, D., & Cugnier, J. C. (2011). Sentidos y significados del trabajo: Un análisis con base em diferentes perspectivas teóricas y epistemológicas en Psicología. *Universitas Psychologica*, 10(1), 175-188. <https://doi.org/10.11144/javeriana.upsy10-1.ssta>

Torres, T. L., Camargo, B. V., Boulsfield, A. B., & Silva, A. O. (2015). Representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(12), 3621-3630. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152012.01042015>

Vasconcelos, A. T., & Jager, M. E. (2016). A percepção de psicólogos sobre o envelhecimento: Psicologia e envelhecimento. *Multiciência Online*, 15(1), 127-136. <http://urisantiago.br/multicienciaonline/?daf=artigo&id=70Vilela, 2018>.

Vilela, T. B. (2018). *A dependência comportamental aprendida no contexto da relação entre idosos e seus cuidadores informais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais], Belo Horizonte. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30093?locale=pt_BR

Zanelli, J. C., Silva, N., & Soares, D. P. (2010). *Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira*. Artmed.



Capítulo 4
**BEM-ESTAR NO SETOR PÚBLICO: O PAPEL DO SUPORTE
ORGANIZACIONAL E DO CAPITAL PSICOLÓGICO NA SAÚDE
MENTAL NO TRABALHO HÍBRIDO E PRESENCIAL**

Clayton Costa Da Silva

Nilton S. Formiga

Antonio Jorge Fernandes

Samira Celeste Rocha De Souza

Elaine Cristina L. Sena

Carlos Vladimir Da Frota

Rafaela De Sousa Andrade Plutarco

**BEM-ESTAR NO SETOR PÚBLICO: O PAPEL DO SUPORTE
ORGANIZACIONAL E DO CAPITAL PSICOLÓGICO NA SAÚDE MENTAL NO
TRABALHO HÍBRIDO E PRESENCIAL**

Clayton Costa Da Silva

Universidade Potiguar/

Ecosistemas Ânima, Natal, RN- Brasil

E-mail: clayton.costasilva1980@gmail.com

Nilton S. Formiga

Universidade Potiguar/

Ecosistemas Ânima, Natal, RN- Brasil

E-mail: nsformiga@yahoo.com

Antonio Jorge Fernandes

Universidade Potiguar/

Ecosistemas Ânima, Natal, RN- Brasil

E-mail: afer@ua.pt

Samira Celeste Rocha De Souza

Universidade Potiguar/

Ecosistema Ânima

Natal, RN, Brasil

E-mail: samirarochoa@uern.br

Elaine Cristina L. Sena

Universidade Potiguar/

Ecosistema Ânima

Natal, RN, Brasil

E-mail: elaineclsena@hotmail.com

Carlos Vladimir Da Frota

Universidade Potiguar/Ecosystema Ânima, Natal, Brasil

E-mail: vladimirfrota@gmail.com

Rafaela De Sousa Andrade Plutarco

Universidade Potiguar/

Ecosystemas Ânima, Natal, RN- Brasil

E-mail: rafaelaplutarco@hotmail.com

RESUMO

Este estudo investigou a relação entre suporte organizacional percebido (SOP), capital psicológico positivo (CPP) e transtornos emocionais comuns (TEC) — como ansiedade, depressão e estresse — em servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE) atuando em regime híbrido ou remoto. A amostra foi composta por 107 servidores (67% mulheres), com idades entre 25 e 67 anos ($M = 41,53$; $DP = 9,74$), dos quais 41% trabalhavam à distância. Foram utilizados instrumentos validados [Escala de Percepção do Suporte Organizacional (EPSO), Escala de Capital Psicológico Positivo (ECP) e a Escala DASS-21] e questionário sociodemográfico. Os resultados demonstraram que níveis mais baixos de percepção de suporte organizacional estavam associados a maiores níveis de sofrimento emocional. Além disso, o capital psicológico positivo mostrou correlação negativa com os transtornos emocionais e positiva com o suporte organizacional. Trabalhadores com altos níveis de SOP e CPP apresentaram menor sofrimento psíquico, independentemente da modalidade de trabalho. Conclui-se que SOP e CPP são fatores protetores importantes para a saúde mental laboral, reforçando a necessidade de políticas institucionais voltadas à promoção do bem-estar e prevenção do adoecimento psíquico.

Palavras-chaves: Suporte Organizacional; Capital Psicológico Positivo; Ambiente Laboral Híbrido/Remoto; Transtornos Emocionais Comuns.

INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho tem sido constantemente impactado por transformações tecnológicas, socioeconômicas e políticas, que impõem às instituições a necessidade de reformular suas estratégias de atuação junto aos colaboradores e usuários. Essas mudanças visam não apenas o aumento da eficiência na prestação de serviços, mas

também a elevação da competitividade institucional. Como consequência, as organizações tornam-se mais suscetíveis às pressões externas, adotando posturas mais éticas e justas (Moretto, 2018; Silva, 2024; Souza *et al.*, 2023).

Nesse cenário, a organização do trabalho exerce influência direta sobre a saúde do trabalhador, que se vê compelido a adaptar-se a processos produtivos mais dinâmicos e ao uso de tecnologias avançadas. Essas transformações impactam a economia, a política e a cultura, promovendo a precarização das relações laborais e fragilizando a articulação entre saúde e trabalho, com efeitos negativos sobre as condições de vida dos trabalhadores (Santos, 2017; Souza, 2021; Lopes, Carlos, Nunes, 2025).

As forças que impulsionam as transformações no mercado de trabalho e na sociedade — como globalização, digitalização, inovações tecnológicas, mudanças demográficas e climáticas — foram intensificadas por um fator inédito: a pandemia de Covid-19. Este evento exigiu respostas rápidas e radicais das organizações, especialmente das instituições públicas, que precisaram adotar medidas emergenciais de segurança sanitária (Ionescu *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2019; Bezerra, Aires, Neto, Silva, 2024).

Dentre essas medidas, destaca-se a implementação do distanciamento social, o que obrigou as organizações a reformular suas práticas laborais. O teletrabalho, definido como o exercício profissional realizado remotamente com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (OIT, 2016), emergiu como uma solução imediata e necessária, estendendo-se a um número significativo de trabalhadores em todo o país (Losekann, Mourão, 2020).

A incorporação do teletrabalho ocorreu em um contexto de transformações estruturais mais amplas, desencadeadas pela chamada Terceira Revolução Industrial — ou Revolução Informacional — iniciada na década de 1960. Este período foi marcado pela crise do modelo industrial tradicional e pela difusão das TICs, como os semicondutores, os mainframes, os computadores pessoais e, posteriormente, a internet (Schwab, 2016; Oliveira, Pantoja, 2023).

No setor público, as TICs possibilitaram a continuidade das atividades institucionais, à medida que os servidores passaram a desempenhar suas funções remotamente (Pantoja, Andrade, Oliveira, 2020; Pantoja *et al.*, 2020; Sartori, 2024). A pandemia acelerou esse processo, reforçando a necessidade de desenvolver modelos de trabalho mais eficientes e sustentáveis, capazes de integrar dimensões sociais, ambientais

e econômicas (Bittencourt, Hoelz, 2021; Franco, 2022; Formiga, Franco, 2024; Lima, 2021).

Entre as várias formas de inovação tecnológica na atualidade, o teletrabalho tem se destacado, assim como a prestação de serviços e a realização de tarefas de maneira híbrida ou totalmente remota (Rocha, Amador, 2018; Lonescu *et al.*, 2022; Sartori, 2024).

Embora o trabalho à distância e a delegação de tarefas remotas sejam práticas observadas desde períodos anteriores ao advento das tecnologias modernas de comunicação, o teletrabalho, tal como é compreendido atualmente, constitui um fenômeno recente. Há registros de sua adoção por órgãos governamentais de outros países desde a década de 1990, com expansão significativa a partir dos anos 2000. No Brasil, a incorporação dessa modalidade pelas instituições públicas teve início na década de 2010 (Macedo, Xerez, 2016; Araújo *et al.*, 2023; Bridi, Tropia, Vazquez, 2024).

O teletrabalho tem sido progressivamente adotado por instituições públicas brasileiras há mais de 15 anos. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) foi pioneiro nesse processo ao implementar essa modalidade de forma estruturada já em 2005. Posteriormente, outras instituições seguiram esse caminho, como a Receita Federal do Brasil (RFB), em 2012, a Advocacia-Geral da União (AGU), em 2011, e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), também em 2012 (Santos, Reis, 2021; Rangel, Bacinello, 2024).

Ainda que o trabalho remoto apresente desafios mesmo em condições normais, a pandemia da Covid-19 intensificou consideravelmente essas dificuldades ao tornar o teletrabalho uma prática obrigatória para grande parte da força de trabalho (Durães, Bridi, Dutra, 2021; Meira, Cruz, Silva, 2023; Bridi, Tropia, Vazquez, 2024). A sobreposição entre vida pessoal e profissional tornou-se um desafio expressivo, especialmente para trabalhadores com filhos, devido à suspensão das aulas presenciais e do funcionamento de creches, impactando significativamente a produtividade (Aguiar *et al.*, 2022; Nery e Santos *et al.* 2024).

Atualmente, o teletrabalho no Brasil está regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), complementada por Instruções Normativas e Portarias. No âmbito da Justiça Eleitoral cearense, a Resolução nº 936/2023 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) estabelece as diretrizes para a execução do trabalho remoto e híbrido, alinhando-se às normativas do Conselho Nacional de Justiça (Resoluções CNJ nº 227/2016 e nº 343/2020), do Tribunal Superior Eleitoral (Resolução TSE nº

23.586/2018) e às disposições internas do próprio TRE-CE (Resolução nº 814/2021) (TRE, 2023).

Diante desse cenário, torna-se essencial refletir sobre como estruturar um ambiente organizacional propício à execução das atividades administrativas e jurisdicionais de forma remota ou híbrida. Tal estrutura deve garantir a continuidade dos serviços prestados com qualidade e eficiência, respeitando os altos padrões do Poder Judiciário da União, ao mesmo tempo em que promove o bem-estar e o fortalecimento do capital psicológico dos servidores.

Se por um lado pretende avaliar a importância do suporte organizacional, o qual, iniciou no final dos anos 80 do século XX, com o estudo seminal de Eisenberger et al. (1986), que introduziu o conceito de percepção do suporte organizacional e definiu quanto apoio organizacional como as percepções que os membros de uma organização desenvolvem sobre o quanto suas contribuições são valorizadas e sobre o grau de preocupação da instituição com o seu bem-estar no ambiente de trabalho.

O trabalho, nesse contexto, assume papel central na trajetória de vida dos indivíduos, sendo reconhecido como um meio fundamental de integração social e desenvolvimento pessoal. Ele proporciona tanto a construção da identidade quanto o reconhecimento do trabalhador como sujeito social (Tolfo, Piccinini, 2007).

Nos últimos dez anos, as organizações têm se esforçado para compreender os trabalhadores em uma dimensão que transcende o aspecto puramente técnico ou produtivo. A busca é por entender os fatores que promovem engajamento, confiança, comprometimento, criatividade, interações sociais e inovação dentro do ambiente laboral (Formiga, Pereira, Estevam, 2020; Estevam, Formiga, Gibson, 2024).

Nesse cenário, marcado pela globalização e pelo avanço tecnológico, o mercado de trabalho tornou-se cada vez mais exigente e competitivo. Essa dinâmica demanda dos trabalhadores altos níveis de qualificação, eficiência e comprometimento. No entanto, ao mesmo tempo em que a ocupação profissional representa uma fonte de realização e reconhecimento, ela também pode desencadear efeitos adversos, sobretudo na saúde mental dos indivíduos (Simões, Alves & Silva, 2016; Ferrari, Basile, Prescilla, 2019).

Por outro lado, surge o capital psicológico positivo quanto variável psicológica importante para avaliar a experiência dos trabalhadores; conforme descrito por Luthans *et al.* (2007; Luthans et al., 2015; Formiga *et al.*, 2020; Formiga *et al.*, 2024), é composto por quatro dimensões: autoeficácia (confiança na própria capacidade de lidar com tarefas

desafiadoras), otimismo (expectativa positiva em relação ao presente e ao futuro), esperança (determinação e planejamento para alcançar objetivos) e resiliência (capacidade de recuperação frente a adversidades). Essas competências são fundamentais para enfrentar as exigências de um ambiente de trabalho em constante transformação.

O contexto atual, marcado por intensas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, exige das organizações respostas estratégicas que combinem inovação, ética e eficiência. A pandemia de Covid-19, nesse sentido, intensificou a urgência por práticas sustentáveis, redução de custos e elevação da produtividade, o que levou à expansão acelerada do teletrabalho (cf. Franco; Formiga, 2022; Formiga; Franco, 2024).

Neste panorama, a saúde mental dos trabalhadores assume centralidade nas discussões sobre qualidade de vida no trabalho. O estresse, em especial, é um fator crítico que atravessa as interações laborais cotidianas e pode desencadear transtornos como depressão e ansiedade. Dessa forma, torna-se imprescindível investigar os fatores associados a esses agravos, a fim de subsidiar políticas e estratégias institucionais de prevenção e promoção da saúde mental no trabalho.

Investigar, portanto, as possibilidades e os limites da adoção do trabalho remoto e híbrido, sob a ótica dos servidores do TRE-CE, constitui um caminho estratégico para fortalecer o alinhamento entre as práticas organizacionais e os valores institucionais. Esse alinhamento visa assegurar a prestação de serviços públicos de excelência, sustentada por princípios de sustentabilidade, economicidade, segurança, proteção, conforto e bem-estar coletivo. Dessa forma, surge como questão de pesquisa o seguinte problema: **é possível replicar o modelo teórico referente a percepção do suporte organizacional, capital psicológico positivo no trabalho e saúde geral em servidores do tribunal regional eleitoral do Ceará em ambiente laboral híbrido?**

MÉTODO

A proposta investigativa foi desenvolvida com base na perspectiva quantitativa, tendo como tipologia específica uma pesquisa empírica, descritiva e correlacional. Por meio desse processo diligente buscou-se responder aos fatores geradores dessa pesquisa, de modo a apontar possíveis caminhos para pesquisas futuras e contribuir para o

desenvolvimento e implementação de práticas laborais que torne a qualidade de vida no trabalho mais adequada e sadia.

A aplicação do método quantitativo em questão, o qual, estruturado sistematicamente na sua elaboração, pretende além apresentar uma descrição dos achados, explicar a causalidade dos fatos observados sobre o ambiente laboral, corroborando assim, as hipóteses adotadas.

Locus Da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Estado do Ceará com os servidores do TRE; será administrada de forma individual aos participantes, por meio eletrônico através do *Google forms*.

População E Amostra

Participaram da amostra servidores, homens e mulheres, com mais de dois anos de adesão (devido ao cumprimento do estado probatório) do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no estado do Ceará. A amostra será do tipo intencional, não probabilística, a qual, será avaliada através do pacote estatístico G Power 3.2, a fim de avaliar o 'n' necessário para que a pesquisa seja realizada; para isso, será considerado uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r > 0,50$) e um padrão de poder hipotético ($\pi \geq 0,80$). Observou-se que 100 participantes seria suficiente para que a pesquisa pudesse ser realizada (a saber: $t < 1,98$; $\pi < 0,91$; $p < 0,05$).

Quanto aos critérios éticos da pesquisa, serão fornecidas informações sobre o propósito da pesquisa, com instruções claras sobre as questões apresentadas nos instrumentos. Todas as práticas da pesquisa seguirão as orientações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos. Para que o servidor participe da pesquisa, será solicitada a assinatura virtual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto será submetido ao comitê de ética (CEP) da Universidade Potiguar (UnP), aprovado com o CAAE 32211720.3.0000.8124.

Quanto aos critérios de inclusão serão considerados os seguintes: ser servidor do TRE do Ceará e ter mais de dois anos empregados, aceitar participar da pesquisa assinando o TCLE, concluir por completo o questionário não deixando nenhuma resposta em branco; em relação aos critérios de exclusão, não ser do TRE, deixar

questões em branco no questionário, desistir de responder o questionário durante o preenchimento do mesmo, não autorizar sua participação, deixando de indicar sua aceitação no TRE.

Foi assegurado ao participante que a sua colaboração será anônima e que suas respostas serão tratadas no conjunto de resposta da amostra total. Mesmo que as instruções específicas para o preenchimento do questionário esteja explícitas no formulário de pesquisa, o autor do projeto, juntamente com seu orientador estará disponível, sem ônus para os participantes, para qualquer esclarecimento das possíveis dúvidas que vierem a surgir. Acredita-se que um tempo médio de cinco minutos será suficiente concluir o preenchimento do questionário.

Técnica E Planejamento De Coleta De Dados

Na realização da coleta dos dados, a qual, tratar-se-á de uma pesquisa de campo; será administrada de forma individual aos participantes o formulário eletrônico com um questionário estruturado e que será divulgado através do *Google forms*, sendo este, enviado através das redes sociais e/ou e-mails e mensagens eletrônicas (*WhatsApp*, etc.).

Instrumentos de pesquisa

No que se refere aos instrumentos da pesquisa, serão utilizados os seguintes:

A Escala de Percepção do Suporte Organizacional (EPSO), desenvolvida por Eisenberger et al. (1986), é composta por nove itens e foi adaptada e validada para o contexto brasileiro por Siqueira (1995). Seu objetivo é avaliar até que ponto os colaboradores de instituições públicas e privadas percebem que a organização se preocupa com o bem-estar de seus funcionários. Estudos realizados no Brasil por Formiga, Fleury e Souza (2014), Fleury, Formiga, Souza e Souza (2017) e Formiga, Miranda, Araújo, Pastana e Mafra (2018), envolvendo profissionais de diferentes estabelecimentos das regiões Nordeste e Sudeste, confirmaram a confiabilidade da EPSO. Esses estudos demonstraram coeficientes alfa similares aos obtidos por Siqueira (1995) e, por meio da análise fatorial confirmatória, validaram a estrutura fatorial original da escala, destacando seus sólidos indicadores psicométricos.

Escala de Capital Psicológico Positivo no Trabalho (ECP): Este é um instrumento desenvolvido por Luthans, Youssef e Avolio em 2007; a pesquisa utilizou a versão

simplificada composta por 12 itens, elaborada por Viseu, Jesus, Rus, Nunes, Lobo e Caralinda (2012) para a realidade de Portugal, esta ferramenta inclui questões que retratam um estado mental favorável, com a finalidade de auxiliar os indivíduos a enfrentarem e dedicar o esforço necessário para obter êxito em atividades desafiadoras. A escala é formada por quatro fatores, sendo três itens relacionados a auto-eficácia, esperança, resiliência e otimismo. Os participantes da pesquisa indicarão as suas respostas numa escala tipo Likert, de seis pontos, o grau de concordância variando de 1 = Discordo fortemente a 6 – Concordo fortemente (cf. Formiga, Viseu, Jesus, 2014; SANTANA-CÁRDENAS, VISEU, LÓPEZ-NÚÑEZ, , JESUS, 2018).

Escala de Ansiedade, depressão e estresse (em *inglês*, DASS-21): Criada por Lovibond e Lovibond em 1995, trata-se de um instrumento composto por 21 perguntas, divididas em três sub-escalas (Ansiedade, Depressão e Estresse). As respostas indicadas numa escala tipo Likert de 4 pontos, variando de 0, que significa "não se aplica completamente", a 4, que significa "aplica-se totalmente". Cada uma das sub-escalas contém 7 itens, que têm como objetivo avaliar os estados emocionais relacionados à depressão, ansiedade e estresse (ver Formiga et al., 2020)

Por fim, um questionário Sociodemográfico fará parte das informações sobre os participantes, relativos ao vínculo profissional do respondente, sexo, idade, qualificação profissional, tempo de serviço etc.

Técnicas De Análise De Dados

Para a análise dos dados, foi utilizado o software estatístico SPSSWIN, na versão 25.0; foi verificada a presença de *outliers* multivariados através do teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS) e o teste de um fator de Harman verificar o viés comum do método (VMC) nos dados coletados. Também, foi realizada estatística descritiva, alfa de *Cronbach* correlação de Pearson, bem como, análise de variância (ANOVA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final da coleta dos dados, foi obtida a participação de 107 respondentes, com faixa etária dos trabalhadores variando de 25 a 67 (Média = 41,53, d.p. = 9,74), 58% eram do sexo feminino, 67% com mais de dez anos de serviço, todos servidores públicos, 53% tendo o nível educacional de especialização, e 59% trabalhando na modalidade presencial.

No que diz respeito a consistência interna das escalas, avaliou-se, através do alfa de *Cronbach* (α) (devendo ser $\geq 0,70$, mas, também, valores até 0,60 são aceitáveis), a referida consistência dos instrumentos no contexto amostral administrado (Pasquali, 2011; Hair, Anderson, Tatham, Black, 2008). No pacote estatístico *SPSSWIN*, efetuou-se o cálculo do alfa de *Cronbach* e na tabela 1, pode-se observar que os alfas estiveram acima de 0,70 para todas as escalas utilizadas na dissertação, garantindo uma medida consistente.

Observou-se uma manutenção consistente na variação (V) dos coeficientes alfa (α), os quais permaneceram próximos aos valores previamente registrados, indicando a homogeneidade do indicador analisado. Mesmo com a recomendação de exclusão de certos itens, cuja presença poderia comprometer a qualidade das medidas, a consistência interna manteve-se estável. Adicionalmente, foi analisado o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC), que apresentou escores dentro de intervalos de confiança compatíveis com os parâmetros estabelecidos na literatura estatística. Esses intervalos mostraram-se semelhantes aos obtidos pelo alfa, reforçando a confiabilidade das medidas para a amostra avaliada e sua aplicabilidade em investigações futuras.

Com as medidas utilizadas tendo sido confirmado para avaliação do fenômeno em questão, justificando sua administração na amostra de trabalhadores, procurou-se atender ao objetivo principal do estudo (verificar a relação entre suporte organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em servidores públicos); através do cálculo de correlação de Pearson entre as variáveis, observaram-se os seguintes resultados (ver tabela 1): considerando a pontuação total do suporte organizacional, do capital psicológico positivo e do transtorno emocional comum (DASS-21), notou-se a existência de correlações significativas (a saber: suporte organizacional relacionou positivamente com o capital psicológico positivo ($r = 0,39$), com ambos, correlacionando negativamente, com o transtorno emocional (DASS-21) ($r = -0,24$ e $-0,25$).

Destaca-se também, na mesma tabela, a relação negativa do suporte organizacional, apenas com depressão e estresse (respectivamente, $r = -0,23$ e $-0,28$) e o capital psicológico positivo, somente, com a depressão ($r = -0,29$), a ansiedade e estresse não revelou significância correlacional a um $p < 0,05$. No que diz respeito as dimensões do capital psicologia positivo (AE = Auto-Eficácia, ESPEER = Esperança, RESIL = Resiliência, OTIM = Otimismo) a ESPEER correlacionou-se, negativamente, com a depressão ($r = -0,35$), e o OTIM com ansiedade ($r = -0,23$), depressão ($r = -0,43$) e estresse ($r = -0,21$).

Tabela 1: Correlação de Pearson (r) entre suporte organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em trabalhadores

Variáveis/ construto	Suporte organizacional	Capital Psicológico positivo	AE	ESP	RESIL	OTIM
Suporte organizacional	---	0,39*	0,29*	0,31*	0,27*	0,28*
Transtorno emocional (DASS-21)	-0,24*	-0,25*	-0,11	0,27*	-0,10	-0,33
Ansi	-0,13	-0,15	-0,09	-0,14	-0,04	-0,23*
Depre	-0,23*	-0,29*	-0,12	-0,35*	-0,01	-0,43*
Estres	-0,28*	-0,13	-0,06	-0,10	-0,08	-0,21*

Nota: * $p < 0,01$; CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho, CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho, AE = Auto-Eficácia, ESPER = Esperança, RESIL = Resiliência, OTIM = Otimismo; DASS-21 = *Depression, Anxiety e Stress Scale*; Ansi = Ansiedade, Depre = Depressão, Estres = Estresse.

A partir dessas correlações, foi realizada uma análise estatística de comparação (ANOVA) para avaliar as diferenças nas pontuações médias nas variáveis dependentes *versus* independentes. Observaram-se resultados não significativos entre as diferenças dos escores médios, tanto para o efeito direto, quanto de interação.

Na tabela 2, destacam-se os escores para o efeito direto do Suporte Organizacional e do Capital Psicológico Positivo no Trabalho em função do DASS-21, os quais, mesmo apresentando um escore alto no baixo nível do suporte organizacional e do capital psicológico positivo, tais achados apresentaram diferenças seguras entre os escores.

Tabela 2: Escores médios do efeito direto entre os níveis de suporte organizacional e capital psicológico positivo em função do transtorno emocional comum

Nível de Suporte Organizacional	Escores Médios	d.p.	Estatística				
			F	gl	p-valor	Eta (η)	OP
Baixo	2,34	0,14	2,09	2	0,13	0,04	0,42
Moderado	1,97	0,14					
Alto	1,93	0,18					
Nível Capital Psicológico Positivo no Trabalho	Escores Médios	d.p.	Estatística				
			F	gl	p-valor	Eta (η)	OP
Baixo	2,20	0,18	1,53	2	0,22	0,04	0,32
Moderado	2,18	0,14					
Alto	1,87	0,14					

Na tabela 3 é apresentado o resultado do efeito de interação, o qual, também, não foi significativo, mesmo tendo observado a existência de maior escore no baixo suporte

organizacional e moderado capital psicológico positivo no trabalho. Destaca-se assim, quando se refere as diferenças entre tais construtos, uma certa parcimônia, pois, mesmo que tenha sido encontrado uma relação positiva entre suporte organizacional e capital psicológico positivo, com estas variáveis se relacionando negativamente, com o transtorno emocional comum, quando avaliado em relação a variação entre os escores não foi observar um maior poder explicativo.

Tabela 3: Escores médios do efeito de interação nos níveis de suporte organizacional versus capital psicológico positivo em função do transtorno emocional comum.

Nível Suporte Organizacional	Nível Capital Psicológico Positivo no Trabalho	Média	d.p.	Estatística				
				F	gl	p-valor	Eta (η)	OP
Baixo	Baixo	2,27	0,20	0,42	4	0,79	0,02	0,14
	Moderado	2,57	0,30					
	Alto	2,18	0,24					
Moderado	Baixo	2,00	0,22					
	Moderado	2,07	0,21					
	Alto	1,85	0,30					
Alto	Baixo	2,33	0,46					
	Moderado	1,91	0,24					
	Alto	1,57	0,17					

Na tabela 4, são apresentadas as diferenças entre os construtos (suporte organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional comum) em função do tipo de modalidade de trabalho (presencial ou híbrido). Através de um teste t de Student, observaram-se que as diferenças não foram significativas, isto é, seja em modalidade híbrida ou presencial, os construtos abordados não fazem diferença.

Tabela 4: Correlação de Pearson (r) entre suporte organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em trabalhadores.

Construtos	Modalidade de trabalho atualmente	Escore médio	d.p.	Estatística		
				t (> 1,96)	gl	p-valor (< 0,05)
SORG	Presencial	34,9180	6,66907	0,20	106	0,90
	Híbrido	34,7619	6,37376			
CPPT	Presencial	44,5082	6,72216	1,55	106	0,12
	Híbrido	42,2619	7,90819			
DASS	Presencial	39,4098	17,25338	-0,26	106	0,79
	Híbrido	40,2381	13,54992			

ESTRESS	Presencial	12,1667	6,37039	0,95	106	0,35
	Híbrido	11,0750	4,36999			
ANSIED	Presencial	15,2833	6,58990	-1,05	106	0,30
	Híbrido	16,6905	6,74442			
DEPRESS	Presencial	12,9474	5,67079	-0,30	106	0,76
	Híbrido	13,2927	5,80191			

Notas: SORG = Suporte Organizacional, CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho, DASS-21 = *Depression, Anxiety e Stress Scale*; Ansied = Ansiedade, Depress = Depressão, Estress = Estresse.

A pesquisa desenvolvida neste capítulo, elegeu a análise da relação existente entre suporte organizacional (SORG), capital psicológico positivo (CPPT) e transtorno emocional (DASS-21) em servidores da Justiça Eleitoral na função laboral híbrida no Estado do Ceará; tomando como base de orientação dos achados de Estevam, Formiga e Gibson (2024), Franco e Formiga (2022) e Formiga e Franco (2025), os quais, observaram relações entre as mesmas variáveis avaliadas neste contexto.

Os resultados anteriormente obtidos, permite inferir que no tocante à percepção do suporte organizacional, ao capital psicológico positivo no ambiente de trabalho e ao estado de saúde geral, as escalas apresentaram indicadores psicométricos confiáveis. Ressalte-se que todos os coeficientes alpha e ICC estiveram dentro dos limites estabelecidos pela literatura científica pertinente à avaliação psicológica e psicometria.

O estudo apontou, ainda em relação ao suporte organizacional percebido (SOP), a existência de uma correlação positiva com CPPT, e relação negativa significativa entre o transtorno emocional comum (DASS-21), indicando que um maior SOP está associado a melhores níveis de saúde geral e bem-estar dos servidores da justiça eleitoral, condição a qual, corrobora os estudos supracitados.

Neste sentido, os escores correlacionais destacaram uma associação em relação aos sintomas depressivos e de estresse, porém não se aplicou à ansiedade, divergindo dos resultados observados por Estevam, Formiga e Gibson (2024) e Formiga e Franco (2025). Desta maneira, esses resultados corroboram, em parte, a literatura que destaca a relevância do suporte organizacional como um recurso protetivo essencial para lidar com as demandas do trabalho, especialmente em ambientes públicos, como é caso da Justiça Eleitoral; ambiência laboral, a qual, é marcada por pressões institucionais, exigências externas, internas e atividades intensas e frequentes durante e após as eleições. Sendo assim, chama-se atenção para a especificidade do presente estudo, já que nas pesquisas dos autores supracitados, foi contemplando apenas trabalhadores de organizações

públicas e privadas em geral nos estados brasileiros, não pontuando as diferenças da estrutura e dinâmica organizacional.

Com isso, põe-se em evidência o ganho e a manutenção da saúde mental dos servidores públicos com o apoio institucional, uma vez que reduz a sensação de sobrecarga, isolamento e ausência de méritos. O CPPT, elevado e contínuo, dos profissionais vinculados aos órgãos e entidades governamentais, cria barreiras protetivas contra os efeitos nocivos decorrentes das suas relações de trabalho promovendo bem-estar psicológico dos colaboradores (Franco; Formiga, 2022; Formiga, Franco, 2025).

Esses achados não se trata de uma condição exclusiva de estudo científico, mas, se associa ao relatório da ASMETRO-SI (ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INMETRO-SI), destacando a importância da saúde mental quanto determinante da qualidade de vida e capacidade de exercer atividades laborais de forma saudável, propondo assim, para os profissionais que enfrentam situações de sobrecarga, estresse, tensão no ambiente de trabalho ou na vida pessoal, bem como outras dificuldades emocionais, sejam de origem pessoal ou profissional, os serviços de aconselhamento psicológico 24 horas, 7 dias por semana, por meio de uma central telefônica gratuita (0800), o apoio em casos de dependência química e o atendimento presencial individual gratuito em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Os impactos do capital psicológico têm sido documentados por Luthans, Avolio, Avey e Norman (2007), que o associam ao desempenho profissional. Destacaram que uma postura otimista do colaborador influencia seu rendimento diário, com base em investigações sobre comportamento organizacional positivo, trazendo vantagens tanto para o empregado quanto para o empregador ao longo do tempo.

Os resultados indicam que todos os construtos do capital psicológico — autoeficácia, esperança, resiliência e otimismo — apresentaram correlações positivas e significativas com o SOP. Essa associação corrobora a literatura, que destaca o papel das práticas organizacionais de apoio na promoção de recursos psicológicos positivos nos trabalhadores (Luthans et al., 2007; Xanthopoulou et al., 2009; Formiga, Franco, 2025).

A crença que o colaborador possui sobre suas habilidades de mobilizar ações e recursos mentais para realizar seu trabalho com sucesso, aliada à confiança na disponibilidade de ferramentas para alcançar esses objetivos, desempenhou um papel significativo em suas conquistas. O desenvolvimento de competências e potencialidades no ambiente de trabalho é crucial para a vida profissional. Assim, uma pessoa com altos

índices de otimismo e esperança/autoeficácia tende a manter seu bem-estar no trabalho (Luthans; Avolio, 2014; Franco; Formiga, 2022).

Outro ponto que a pesquisa revela que SOP pode afetar de forma positivamente o CPPT causando uma relação inversa aos níveis de transtorno emocional comum dos servidores da justiça Eleitoral, sobretudo, considerando as características laborais desse órgão: em anos eleitorais, período marcado por intensa sobrecarga de trabalho, fortes pressões políticas, a sazonalidade da gestão dos juízes eleitorais, pois não existem juízes de carreira na instituição, passando assim uma sensação de ausência de liderança, verificando-se uma mudança significativa na ambiência laborativa, de modo a estabelecer uma sensação de desproteção institucional sentida pelo servidor efetivo (Eisenberger *et al.*, 2002).

Portanto, em ambientes administrativos altamente normatizados, de elevada pressão e prazos rígidos, o reconhecimento institucional e a valorização do trabalho do servidor mostram-se essenciais para o bem-estar psicológico (Franco; Formiga, 2022). Reflexão a qual, esteve muito próximo aos achados de Estevam, Formiga e Gibson (2024), os quais, observaram a existência de um efeito mediador do capital psicológico positivo na relação entre a percepção de suporte organizacional e a saúde geral de profissionais de saúde atuantes durante a pandemia da Covid-19, no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Nesse contexto, os construtos capital psicológico positivo e suporte organizacional se mostrou fundamental na análise das competências e qualidades individuais, bem como na compreensão das relações entre o comprometimento organizacional e o bem-estar dos trabalhadores. Assim, os efeitos do suporte organizacional sobre a saúde dos profissionais são potencializados quando mediados pelas dimensões do capital psicológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o objetivo central da pesquisa foi atingido, destacando-se a análise da relação entre o Suporte organizacional, Capital Psicológico Positivo no Trabalho (CPPT) e o Transtorno Emocional Comum (TEC). Porém, observou-se que não houve associação direta entre algumas dimensões do CPPT e os indicadores de ansiedade, depressão e estresse, sugerindo, portanto, a necessidade de maior cautela na interpretação dessas relações no contexto laboral estudado.

Mas, a percepção do Suporte Organizacional Percebido (SOP) demonstrou-se similar entre os servidores em regime presencial e aqueles em regime híbrido/remoto. Contudo, verificou-se uma tendência de níveis mais elevados de CPPT entre os trabalhadores presenciais, enquanto os níveis de TEC se mostraram mais acentuados entre os que atuam remotamente ou em modelo híbrido.

As ações institucionais da Justiça Eleitoral, especialmente no que se refere à comunicação, suporte técnico e reconhecimento profissional, vêm sendo percebidas de forma equânime por ambos os grupos. No entanto, o trabalho presencial parece propiciar um estado psicológico mais positivo, o que pode ser atribuído a fatores institucionais específicos, como a estabilidade no cargo e as políticas de gestão de pessoas. Destaca-se, ainda, o quadro reduzido de servidores efetivos, já que muitos são requisitados de outros órgãos. Tal fator pode gerar um maior comprometimento com o trabalho presencial entre os servidores efetivos da Justiça Eleitoral.

O regime híbrido/remoto, por ainda estar em processo de consolidação, apresenta desafios significativos, como isolamento social, sobrecarga laboral, barreiras na comunicação, dificuldades de liderança e gestão. Considerando que a média etária dos participantes da pesquisa ultrapassa os 41 anos, é possível que essa geração enfrente maiores dificuldades de adaptação às exigências tecnológicas e culturais dessa nova modalidade de trabalho (Aderaldo, Aderaldo, Lima, 2017).

Esses achados sugerem a necessidade de reflexões estratégicas no âmbito da cultura organizacional e da gestão de pessoas, destacando: a valorização da estabilidade ocupacional; o reconhecimento profissional mais evidente no ambiente presencial; os impactos do quadro reduzido de servidores efetivos no engajamento; e a importância de fortalecer redes de apoio social e lideranças acessíveis, favorecendo um ambiente psicologicamente mais seguro para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, I. L.; ADERALDO, C. V. L.; LIMA, A. C. Aspectos críticos do teletrabalho em uma companhia multinacional. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. esp., p. 511-533, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/rhyjxT5KWZgwQDDp4pqbdFN/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

AGUIAR, S. F. B. et al. O teletrabalho e as mulheres: percepções da conciliação da vida profissional e familiar. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 836-850, nov./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7RgMPwZndxK7Qb6KNcQ5LCL/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ARAÚJO, Alexandra Leite de; FERREIRA, Letícia Caroline da Silva; ALMEIDA, Raywg Lenon Rodrigues. Mudanças ocorridas na legislação do teletrabalho pós pandemia do COVID-19. **Ciências da Saúde**, v. 27, ed. 129, dez. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10252693.

BEZERRA, Y. C. A.; AIRES, J. D. M.; NETO, R. A. de S.; SILVA, A. G. C. da. Qualidade de vida no trabalho e efeitos do teletrabalho no período da pandemia da COVID-19: conceitos, perspectivas e desafios. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 21, n. 2, 2024. <https://doi.org/10.25112/rgd.v21i2.3549>.

BITTENCOURT, A.; HOELZ, M. Simpósio mundo social e pandemia. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, esp., p. 261-435, 2021. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp19>.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**

BRASIL. Processo Judicial Eletrônico (PJe). **Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**. Disponível em: <https://www.tre-ce.jus.br/servicosjudiciais/processos/processo-judicial-eletronico-pje/processo-judicial-eletronico-pje>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Resolução nº 936, de 15 de março de 2023. **Regulamenta o regime do teletrabalho e o trabalho híbrido no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://apps.trece.jus.br/tre/consultas/resolucoes-tre-ce/doc-resolucao.php?doc=legislacao|resolucoes-do-tre-ce|2023|resolucao-n-o-936-de-13-3.2023|tre-ce-resolucao-936.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRIDI, M. A.; TROPIA, P. V.; VAZQUEZ, B. V. Teletrabalho e saúde no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 49, edcinq3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/34122pt2024v49edcinq3>.

DURÃES, B.; BRIDI, M. A. da C.; DUTRA, R. Q. O teletrabalho na pandemia da covid-19: uma nova armadilha do capital? **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3, p. 945-966, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030005>.

EISENBERGER, R. et al. Perceived organizational support. **Journal of Applied Psychology**, v. 71, n. 3, p. 500-507, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1037/0021-9010.71.3.500>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ESTEVAM, I. D.; FORMIGA, N. S.; GIBSON, M. L. S. G. Replicação do modelo mediacional entre suporte organizacional, capital psicológico e saúde geral em profissionais da saúde durante a pandemia da covid-19 no Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de**

Previdência, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 254 - 282, set. 2024. ISSN 2317-0158. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/previdencia/article/view/7214>>. Acesso em: 31 maio 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.21902/rbp.v14i1.7214>.

ESTIVALETE, V. et al. Suporte social e suporte organizacional como antecedentes do bem-estar no trabalho: a perspectiva de colaboradores de uma empresa de logística ferroviária. **Revista de Administração**, v. 14, n. 2, p. 31-56, 2016. DOI: 10.15600/1679-5350/rau.v14n2p31-56. Acesso em: 29 abr. 2023.

FERRARI, H. C.; BASILE, J. F.; PRESCILLA, J. D. Clima e suporte organizacional: avaliação e relação entre as temáticas. **Revista CES Psico**, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2019.,

FERREIRA, M. C.; ASSMAR, E. M. L. Cultura organizacional: desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliação da cultura organizacional. In: SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 125-138.

FORMIGA, N. S. et al. Mild emotional disorder in workers: Verification of a theoretical model based on organizational support, knowledge management and positive psychological capital. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e580997597, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7597. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7597>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FORMIGA, N. S. et al. Suporte organizacional e capital psicológico: impacto na saúde mental em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Psicologia Organizacional**, v. 27, p. 1-17, 2021.

FORMIGA, N. S.; FRANCO, J. B. M. Saúde mental em trabalhadores antes, durante e pós-situação de pandemia no Brasil: Correlatos entre apoio organizacional, virtudes humanas e transtorno emocional. In: SILVEIRA, J. L. (Org.). **Equidade: Ciências Sociais, Políticas Públicas e Justiça Social** - Volume 2. 1. ed. Formiga - MG: Editora Union, 2025. v. 2, p. 9-32.

FORMIGA, N. S.; PEREIRA, G. A.; ESTEVAM, I. D. Proposta de modelo mediacional entre suporte organizacional, capital psicológico e saúde geral em enfermeiros de um hospital público. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 375-403, 2020. DOI: 10.23925/2594-3871.2020v29i2p375-403. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/45455>. Acesso em: 31 maio 2025.

FORMIGA, N. S.; VISEU, J.; JESUS, S. N. de. Verificação empírica de uma medida de Capital Psicológico Positivo em trabalhadores brasileiros. **Eureka**, v. 11, n. 2, p. 284-300, 2014.

FRANCO, J. B. M.; FORMIGA, N. S. Cultura organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em trabalhadores de organizações públicas e privadas nas cidades de Natal-RN e João Pessoa-PB. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 42, n. 102, p. 82-95, jun. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2022000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 maio 2025.

FRANCO, Jacqueline de Almeida Barbosa. **Objetivos de desenvolvimento sustentável no contexto da pandemia de Covid-19: uma análise sob a ótica da teoria das capacidades dinâmicas**. Bauru, 2022. 150 f.,

HAIR JR., J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD COVID-19**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2022.

IONESCU, C. A. et al. Sustainability analysis, implications, and effects of the teleworking system in Romania. **Sustainability**, v. 14, n. 9, p. 5273, abr. 2022.,

KLIN, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. 4. ed. New York: Guilford Press, 2014.

LIMA, C. F. et al. Capital psicológico positivo como fator protetivo da síndrome de burnout em servidores públicos. **Psico-USF**, v. 26, n. 3, p. 497-507, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260311>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LOPES, Luis Andiel Novoa Diaz; CARLOS, Luana de Sousa; NUNES, Edilon Mendes. A precarização do trabalho e seus impactos negativos nas organizações. **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 29, n. 145, 03 abr. 2025. <https://doi.org/10.69849/revistaft/ra10202504031710>,

LOSEKANN, R. G. C. B.; MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 71-75, 5 jun. 2020.,

LUTHANS, F. et al. The Psychological Capital of Chinese workers: Exploring the relationship with performance. **Management and Organization Review**, v. 11, n. 4, p. 689–713, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/mor.2015.18>. Acesso em: 3 mar. 2023.

LUTHANS, F.; AVEY, J. B.; PORR, W. D. The impact of positivity and transparency on trust in leaders and their perceived effectiveness. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 28, n. 5, p. 364–381, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01437730710752283>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MACEDO, Priscilla Maria Santana; XEREZ, Rafael Marcílio. A Sociedade da Informação e o Teletrabalho: Considerações sobre a Jornada Extraordinária de Trabalho. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 77–92, 2016. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9857/2016.v2i1.529. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/529>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MEIRA, Clara da Silva; CRUZ, Rodrigo de Cássio Martins Rabelo da. Os desafios do trabalho remoto em home office e seus efeitos nas relações trabalhistas e na qualidade

de vida dos trabalhadores. **Ciências Humanas, Ciências Sociais**, v. 27, ed. 128, nov. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10109707.

MORETTO, Amilton José et al. (Org.). **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.,

NERY E SANTOS, G. et al. Das relações especiais de trabalho: o teletrabalho e suas peculiaridades no mundo globalizado. **Revista Ratio Iuris**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 332–347, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rri/article/view/69041>. Acesso em: 1 jun. 2025.

OLIVEIRA, M. A. M.; PANTOJA, M. J. Teletrabalho e atitudes frente à mudança em organizações públicas brasileiras: experiências e desafios. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 3, p. 4095–4116, 2023. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1870>.,

PANTOJA, M. J. et al. **Relatório de pesquisa qualidade de vida no teletrabalho e indicadores de saúde mental no contexto da COVID-19**. Universidade de Brasília, Brasília, 2020.,

PANTOJA, M. J.; ANDRADE, L. L. S.; OLIVEIRA, M. A. M. Qualidade de vida no teletrabalho compulsório: percepções de trabalhadores de uma organização pública brasileira. **Revista da UI_IPSantarém**, v. 8, n. 4, p. 80-94, 2020.,

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RANGEL, F. A.; BACINELLO, E. Teletrabalho e bem-estar do trabalhador: um estudo no Tribunal Regional do Trabalho/Brasil. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 10, n. 2, p. e778, 2024. <https://doi.org/10.55905/ijstvtv10n2-021>.,

ROCHA, C. T. M. da; AMADOR, F. S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 1, p. 152–162, 2018. <https://doi.org/10.1590/1679-395154516>.,

ROCHA, C. T. M. da; AMADOR, F. S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 1, p. 152–162, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395154516>.

SANTANA-CÁRDENAS, S. et al. Capital psicológico e bem-estar no trabalho: um estudo com profissionais de saúde. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 18, n. 1, p. 45-60, 2018.

SANTOS, A. L. T.; REIS, A. C. O serviço público e o teletrabalho na administração pública federal brasileira em tempos de Covid-19. **Revista FSA**, v. 18, n. 3, 2021. <https://www.researchgate.net/publication/350476596>.,

SANTOS, Michele Flores dos Santos. **Trabalho, precarização e subjetividade em contexto de contrarreforma do Estado: uma análise do trabalho dos assistentes sociais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.,

SARTORI, Marcela Vitória. HOME OFFICE: impactos e oportunidades devido a COVID-19. **Ciências Humanas**, v. 28, n. 138, 29 set. 2024.
<https://doi.org/10.69849/revistaft/pa10202409291146>.,

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.,

SILVA, Valdísia Vieira dos Santos. **As contradições que envolvem o trabalho docente no contexto das políticas neoliberais no Brasil: a precarização e os desafios impostos aos docentes**. 2024. 142 f.,

SIMÕES, P. H. C.; ALVES, J. E. D.; SILVA, P. L. N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 3, p. 541-566, 2016.
<http://dx.doi.org/10.20947/s0102-30982016c0005>.

SIQUEIRA, M. M. M. et al. Escala de suporte organizacional percebido. In: SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 275–284.

SOUZA, D. de O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, e00311143, 2021.
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311>.,

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introdução à pesquisa qualitativa: métodos a partir da teoria fundamentada**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, esp., p. 38–46, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>.

VASCONCELOS, R. N. Teletrabalho no serviço público: da adaptação emergencial à institucionalização. **Revista do Serviço Público**, v. 72, n. 3, p. 553–574, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v72i3.5623>. Acesso em: 22 nov. 2022.



Capítulo 5
***PROJETO CAIXA DO CONHECIMENTO: COMPARTILHANDO O
SABER E A CULTURA***

Márcio Francisco Denzer Krüger

Maele Costa Dos Santos

Bruna Völz Baraldi

Diuliana Leandro

Luciara Bihalva Corrêa

Jones Bittecourt Machado

Carolina Pinz Medronha

Willian César Nadaleti

PROJETO CAIXA DO CONHECIMENTO: COMPARTILHANDO O SABER E A CULTURA

Márcio Francisco Denzer Krüger

*Graduado em Gestão Ambiental-IFSUL, Mestrando em Ciências Ambientais- UFPEL,
marciokruger09@gmail.com*

Maele Costa Dos Santos

*Graduada em Engenharia Química-UNIPAMPA, Mestre em Ciências Ambientais-UFPEL,
Doutoranda em Ciência e Engenharia de Materiais-UFPEL, maeledossantoseq@gmail.com.*

Bruna Völz Baraldi

*Graduada em Gestão Ambiental- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-
Rio-Grandense (IFSUL),bruna_volz123@hotmail.com*

Diuliana Leandro

*Mestra e Doutora em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná.
Coordenadora do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Membro permanente do
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCamb-UFPEL),
diuliana.leandro@ufpel.edu.br*

Luciara Bihalva Corrêa

*Mestra e Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande.
Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. Atua nos Programas de Pós-
Graduação -Especialização em Educação Ambiental; Mestrado em Ciências Ambientais,
luciarabc@gmail.com*

Jones Bittencourt Machado

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Ciências Ambientais (UFPEL) e Pós-graduando em Ciência e Engenharia de Materiais (UFPEL), jones.bittencourt@gmail.com

Carolina Pinz Medronha

Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Pelotas, Mestre em Ciências Ambientais, Pós-graduanda em Ciências e Engenharia de Materiais (UFPEL), carolinamedronha@gmail.com

Willian César Nadaleti

Graduado em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Engenharia de Energia (UNIOESTE), Doutor em Engenharia Ambiental (UFSC), Professor do Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas, willian.nadaleti@ufpel.edu.br

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo, transmitir conhecimento para entidades sociais e escolas públicas através da arrecadação e doação de obras literárias, livros, jornais, gibis e outros, com a realização de momentos de leitura e lazer nas instituições beneficiadas no município de Pelotas/ RS, pelo projeto “Caixa do Conhecimento”. As arrecadações foram realizadas em instituições federais de ensino de Pelotas em diferentes momentos. O projeto continua em andamento e com o mesmo, espera-se despertar o interesse pela leitura, disseminar conhecimentos com capacidade de transformação social, trazer lazer às pessoas pertencentes às entidades que foram beneficiadas, bem como contribuir para uma sociedade com maior capacidade intelectual.

Palavras-chave: Leitura. Conhecimento. Educação. Livros. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The objective of this work was to transmit knowledge to social entities and public schools through the collection and donation of literary works, books, newspapers, comics and others, with the realization of moments of reading and leisure in the institutions benefited in the municipality of Pelotas / RS , through the “Knowledge Box” project. The collections were carried out in federal educational institutions in Pelotas at different times. The project is still in progress and with the same, it is expected to awaken interest in reading, disseminate knowledge with the capacity for

social transformation, bring leisure to people belonging to the entities that were benefited, as well as contribute to a society with greater intellectual capacity.

Keywords: Reading. Knowledge. Education. Books. Environment.

INTRODUÇÃO

A educação tem papel fundamental na participação social e formação das pessoas como um todo, integrando os diferentes conhecimentos que aprendemos no dia a dia. A leitura possibilita que o conhecimento seja transmitido, através de uma viagem a outros mundos, mas dentro do mesmo lugar, permitindo assim uma melhor compreensão dos assuntos e temas abordados. Na atualidade, o hábito de ler deixou de ser sinônimo de conhecimento através das palavras e sua interpretação e juntamente com o avanço das tecnologias na área da informática, o livro tornou-se perdido no tempo, em um momento que a informação é vital para se conhecer melhor, evoluir e proteger o meio em que vivemos.

O leitor pode ler textos de várias fontes, quase que simultaneamente, abrir diferentes obras num mesmo ecrã, criando a possibilidade de "navegar" por diversos textos e fragmentos de textos, escolhendo os rumos da leitura (BIGNOTTO,1998). Formar sujeitos sociais, leitores da realidade em que se inserem e capazes de usar a leitura como instrumento indispensável à sua participação na construção do mundo histórico e cultural, implica garantir uma ação educacional voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, da sua capacidade de interpretar construções simbólicas, de modo que este se torne capaz de ler e pronunciar o mundo (FREIRE,1982).

O mundo através das diversas palavras e expressões nos convida a explorar melhor o conhecimento e a realização da leitura nos mostra como é prazeroso e desafiante a descoberta de novas histórias. Nesta mesma obra, o autor nos traz uma reflexão muito importante e que se aplicam deliberadamente aos dias atuais e nos diz o seguinte: [...] “a biblioteca popular, como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto” (Freire, 2003, p.20).

As tecnologias e seus avanços possibilitaram maiores acessos às obras literárias e materiais para o público de forma digital, trazendo um paradoxo para a sociedade ao

mesmo tempo levando aos leitores conhecimento e expansão da cultura. Em contrapartida, o outro lado da tecnologia trouxe consequências e impactos na sociedade. A descoberta de novos meios de comunicação possibilitou o fácil acesso à informação, com isso os livros e materiais literários perderam espaços na sociedade e parte desse material está virando resíduo e poluindo o meio ambiente.

Alguns estudos de Lopes e Cavalcanti (1998) destacam a abordagem da questão da gestão das cidades, salientam que “poderia ser argumentado que as cidades são a forma mais eficiente de prover a sociedade de uma qualidade de vida melhor, exatamente pela gama de serviços públicos oferecidos, sem falar na riqueza e variedade de sua oferta cultural”. Esses estudos justificam o modo de como devemos mudar a visão da sociedade quanto às questões ambientais, econômicas e sociais existentes, pois elas são a chave do nosso desenvolvimento e sustentabilidade. De acordo com (Loureiro, 2009, p.238) sob o seu contexto para construir um processo democrático e autônomo é preciso cidadãos entendidos como indivíduos historicamente determinados, fazendo parte socialmente emancipações políticas com vistas à transformação societária.

Segundo Quintas (2000, p. 18- 19), uma das características importantes na busca da participação no processo de decisão e na vulnerabilidade socioambiental é agir em conjunto com a sociedade civil organizada e sobretudo com os movimentos sociais, numa visão da educação ambiental como processo constituinte de novas relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza. Para Freire (2003), um texto a ser lido é um texto a ser estudado, o texto exige uma atitude disciplinada e curiosa, procurando compreender os fatos e as coisas que observamos. O autor também comenta, que estudar não é fácil, é o ato de criar e recriar, mas não repetir o que outros dizem, é um ato de revolução.

De acordo com a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL) em parceria com o IBOPE inteligência e Itaú Cultural em 2020, o Brasil possuía cerca de 100 milhões de leitores, cerca de 52% da população. Entretanto, entre os anos de 2015 a 2019, ocorreu uma queda, de 4,6 milhões de brasileiros de 56% para 52% respectivamente. Dos entrevistados, mais de 60% não tinham o hábito de receber livros de presente. A frequência dos leitores que recebiam livros de presente mostrou-se mais elevada quando comparada aos não leitores. As Classes socioeconômicas A, B e C representam a maior parte dos leitores, entretanto também apresentaram queda no ano de 2019 em comparação a 2015. A pesquisa também mostrou que quanto mais baixo o

nível de escolaridade e também com o aumento da faixa etária do indivíduo, menor é o gosto ou interesse pela leitura.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada no ano de 2019 pelo IBGE, a taxa de analfabetismo no Brasil, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, decresceu 0,2 pontos quando comparada ao ano anterior de 2018. A taxa foi estimada em 6,6%, o equivalente a 11 milhões de analfabetos, um número ainda bastante expressivo, pois, representa a queda de apenas 200mil pessoas. Os homens de 15 anos ou mais, pardos e negros e a Região Nordeste, representam as porcentagens mais elevadas nesta estimativa. A transmissão de conhecimento e informação no contexto social, ainda representa um grande desafio para a sociedade brasileira. O conhecimento adquirido através de leituras, tem poder de transformar indivíduos e propiciar novas oportunidades de crescimento pessoal e profissional à pessoas vulneráveis socioeconomicamente. Além disso, a educação é uma das principais ferramentas utilizadas para a preservação do meio ambiente.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo transmitir conhecimento e cultura para as pessoas presentes em escolas, asilos, hospitais, orfanatos, associações de bairros, creches e ONGs, através da arrecadação e distribuição de livros didáticos e literários, visando despertar o interesse pela leitura e evitar o descarte de materiais tão valiosos, prejudicando o meio ambiente.

Educação como meio de transformação social

A Educação é o caminho para a transformação das pessoas, e as mesmas serão transformadoras do meio no qual estão inseridas. O processo de ensino-aprendizagem se torna viável quando a oportunidade para o olhar crítico da realidade que cerca é aberta (ALVES, 2020). O ensino deve conceder a liberdade de expressão nas experiências da vida, com a finalidade de transformá-las em um conhecimento científico. Além disso, o ensino deve ser entendido, como uma forma de despertar o senso crítico, a partir da procura pela expansão da consciência social, para assim atingir-se à autonomia. Portanto, um processo de ensino em conjunto a um processo de conhecimento na elaboração e estruturação de práticas sociais é fundamental. Freire ainda destaca a importância da dimensão cultural, no processo de transformação baseado na cultura da sociedade (ROSA e FILIPAK, 2019). De acordo com Vasconcelos e Brito, o ato de ensinar pode ser entendido como um:

[...] processo dialógico e ativo do qual o educador e [o] educando participam, fazendo com que o educador atue como facilitador e como aquele que apoia o educando, possibilitando-lhe a construção de seu próprio saber. Ensinar não significa transferir conhecimento, mas criar possibilidades de construção desse conhecimento por parte do educando, proporcionando ao outro a percepção crítica da realidade que o rodeia. (VASCONCELOS; BRITO, 2012, p. 97).

A educação é um termo bastante abrangente, correspondente a qualquer prática social que possibilite algum tipo de aprendizagem. Isso significa dizer, que a educação só pode acontecer em um ambiente de interação, mesmo que não ocorra necessariamente em contato direto. Portanto, qualquer atividade que provoque aprendizagem carrega um componente educativo. Enquanto, o ato de “aprender”, pode ser entendido como um simples conhecer de técnicas diversas ou de processos complexos (COLARES et al., 2021). Mais do que uma função social, a educação tem o poder e o compromisso de estimular o processo de aprendizagem e a geração de conhecimento dos aprendizes, para que os indivíduos sejam capazes de ler e entender o mundo, conhecer sua realidade e transformá-la, logo é função da educação promover mudança e esperança, mas, com o poder ação (PETRAGLIA et al., 2020).

Segundo COLARES et al. (2021), o ato de ensinar e aprender quando integrados, produz uma educação que liberta e torna as pessoas mais humanas. E o conhecimento passa agora a ser visto como uma relação estabelecida entre as interpretações da realidade pelas pessoas entre as práticas praticadas por elas, intermediadas pela teoria. Ainda de acordo com os autores, o processo de reflexão sobre a prática induz um questionamento sobre a prática, e um questionamento quando efetivo provoca intervenções e mudanças.

Educação como meio de transformação ambiental

O ser humano interfere diretamente sobre os diferentes ambientes da Terra, gerando mudanças e desequilíbrios consideráveis. Com o desenvolvimento constante das sociedades e dos avanços científicos e tecnológicos, o impacto da ação humana sobre os recursos naturais intensificou-se. É perceptível, pelo crescente ritmo atual da utilização e degradação dos recursos naturais, que a sobrevivência da espécie humana e demais seres vivos, depende fortemente da preservação de todos os recursos, renováveis e não-renováveis. A educação possui um papel fundamental na construção de um mundo

ecologicamente equilibrado e socialmente justo para todos, possibilitando a relação e integração do ser humano no meio em que vive, de maneira mais harmoniosa e mais sustentável. É através da educação, que se torna possível criar uma consciência socioambiental, que preconize o equilíbrio e a conservação da natureza, possibilitando o desenvolvimento de valores e atitudes, por meio de novos conhecimentos adquiridos (LUCAS, 2008).

A geração elevado e o acúmulo de resíduos sólidos, muitas vezes em locais impróprios vêm ocasionando graves problemas ambientais em escala global e levando a sociedade a tomar decisões e medidas mitigadoras para minimizar e conscientizar os cidadãos sobre o aproveitamento, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos sólidos (PELEGRINI e VLACH, 2011). Segundo GODECKE et al. (2013), as questões a cerca dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), sobre geração, aproveitamento, tratamento e destinação final estão relacionadas ao consumo consciente por parte da sociedade, para reverter o colapso ambiental. Os autores destacam que ações relacionadas à minimização da geração de resíduos sólidos devem formar a base do gerenciamento de resíduos, criando ações ligadas a prevenção, visando a não geração, a redução e o aproveitamento de resíduos, em situações nas quais a eliminação completa não for possível. A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental e transformador no combate a degradação ambiental, pois, dissemina a ideia do cuidado, do compartilhamento e da legitimação dos indivíduos em cuidar do planeta Terra, e recusa o paradigma de sua dominação. Logo, a Educação Ambiental está diretamente ligada ao comportamento humano, refletindo em muitos aspetos a relação pessoa-ambiente, partindo de um movimento transformador no qual, as questões ambientais são ressignificadas (CONJO, 2021).

Utiliza a interdisciplinaridade de conhecimentos como estratégia de ensino-aprendizagem dos problemas é o mesmo que compreender que as mudanças que são esperadas em uma sociedade só serão alcançadas através de um trabalho em conjunto. Ao se pensar na sociedade como como agentes da transformação social–em detrimento do pensamento de que somente os cientistas, ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas são capazes de solucionar problemas, deve-se pensar na formação dessas pessoas. Uma sociedade só é capaz de mudar sua realidade social, alcançando desenvolvimento, preservando o meio ambiente, preservando os recursos naturais, elevando a economia, melhorando a saúde da população e outros aspectos, por meio de

um esforço conjunto entre as ciências existentes com o conhecimento de mundo já acumulado (DOS SANTOS et al., 2017).

Educação como meio de transformação econômica

A educação e a transmissão de conhecimento através de qualquer meio tem o poder de transformar a sociedade, não só do ponto de vista social, mas também ambiental e econômico, possibilitando o desenvolvimento de uma determinada região, conforme o grau de conhecimento do povo. E isto, fica evidenciado no Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos publicado pela UNESCO em 2011, no qual os resultados demonstram que a cada ano adicional de escolaridade, a renda individual aumenta em até 10% e a média anual do PIB de um país aumenta em 0,37%. Logo, com o acesso à educação, mais oportunidades de emprego surgem, maior é a renda dos indivíduos, os mesmos passam a depender menos de políticas públicas, e com maiores salários passam a consumir maior quantidade de bens e serviços, conseqüentemente aumentando o PIB do país pela coleta de impostos e redução de gastos em práticas sociais.

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, a educação é um:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Portanto, o direito e acesso à educação, é um dos pilares fundamentais que sustenta o Estado social de Direito, sendo oficializado pela Constituição. Segundo Lonchiati e Motta (2019), a educação é um direito imprescindível para o desenvolvimento completo dos indivíduos, sendo também uma forma de garantia de melhores condições de vida, possibilidade de inserção no mercado de trabalho e exercício da cidadania, e, conseqüentemente, tem poder de contribuir na redução das desigualdades sociais.

Através da educação uma pessoa se torna mais crítica, tem maiores oportunidades de emprego e melhores condições de vida. A Educação além de ser vista como ato de conhecimento, é também vista como uma ferramenta de transformação social com certo cunho político. Este direito fundamental de todo o cidadão, não ajuda no desenvolvimento de uma nação, mas também fortalece o indivíduo. Sua importância vai além do contexto

econômico ou das oportunidades de emprego, a Educação é a garantia do desenvolvimento social, econômico e cultural de todos nós. A grande importância do aprendizado é o compartilhamento dos conhecimentos uns para com os outros (NOVO e MOTA, 2019).

METODOLOGIA

O projeto iniciou-se com a arrecadação dos materiais didáticos e literários, ocorrendo em três atos distintos. Primeiramente foi feita a arrecadação de obras literárias, livros didáticos, revistas e gibis na Instituição Federal de Pelotas -IFSUL Campus Pelotas/RS no final de 2017. Posteriormente, com o material arrecado foi realizada uma triagem inicial para selecionar os materiais em bom estado de conservação e também de acordo com a necessidade de cada instituição a ser destinada. A segunda etapa de arrecadação dos materiais didáticos e literários, ocorreu durante a realização e participação dos integrantes do projeto, no evento VIII Satecambi do IFSul de Pelotas no ano de 2018, posteriormente foi feita a seleção e doação dos materiais.

Na terceira etapa do projeto, as coletas foram realizadas nas Instituições da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel) em 2019, no Centro de Engenharias (CEnge) também conhecido como prédio da Cotada e também no Campus Anglo da UFPel, todos localizados no município de Pelotas/RS, sendo realizadas etapas de seleção e triagem. As entidades selecionadas foram escolas, asilos, associações de bairros, orfanatos, ONGs, hospitais e creches. O critério de escolha das instituições receptoras do material arrecado, foi dado conforme a necessidade da instituição e de sua localização geográfica. Os materiais arrecadados foram transportados às entidades beneficiadas em automóvel disponibilizado pelo IFSul/ Campus Pelotas e também por transporte particular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a primeira etapa realizada no Instituto Federal de Pelotas (IFSul), foi arrecadado cerca de 382 materiais (livros didáticos, livros literários, revistas e gibis), no período de 11\05\18 a 10\07\18, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Dados da coleta dos materiais.

Dia	Número de Materiais
11/05/18	95
25/05/18	91
10/07/18	196
Total	382

Os materiais didáticos recolhidos durante as primeiras etapas de coletas, foram encaminhados para a ONG Anjos e Querubins, localizada no Bairro Getúlio Vargas, para qual foi destinado os 382 materiais (livros didáticos, livros literários, revistas e gibis). Os materiais foram alocados na biblioteca da organização não governamental, efetivando a inauguração desta, permitindo assim que a comunidade tenha acesso facilitado ao conhecimento e leitura através dos livros. Posteriormente, foi realizado a leitura de um conto às crianças conforme mostrado na Figura 1, com o intuito de promover a integração com os leitores, pois, o conto é uma das mais velhas práticas do homem, possuindo a capacidade lúdica e o poder de encantar, constituindo uma maneira da comunidade ver o mundo, onde a força da palavra é responsável pelo estabelecimento de contato entre as pessoas.

Figura 1. (a) Biblioteca da ONG Anjos e Querubins. (b) Leitura de Conto para as crianças da ONG Anjos e Querubins



Além disso, o texto literário possibilita ao leitor realizar viagem a outras épocas do passado, através do pensamento estabelecido pela leitura. Vale ressaltar que durante a sessão de leitura foi explicado ao público presente, a importância que este projeto tem em relação a preservação do meio ambiente, pois uma vez que estes materiais sendo

recolhidos e doados eles acabam deixando de prejudicar o meio ambiente onde vivemos, fazendo parte da política de sustentabilidade dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

Após a realização da primeira coleta, a segunda etapa iniciou com reuniões para aperfeiçoar o projeto, estabelecendo metas de arrecadação de mais materiais, de modo a participar de eventos como a VIII Satecambi do IFSUL Campus Pelotas, na perspectiva de arrecadar mais materiais literários e fazer a divulgação perante a comunidade acadêmica. Durante a participação dos integrantes do projeto no evento acadêmico mencionado, foram arrecadados cerca de 250 livros (didáticos, literários, revistas e gibis), entre os estudantes, professores e o público em geral. A mídia também esteve presente no evento transmitindo reportagens para a TV COM, no qual o presente projeto “Caixa do Conhecimento” ganhou destaque e notoriedade em parceria com a VIII Satecambi no ano de 2018. Os materiais coletados neste evento, foram guardados e triados. A separação foi realizada conforme a necessidade de cada instituição a ser destinada, agendando visitas aos locais e contribuindo de maneira positiva levando conhecimento e cultura.

Nesta segunda etapa do projeto, os materiais arrecadados foram distribuídos para a Sociedade Espírita Assistencial Dona Conceição localizada no bairro Centro, cerca de 250 livros (didáticos, literários, revistas e gibis), juntamente com a realização de uma ação recreativa de leitura com as crianças do pré-escolar e das primeiras séries do ensino fundamental, com a finalidade estimular a leitura e mostrar a importância de se preservar o meio ambiente através da arrecadação e doações destes materiais, conforme mostrado na Figura 2. Dentre as atividades realizadas, também foi feita a leitura de um conto para as crianças, incentivando o conhecimento através dos livros.

Figura 2. Distribuição e leitura para crianças da escola Dona Conceição



Para Cardoso e Faria (2016) esta atividade pedagógica de leitura estimula a imaginação, autonomia do pensamento, para além de proporcionar a vivência de diversas emoções, ajudando a criança no entendimento de seus sentimentos e na resolução de seus conflitos próprios. A educação pode ser entendida, como transmissão a cultural de uma geração a outra, com objetivos de adaptar a geração mais nova ao meio social constituído (DILL, 2007). Com a valorização da base escolar, é possível superar a problemática educacional, conseguir incluir todos de maneira igual, e contribuir para superação de desafios e problemas educacionais do presente. O ser humano é o produtor de sua história, aquele individuo que interpreta, analisa, reflete e propõe ações tem potencial de expressar-se com clareza, sair da imaginação e tornar o conhecimento adquirido em realidade (JESUS et al.,2017).

Em meados de 2019, o projeto foi expandido para a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), inserindo alguns pontos de coleta nas instalações do Centro de Engenharias da UFPel (CEnge) e no Campus Anglo – UFPel, caracterizando a terceira etapa do projeto.

A escolha desses pontos foi estratégica, o que permitiu a arrecadação de uma grande quantidade de diversos materiais literários. As caixas de coleta, foram alocadas nas instituições juntamente com um cartaz explicativo do projeto e de seu principal objetivo, conforme mostrado nas Figuras 3 e 4.

Figura 3. Ponto de arrecadação no Centro de Engenharias da UFPel (CEnge)



Figura 4. Ponto de arrecadação no Campus Anglo- UFPel



Após essa terceira etapa de coleta, foi realizado novamente uma triagem desses materiais literários e o encaminhamento a instituição adequada já estabelecida. A escolha da instituição, foi feita pelo tipo de material arrecado e também de acordo com a localização geográfica. A Tabela 2 mostra o total arrecadado em momentos diferentes nas instituições da Universidade Federal de Pelotas.

Tabela 2. Materiais totais arrecadados no Centro de Engenharias da UFPel e no Campus Anglo da UFPel em Pelotas/RS.

Dia	Nº Total (CEnge + Anglo)
05/08/19	230
15/12/19	250
Total	480

Com a arrecadação nestas duas instituições da UFPel, foi realizado a distribuição de cerca de 200 livros didáticos e literários na Escola Ferreira Viana no Bairro Balsa (Pelotas/ RS). Após este evento, em dezembro de 2019, cerca de 250 livros coletados, foram distribuídos para a Associação do Bairro Balsa, no qual a maioria dos materiais, se tratavam de livros didáticos, que seriam utilizados para o conhecimento da população para melhor aperfeiçoar seus estudos junto ao ensino primário (1º Grau) e posteriormente o segundo grau (2º) para as pessoas daquela comunidade. Assim que os livros foram entregues ao presidente da associação do bairro, já ficaram disponíveis para leitura, conforme mostrado na Figura 5.

Figura 5. Materiais Literários encaminhados para a Associação Bairro Balsa



De acordo com FREIRE et al. (2006, p. 41) as atividades de EA no ensino fundamental devem se voltar à sensibilização dos alunos a respeito dos problemas ambientais, trabalhando suas percepções de ambiente, contribuindo para um pensamento crítico. A atualidade nos coloca em caminhos paralelos, ao mesmo tempo em que as tecnologias avançam, muitos livros estão sendo deixados de lado e muitos deles possuem um vasto conhecimento a ser oferecido aos leitores. Atualmente, percebemos que poucas pessoas possuem o hábito da leitura, pois a tecnologia vem avançando cada vez mais e os meios eletrônicos, como computador, celular e tablets, vêm tomando cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas. Neste aspecto podemos considerar outros dois fatores: a questão econômica, pois muitos sujeitos, embora possuam o hábito da leitura, não o praticam devido à questão financeira (o livro ainda é caro no Brasil) não possam adquiri-lo e o acesso, pois muitos sujeitos não têm acesso a bibliotecas (há escolas, asilos, casas de menores que não possuem biblioteca). É necessário incluir todos indivíduos no que diz respeito ao domínio do conhecimento, despertando o interesse de aprender e entender, daquilo que é exigido neste tempo e espaço, pois a educação pode ser tida como “uma atividade mediadora no seio da prática social global” (SAVIANI, 2012).

A questão ambiental está diretamente envolvida neste projeto, pois muitos destes livros são descartados, nem sempre de maneira adequada, ao invés de serem repassados e assim ganhar um novo público interessado, abrindo viés para o conhecimento e despertando interesse de seguir este processo, dando mais “vida” e diminuindo o acúmulo de resíduos depositados em aterros. Apesar de o Brasil possuir uma grande desigualdade social devido a fatores como má distribuição de renda e desenvolvimento social, estamos passando por uma grave crise econômica, interferindo em todas as camadas da sociedade. Problemas como desemprego, criminalidade, greves e evasão da sociedade têm sido frequentes, transfigurando de maneira inversa os valores da vida na sociedade e no meio ambiente afetando a qualidade de vida das pessoas através da ineficácia de serviços prestados pelo órgão público aumentando a poluição nas cidades e ocasionando diversos impactos que refletem diretamente na qualidade de vida das pessoas. Com a execução deste projeto, podemos ter a ligação com as atividades de Educação Ambiental, em que lendo e mostrando para as crianças a importância de se preservar o meio ambiente, elas acabam aprendendo que os livros de modo geral podem ser repassados adiante assim outras pessoas podem adquirir o hábito da leitura e de preservar o meio ambiente.

Para Jesus et al. (2021) a atualidade está cada vez mais exigente e necessita de seres com a capacidade de pensar e atuar, que possuam a capacidade de realizar suas ideias, exigir seus direitos, conhecer seus deveres, compreender o mundo ao seu redor, mas sempre sendo conhecedores das ciências, das tecnologias, da filosofia, buscando e levando conhecimentos.

É importante destacar que o “Projeto Caixa do Conhecimento” participou da Mostra ROB de ciências do IFSUL no ano de 2019, no qual ganhou o segundo lugar na categoria de Humanas e Sociais, conquistando medalha de prata, demonstrando assim seu potencial de transformação social. Além disso, este projeto continua em andamento e segue avançando para próximas etapas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler é reformular significados tantas vezes quantas forem necessárias, a partir do encontro entre novas ideias e opiniões, daí decorre a conclusão de que é nos textos e pelos textos que podemos adquirir a competência de operar a criativamente, um tipo de saber cada vez mais singular na contemporaneidade, ressaltando que, na literatura, o homem,

por meio da palavra e de sua capacidade criadora, recorta parte da realidade, cria o texto por meio do qual manifesta seu discurso, que está presente na obra de arte, portanto a literatura é arte, e como tal é manifestação da alma e inteligência humana.

O projeto buscou levar a todas as instituições escolhidas, não somente os materiais arrecadados como livros didáticos, livros literários, revistas e gibis, mas também o hábito da leitura e a importância da preservação ambiental, com a redução e reutilização de resíduos sólidos celulósicos, que poderiam estar sendo destinados incorretamente prejudicando o meio ambiente ou até mesmo indo parar em aterros ocupando o lugar de materiais que realmente necessitam estar lá. Além disso, é através da educação e da disseminação do conhecimento que teremos chance de transformar o mundo em um lugar melhor, com menor desigualdade social, com mais oportunidades de emprego, com mais conscientização ambiental e preservação do meio ambiente e espécies, com redução dos índices de criminalidade, melhor qualidade de vida e alegria.

Com este projeto, espera-se despertar o gosto e apreço pela leitura, além de disseminar informações e lazer às pessoas pertencentes às entidades que foram beneficiadas. Como sugestão para trabalhos futuros, os autores recomendam a realização de pesquisas e entrevistas a respeito do hábito de leitura de alunos em escolas de ensino básico, fundamental e médio, principalmente no âmbito de obras literárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco Marcos. Educação e transformação da sociedade. Revista **Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/educacao-e-transformacao-da-sociedade>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BIGNOTTO, Cilza Carla. O Computador e a leitura "natural" - **IN: Leitura: Teoria & Prática / Associação de Leitura do Brasil - nº 32, dez (1998)-** Campinas, S.P: Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 fev. 2022.

CARDOSO, Ana Lúcia Sanchez; FARIA, Moacir Alves de. A Contação de Histórias no Desenvolvimento da Educação Infantil. Universidade Nove de Julho. **Publicações**, v.6., 2016. Disponível em: <<http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v6-2016/ARTIGO-ANA-LUCIA-SANCHES.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998.

COLARES, M. L. I. S. .; FONSECA, A. D. .; COLARES, A. A. A educação no processo de transformação social: refletindo sobre a prática docente. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021003, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660256. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660256>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CONJO, M. P. F. et al. O Covid-19 e meio ambiente, Educação Ambiental como ferramenta alternativa para consciencialização das pessoas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 6, p. 62–81, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.51891/rease.v7i6.1356>>. Acesso em: 15. out. 2021.

DILL, J. The challenge of contemporary moral education. **Journal of moral education**.Vol. 36, n.2, p 221-237, 2007.

DOS SANTOS, D. B.; DE SOUZA, C. R.; MOREIRA, L. M. Da educação ambiental à transformação social: reflexões sobre a interdisciplinaridade como estratégia desse processo. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 156–172, 2017. DOI: 10.14295/remea.v34i2.7014. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7014>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

FREIRE, Jamile; NASCIMENTO, Maria de Fátima; SILVA, Sueli Almuiña Holmer. **Diretrizes curriculares de educação ambiental: as escolas da rede municipal de ensino de Salvador**. Salvador: Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 2006. 164 p. Disponível em:< <http://educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/Diretrizes-ambientais.pdf>> Acesso em 15 de julho de 2019.

FREIRE, Paulo et al. **A importância do ato de ler**. 2003. Disponível em :<<https://iseo.com.br/wp-content/uploads/2015/05/030-Importancia-ato-ler-Paulo-Freire.pdf>>Acesso em : 12 Jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 6. Ed. Paz e Terra, 1982.

GODECKE, Marcos Vinicius; NAIME, Roberto Harb; FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla. O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 8, n. 8, p. 1700-1712, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação 2019. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf > Acesso em: 22 Jan. 2022.

IPL (Instituto Pró-Livro).**Retratos da leitura no Brasil**.5ed., 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura-IPL_dez2020-compactado.pdf .Acesso em: 22 jan. 2022.

JESUS, ANS; ANDRADE, A. F.; ARAÚJO, A. S. Desafios atuais da educação: reflexões sobre a constante busca da (re) construção da práxis pedagógica no processo de inclusão social de nossos alunos. VI Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. **Anais [...]**. ATAS do VI SIMPEPÓS-EDU–Londrina, p. 282-291, 2017.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 184 p.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LONCHIATI, Fabrizia Angelica Bonatto; MOTTA, Ivan Dias da. DIREITO À EDUCAÇÃO: um estudo do artigo 205 da constituição federal. **Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica**, [S.l.], v. 2, n. 1, jul. 2019. ISSN 2674-7286. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/red/article/view/3158/7>>. Acesso em: 28 Mar. 2022.

LUCAS, G. Educação ambiental: processo de transformação social. **Revista Mosaicum**, [S. l.], v. 4, n. 7, 2020. DOI: 10.26893/rm.v4i7.395. Disponível em: <<https://revistamosaicum.org/index.php/mosaicum/article/view/395>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

NOVO, Benigno Núñez; MOTA, Antonio Rosembergue Pinheiro. **A educação como instrumento de transformação da sociedade**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 31, nº 1638, 2019. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-constitucional/4466/a-educacao-como-instrumento-transformacao-sociedade>>. Acesso em 25 mar. 2022.

PELEGRINI, D. F.; VLACH, V. R. F. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem / The multiple dimensions of environmental education: towards an approach expansion. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 23, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11547>> Acesso em: 28 mar. 2022.

PETRAGLIA, Izabel Cristina; DIAS, Elaine T. Dal Mas; DE ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. Educação e transformação da realidade planetária: esperança e utopia. **Olhar de Professor**, v. 23, p. 1-14, 2020.

ROSA, Sandra Regina Bernardes de Oliveira. FILIPAK, Sirley Terezinha. Paulo Freire: Educação como transformação social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 12, Vol. 06, pp. 131-141. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/paulo-freire>>Acesso em: 27 mar. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. (1944). 11 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos**, 2011.

Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-summary-pt.pdf>> Acesso em: fev. de 2022.

VASCONCELOS, M. L. M. C.; BRITO, R. L. P. de. **Conceitos de educação em Paulo Freire: glossário**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



Capítulo 6
***ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM
DESAFIO A ENFRENTAR***

Joama Silva Diniz
Josefa Liane Ataliba Teixeira
Vivianne Souza de Oliveira Nascimento

ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DESAFIO A ENFRENTAR

Joama Silva Diniz

Mestra em Estudos Literários, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional-PPGEP/IFRN sob orientação da Professora Dr^a Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; joamasilvadiniz@gmail.com

Josefa Liane Ataliba Teixeira

Aluna ouvinte na Disciplina Gestão e avaliação de políticas da Educação Profissional 2024.2

Vivianne Souza de Oliveira Nascimento

Doutora em Educação pela UFRN; Professora permanente do IFRN; vivianne.oliveira@ifrn.edu.br

RESUMO

Este artigo pretende discutir a compreensão de política pública integrada e os desafios postos para essa integração. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na qual utilizou-se como recursos metodológicos a revisão de literatura em estudos de autores como Secchi(2014), Wu *et al.* (2014), Azevedo (2004), Belloni (2007), Souza (2006). A integração de políticas públicas é um desafio a ser enfrentado diante da realidade geográfica brasileira. Destaca-se como resultados que o êxito na integração de uma política pública se dá por meio da concretização dos processos de concepção, implementação e avaliação. Assim, é possível concluir que as descontinuidades acabam formando lacunas que impossibilitam a integração ou políticas públicas que foram pensadas e implementadas como se as dinâmicas fossem independentes. Sendo assim, foi sugerida uma proposta de articulação que tem por objetivo aproximar setores envolvidos para participarem com diferentes atores que podem se apropriar e opinar sobre questões inerentes a efetividade das ações desenvolvidas.

Palavras-chave: Política Pública. Integração. Superação. Efetividade.

RESUMEN

Este artículo pretende discutir la comprensión de las políticas públicas integradas y los desafíos planteados para dicha integración. Se trata de una investigación bibliográfica en la que se utilizó como recursos metodológicos la revisión de literatura en estudios de autores como Wu et al. (2014), Azevedo (2004), Belloni (2007) Souza (2006). La integración de las políticas públicas es un desafío a ser enfrentado ante la realidad geográfica brasileña. Destaca como resultados que el éxito en la integración de una política pública se da a través de la concreción de los procesos de concepción, implementación y evaluación. Así, es posible concluir que las discontinuidades terminan formando lagunas que imposibilitan la integración o políticas públicas que fueron pensadas e implementadas como si las dinámicas fueran independientes. Por lo tanto, se sugirió una propuesta de articulación que tiene como objetivo acercar los sectores involucrados para participar con diferentes actores que pueden apropiarse y opinar sobre cuestiones inherentes a la efectividad de las acciones desarrolladas.

Palabras clave: Política Pública. Integración. Superación. Efectividad.

INTRODUÇÃO

Discute-se ao longo deste trabalho a relevância de uma política pública integrada para a sociedade brasileira a partir da seguinte questão de pesquisa: Quais as características de uma política pública integrada no campo social da educação que contribuem para sua relevância e eficácia na sociedade brasileira?

Para responder a essa questão, este estudo adotará uma abordagem qualitativa, envolvendo uma revisão de literatura com base na análise de estudos e pesquisas existentes sobre políticas de educação no Brasil, com foco em políticas integradas e suas características.

O objetivo deste artigo é discutir a compreensão de uma política pública integrada e como a integração contribui para a relevância e eficácia tendo como resultado a compreensão sobre como são formuladas essas políticas contribuindo para propostas mais efetivas e inclusivas.

Figura 1- caminho da pesquisa



Fonte: elaboração própria com uso do aplicativo Canva

Pensar em políticas públicas pressupõe reconhecer alguns conceitos e paradigmas, a fim de compreender como cada organização, seja pública ou privada, se comporta e atua no contexto social, político e econômico, considerando o histórico das populações envolvidas, bem como os interesses das comunidades para as quais as políticas públicas são criadas.

Segundo Neves (2024), o modelo tradicional de política pública pode ser chamado de Burocrático e é caracterizado por uma estrutura hierárquica rígida, com processos lineares e uma forte dependência de regulamentos e normas. O modelo inovador também conhecido como participativa e colaborativa aposta em ferramentas como a Internet para facilitar o acesso da população à informação, o envolvimento em processos decisórios e a participação em projetos públicos.

Nesse sentido, as políticas públicas se alternam ao longo do tempo de acordo com as perspectivas políticas e sociais de cada tempo histórico, considerando-se as demandas vigentes a cada época. Um exemplo de modelo tradicional de política pública adotada no Brasil é o de prestação de serviços, no qual o governo fornece serviços diretamente à população, como educação e saúde.

Já entre os modelos de políticas públicas com características inovadoras, está o modelo de governança colaborativa que envolve a participação de múltiplos atores, incluindo governo, sociedade civil e setor privado, na definição e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, pensar na gestão permite a organização de tarefas e procedimentos, conforme pensado pelos tomadores de decisão. Ao fazer uso de um desses modelos o Estado influencia a maneira como conduz a ação pública.

No Brasil a atenção sobre políticas públicas se intensifica de forma mais evidente a partir do final dos anos oitenta e década de noventa do século passado, alavancada pelo processo de redemocratização estabelecido no país, cujo foco passa a serem os direitos sociais estabelecidos e alicerçados na Constituição Cidadã, promulgada em cinco de outubro de 1988 (Brasil, 1988) e que se tornou o principal símbolo do processo de redemocratização nacional brasileira.

Paralelo ao processo de redemocratização estabelecido no país surge o advento da internet que mundialmente se tornou instrumento forte e presente na definição, elaboração e efetivação de políticas. Ao mesmo tempo em que favorece mecanismos de participação que conduzem a atuação dos governos, a fim de se adequarem ao novo paradigma de governo aberto, cujas ações partem das demandas coletivas advindas da população a qual detém o poder de sugerir, atuar e fiscalizar. Segundo, Neves, 2014, p.9:

Em 2011, o Governo Federal do Brasil instituiu, por meio do Decreto sem número de 15 de setembro, seu Plano Nacional sobre Governo Aberto, com o objetivo de promover ações e medidas que visem incrementar a transparência e o acesso à informação pública, à melhoria na prestação de serviços públicos e ao fortalecimento da integridade pública. A medida não era um ato isolado do governo brasileiro. Este trabalhava com outros sete países, no desenho de uma iniciativa com a finalidade de promover tal agenda internacionalmente.

Logo, pautado nos princípios de transparência, participação cidadã, e inovação por meio da Tecnologia da Informação, um modelo de gestão pública que se permita chamar de governo aberto ¹deverá promover a inovação no setor público seguindo bases democráticas e participativas. Para tanto, há de se estabelecer mecanismos de participação e controle populares nas diversas esferas sociais o que consiste em permitir ao cidadão um papel protagonista e emancipador ao invés de meramente espectador.

¹ O que é Governo Aberto. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/principios>. Acesso em 12 de maio de 25.

Depreende-se que a partir da participação democrática deve contribuir para conter a perda de confiança da sociedade para com os governos e ao mesmo tempo incentivar a população a participar ativamente no processo de tomada de decisão sobre as políticas públicas que afetam diretamente a vida dos cidadãos.

Assim, iniciativas que proponham governos mais transparentes, participativos e com ações voltadas a responsabilidade e a prestação de contas são necessárias ao acompanhamento das ações governamentais e com o auxílio das novas tecnologias a sociedade e os governos dispõem de ferramentas que podem ser úteis aos princípios de transparência consagrado na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Acesso à Informação ² (Lei nº 12.527/2011).

Nesse sentido, uma abordagem multissetorial entre administração governamental, sociedade e demais atores podem contribuir para a integração e como resultado a melhoria na articulação das políticas públicas. Assim, é possível notar a partir Secchi (2009, p.362) que:

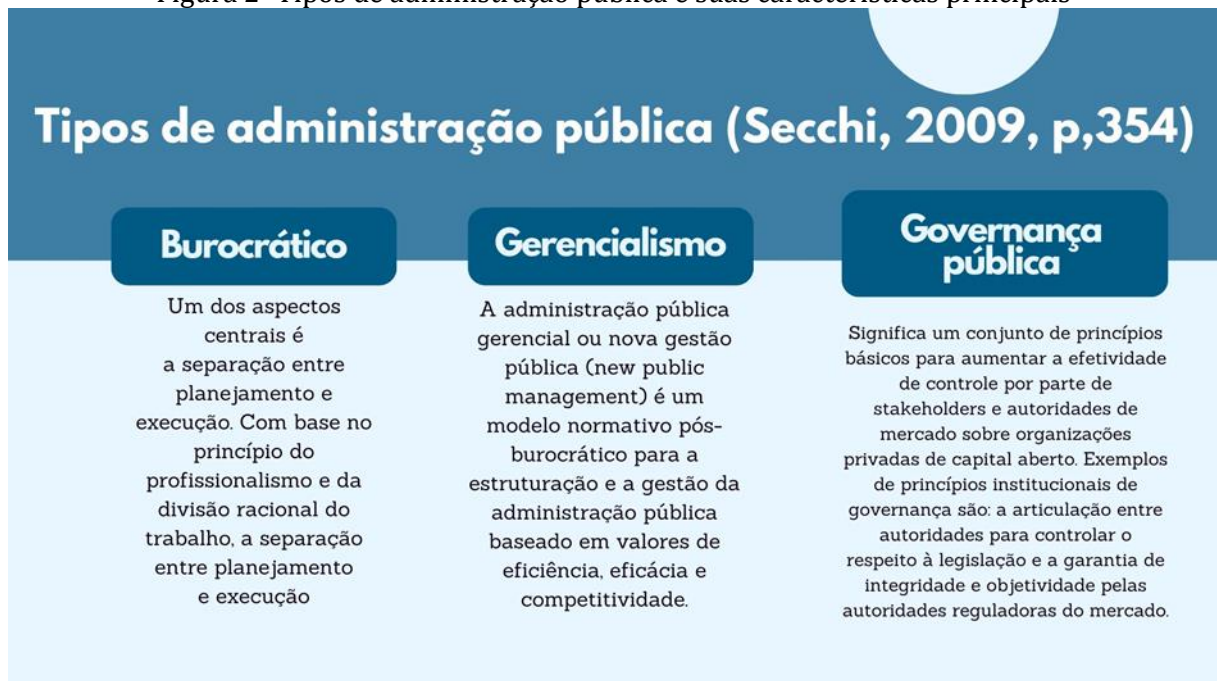
[...] os elementos distintivos dos modelos burocráticos, do modelo gerencial (administração pública gerencial+ governo empreendedor) e da governança pública, analisando conceitos sensíveis como função sistêmica, relação sistêmica com o ambiente, separação entre política e administração, função administrativa essencial, discricionariedade administrativa e tipo de tratamento que a administração pública tem com o cidadão.

Nesse sentido, considera-se a importância da governança multissetorial para a eficácia das políticas públicas a partir da evolução dos modelos de administração pública. Portanto, a integração entre governo, sociedade civil e outros atores (como setor privado) é essencial para políticas públicas mais eficientes. Isso alinha-se ao conceito de governança que valorize a colaboração e a transparência.

Dessa forma, a governança pública (modelo mais recente) supera limitações dos modelos anteriores ao incorporar a transparência (via Lei de Acesso à Informação) e colaboração. Assim, os modelos de administração se inter-relacionam. Secchi (2009) mostra os diferentes modelos de administração pública:

² Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 de maio de 25

Figura 2- Tipos de administração pública e suas características principais



Fonte: elaboração própria com uso do aplicativo Canva

A inovação na gestão pública está intrinsecamente ligada à capacidade de articular e integrar políticas públicas de forma sistêmica, superando a fragmentação institucional e promovendo colaborações entre diferentes setores e níveis de governo. Essa abordagem integradora possibilita a otimização de recursos, a coordenação de ações e a efetiva resolução de problemas complexos, que demandam intervenções multidisciplinares e intersetoriais.

Ao adotar mecanismos de governança pública, como a articulação entre as autoridades, o Estado amplia sua eficácia na entrega de serviços públicos, garantindo coerência e complementaridade entre as políticas. Dessa forma, a inovação surge não apenas da adoção de tecnologias, mas da reconfiguração dos processos decisórios em prol de uma gestão mais participativa e orientada para resultados integrados, conforme aponta Secchi (2009).

Nesse sentido, a inovação na gestão pública é um campo em expansão e mostra como a tecnologia pode contribuir no desenvolvimento da gestão eficiente. A inovação no setor público envolve a implementação de novas maneiras de fortalecer o empoderamento do cidadão, desenvolver negócios públicos e aumentar a eficiência e eficácia dos serviços públicos, impulsionados pelas modernas tecnologias de informação e comunicação.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA PÚBLICA

Entende-se por política pública aquela relacionada ao desenvolvimento de uma ação pensada a partir de uma demanda social. As políticas públicas dirigidas para as cidades são os programas, os projetos, as decisões estratégicas, as atividades governamentais que tenham como foco de trabalho a cidade. De acordo com Wu *et al* (2014, p.139):

Com uma população cada vez maior, crises financeiras recorrentes, a pobreza generalizada e questões ambientais agravantes, como alterações climáticas – um dos problemas mais importantes de nossa época –, a necessidade de políticas públicas sólidas nunca foi tão grande. Esses e outros problemas coletivos urgentes são vastos demais para que as comunidades, muito menos os indivíduos, os resolvam por conta própria: só os governos têm o potencial para resolvê-los. Ainda assim, o potencial efetivo de ação do governo muitas vezes não é utilizado, pelo menos em parte, porque muito poucas organizações do setor público estão preparadas para enfrentar problemas públicos complexos de uma forma integrada, coerente e adaptável.

Nesse sentido, o autor aponta questões sociais como a desigualdade social, questões ambientais, sociais e econômicas no contexto global e de que forma essas questões impulsionam a necessidade de políticas públicas consistentes e efetivas na resolução ou na diminuição de seus impactos na vida das comunidades.

Assim, a abrangência dessas questões estabelece a necessidade de atuação da esfera governamental, pois são questões complexas que individualmente seria de difícil resolução. No entanto, a efetividade das ações nem sempre é alcançada uma vez que setores do campo governamental não estão preparados para responder aos problemas complexos de maneira integrada.

A gestão de políticas públicas incluem normas e modelos que tratam de decisões, elaboração, implementação e avaliação. É importante salientar que essas etapas não ocorrem de forma isolada; envolvem a colaboração de diversos atores e setores, incluindo, além do governo, instituições da sociedade civil e o setor privado. Azevedo (2004, p. 5) afirma que “[...] o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”.

Azevedo (2004) considera, ainda, política pública como o conjunto de decisões adotadas pelo Estado no sentido de atender as necessidades e os anseios da sociedade,

nesse sentido as políticas públicas estão relacionadas em direcionar esforços para resolver questões coletivas e promover o bem-estar social. A autora ressalta que as políticas públicas são elaboradas dentro de um cenário de interações sociais e políticas, onde uma variedade de interesses e pontos de vista são levados em conta e negociados. “as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou Estado em que tem lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria (Azevedo, 2004, p.5)”.

Essa característica diversa das políticas públicas evidencia a relevância de abordagens colaborativas e intersetoriais, com o objetivo de que as ações se tornem efetivas e respondam às complexidades da sociedade atual. Assim, a criação de uma política pública não se dá de maneira isolada, mas, sim, como parte de um processo dinâmico de tomada de decisões e gestão, que visa harmonizar os interesses do Estado com as demandas sociais.

As políticas públicas podem ser analisadas a partir das etapas que a compõem e podem ser compreendidas sob a perspectiva do ciclo político. Segundo Secchi (2014, p.33), o processo de elaboração de uma política pública também pode ser chamado de ciclo de políticas públicas e é formado pelas seguintes etapas: “Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção”.

Depreende-se a partir das características apontadas por Secchi (2014) que os aspectos do modelo burocrático aparecem nas fases de definição de agenda, formulação da política e execução, uma vez que nessas fases existe uma demanda de trabalho racional de reconhecimento, definição e proposição de soluções.

Por sua vez, o modelo gerencial pode se fazer presente nas etapas de identificação do problema, formulação da política e execução quando há necessidade de propostas de políticas eficiente e eficazes com análise da viabilidade técnica, financeira e política.

Embora o autor apresente o ciclo de políticas de forma sequencial essas fases, podem na prática se sobrepor e interagir de forma complexa, com retroalimentação entre elas.

Destaca-se, a partir Secchi (2014), que a etapa da construção da agenda é relevante, pois é o momento em que um determinado problema ganha visibilidade e entra no âmbito

das discussões e que acontece a mobilização dos tomadores de decisões políticas com a apercepção que determinada situação exige uma intervenção pública.

Assim, as políticas públicas envolvem diferentes atores e níveis de decisão, isso significa que embora seja materializada por meios dos governos não se restringe a essa esfera. Nesse sentido, a política pública permite distinguir o que os governos pretendem fazer e o que, de fato, fazem. Outra característica é que a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados no curto e no longo prazo. De acordo com Wu *et al* (2014, p.52):

A formulação de políticas como usou o termo aqui, se estende por todo o processo da política pública. Assim, a busca por novas opções de políticas pode preceder o início de um problema de política pública na definição de agenda e pode estender-se para além do ponto em que uma decisão é tomada e implementada, até a avaliação dos possíveis meios existentes e futuros de resolver problemas públicos.

Nesse sentido, ao articular as etapas de identificação do problema, formulação da política, implementação, monitoramento e avaliação, os formuladores podem desenvolver uma perspectiva que busque compreender as diversas etapas em sua totalidade, sem desconsiderar as complexidades e interdependências das questões públicas.

Essa articulação permite melhor coordenação entre as diferentes fases do ciclo, reduzindo a fragmentação e aumentando a capacidade de resposta às necessidades e demandas da sociedade. Além disso, a integração do ciclo de políticas públicas facilita a incorporação de respostas e o aprendizado contínuo, permitindo que as ações sejam ajustadas e aprimoradas ao longo do tempo em resposta às mudanças nas condições e prioridades que possam surgir a partir da avaliação.

No entanto, os atores políticos nem sempre possuem os mesmos interesses, notadamente se intensifica no Brasil a discussão sobre a participação popular e o estabelecimento de políticas públicas que atendam às demandas sociais referentes a direitos básicos, sobretudo daqueles em situação marginal. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que se intensificaram as discussões, e veem se intensificando, ainda mais, desde os anos 2000 quando as ferramentas tecnológicas permitiram maior democratização pelo acesso à informação. Segundo Sousa (2016, p.20):

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das

instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade.

Dessa forma, o arcabouço legal que define ferramentas de controle de gastos dos governos, bem como a destinação de recursos públicos com cifras direcionadas com obrigatoriedade de prestação de contas pelos gestores públicos vem colocar na esfera pública e digital os dados e informações que até então eram sigilosos e acessados exclusivamente por operadores credenciados dentro da própria esfera governamental.

Nesse sentido, destaca-se como marco legal de importância ímpar para a democratização da informação e possibilidade de maior participação popular no destino dos recursos públicos a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - Lei n. 101, de 4 de maio de 2000.

Essa legislação é importante para articulação e interação das políticas públicas, pois os aspectos gerenciais de uma boa governança supõe a otimização de recursos e a partir da aprovação LRF que foram criados diversos mecanismos de controle, fiscalização e correção de gestores públicos, cuja gestão não siga os princípios estabelecidos para aplicação dos recursos públicos. Com isso, é possível realizar, por exemplo, o acompanhamento da execução orçamentária de uma determinada política pública.

Nesse sentido, a LRF preconiza que existam nas três esferas federativas União, Estados e Municípios instituições e agentes responsáveis por um conjunto de políticas que previnam e combatem o emprego inadequado de recursos públicos e a corrupção por meio de fiscalização e controle interno de procedimentos e gastos.

No topo da pirâmide estatal temos a Procuradoria Geral da União que tem nos estados e municípios seus congêneres nos tribunais de contas estaduais e procuradorias gerais municipais. Junte-se a esses em esferas mais acessíveis à população, visto que são constituídos de representantes advindos das comunidades e serviços dos diversos conselhos e associações responsáveis por atuarem na fiscalização dos serviços prestados à população nas esferas federal, estadual e municipal.

Entretanto, manter uma estrutura pública eficiente do ponto de vista de garantir ao cidadão a qualidade, eficiência e eficácia dos bens e serviços que produz e oferece constitui-se um constante desafio aos gestores públicos. Nesse sentido:

[...] novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina (Sousa, 2016, p.20).

Conciliar princípios democráticos de tomada de decisão e atuação com princípios de eficiência gerencialista, os quais não se afastam de um ideal de eficiência e eficácia, sobretudo quando passam por mecanismos de mensuração e validação torna-se uma tarefa árdua, e nem sempre, bem sucedida, estando fadada ao fracasso quando se comete o equívoco de implantar na seara pública a abordagem meramente empresarial.

Dessa forma, quando se vive um contexto em que as ferramentas digitais estão acessíveis a maioria da população nas diversas esferas sociais e econômicas não se concebe um estado cujos dados e informações públicas estejam envoltas em uma aura de obscuridade e segredo.

Como dito anteriormente, as ausências de transparência nos atos realizados pelo governo ferem o princípio democrático de participação e obscurece o exercício da cidadania que consiste em tornar o cidadão capaz de promover mudanças na sua própria realidade a partir da sua atuação efetiva nos rumos da sua comunidade local, regional e quiçá federativa.

Isso pode comprometer a articulação e a integração de políticas públicas, uma vez que sem acesso a informação clara sobre ações, orçamentos e decisões, diferentes órgãos podem trabalhar de forma desalinhada gerando lacunas na implementação de políticas. Sem transparência, a sociedade civil não consegue monitorar ou contribuir para ajustes nas políticas, fragilizando o controle social.

Por fim, vimos que o ciclo das políticas públicas compreende formulação, implementação e monitoramento, então a falta de transparência enfraquece esse ciclo o que resulta em ações desarticuladas.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PARA O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Uma política pública integrada só existe a partir do momento em que a sociedade civil muda à percepção de clientelismo e dependência com o poder político. Essa percepção pode ser alcançada quando a sociedade passa a ter consciência do seu papel de agente e fiscalizador com capacidade de avaliar as políticas públicas, para, dessa forma, transformar ações fragmentadas e voltadas aos interesses minoritários ligados ao poder econômico e às elites, visando alcançar o objetivo de atender ao público que realmente é o objeto da política. Seguindo Belloni (2007, p.14):

Avaliar é uma ação corriqueira e espontânea realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é, assim, um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro. Faz parte dos instrumentos de sobrevivência de qualquer indivíduo ou grupo, resultado de uma necessidade natural ou instintiva de sobreviver, evitando riscos e buscando prazer e realizações.

Os processos avaliativos podem ter diferentes funções, os mais comuns são processos para informar e definir políticas públicas com a finalidade de afirmar sua pertinência e efetividade auxiliando os gestores na tomada de decisões e com o objetivo de melhorar suas gestões.

Nesse sentido, a importância da avaliação de políticas públicas tem se tornado cada vez mais relevante no Brasil, especialmente com a expansão das políticas públicas nas áreas sociais. Assim, a avaliação:

[...] têm favorecido a transparência das ações públicas e privadas, ampliado o acesso a informações, qualificado processos de implementação, melhorado o gasto público e ajudado agendas a ganharem relevância, demonstrando que as conexões entre avaliação, democracia e redução de desigualdades são efetivamente possíveis (Silva, Joppert & Gasparini, p.4, 2020).

Dessa forma, o processo de avaliação de políticas públicas cumpre uma função essencial para o aprimoramento da participação democrática e da própria democracia já que contribui para a transparência e eficiência dos processos de acordo com as diretrizes estabelecidas, seus objetivos e interesses.

O processo de elaboração de diretrizes para a prática de avaliação no Brasil envolve a participação de diversos atores, incluindo educadores, especialistas em avaliação, gestores públicos entre outros. Nesse sentido, o uso das diretrizes não deve estar associado a mero cumprimento de regras como uma lista de prioridades, mas, como plataforma de reflexões. Logo, “[...] o uso das Diretrizes trará sempre desafios. Potencialmente sinérgicas, elas também disputarão a energia dos atores e dos processos” (Silva, Joppert & Gasparini, 2020, p.12).

Nesse sentido, os autores trazem as quatro dimensões das diretrizes para ampliar a qualidade das avaliações: aprendizagem e utilização, contextualização e valorização, direitos e integridade, método e viabilidade (Silva, Joppert & Gasparini, 2020). Assim, essas dimensões permitem que as diretrizes tenham padrões que permitam garantir a qualidade dos processos avaliativos e isso é fundamental para reduzir desigualdades.

Essas diretrizes são fundamentais para estabelecer parâmetros e orientações que garantam a qualidade, a equidade e a transparência dos processos avaliativos de forma a garantir que as etapas do monitoramento e da avaliação sejam executadas e assim evitem a fragmentação da política que tende a acontecer sem mecanismos de fiscalização.

A prevalência de uma abordagem gerencialista na avaliação de políticas públicas pode ter impactos significativos nos processos democráticos e na participação cidadã. Nesse sentido, Faria (2005, p.101) afirma que:

[...] Reconhecida, portanto, a hegemonia quase incontestada da perspectiva gerencialista – e recorde-se que essa é a tônica dada à implantação dos sistemas de avaliação pelos organismos multilaterais, que têm investido sistematicamente nesse processo ao disponibilizar assistência técnica e financiamento, ao articular redes de profissionais, ao sensibilizar lideranças políticas e acadêmicas e ao atrelar o financiamento de projetos à exigência de avaliação –, parece-nos oportuno inventariarmos as distintas formas de uso esperado e potencial da avaliação de políticas públicas, para que possamos ampliar a nossa percepção do viés político da pesquisa avaliativa.

Nesse sentido, a avaliação é uma etapa fundamental para a integração de uma política pública, pois permite verificar, por exemplo, sua eficácia além de facilitar ajustes e melhorias. É por meio do processo de avaliação que se verifica se a política está alcançando seus objetivos.

Assim, a abordagem gerencialista está associada à perspectiva da avaliação com ênfase nos resultados em detrimento dos processos. Dessa forma, a abordagem

gerencialista frequentemente enfatiza a transparência e a prestação de contas, o que pode fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

Dessa forma, para minimizar possíveis efeitos negativos e incentivar a participação cidadã é importante destacar que os processos gerenciais de avaliação estejam associados a mecanismos de participação popular no sentido de integrar as diferentes abordagens.

No uso da avaliação como instrumental conceitual, segundo Faria (2005, p.105) existe uma predominância “quase exclusiva na utilização instrumental, intraburocrática, da avaliação das políticas públicas ou, quando muito, nas interações entre decisões, gestores e população beneficiária”. Isso posto, compreende-se que, a avaliação, enquanto instrumental conceitual, desempenha um papel crucial tanto no processo de persuasão quanto no esclarecimento de ideias, influenciando diretamente a tomada de decisões.

Nesse sentido, a avaliação é uma ferramenta fundamental que pode ser usada tanto para influenciar quanto para esclarecer. Sua influência no processo de tomada de decisão é significativa, desde que seja conduzida com rigor, transparência e ética. Quando bem aplicada, a avaliação contribui para decisões mais acertadas, eficazes e justas, beneficiando indivíduos, organizações e a sociedade como um todo e permitindo corrigir falhas e adaptar a política pública a mudanças sociais, por exemplo, colaborando para a articulação e a integração desejada.

POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS E EDUCAÇÃO

No campo educacional a avaliação de políticas públicas é um campo vasto de pesquisa tomando por base o volume de programas, projetos e ações governamentais frutos de políticas públicas diversas implantadas ao longo dos anos e de sucessivos governos.

A avaliação educacional concentra-se na avaliação de situações de aprendizagem, isto é, quando um indivíduo ou grupo são submetidos a processos ou situações com vistas à aquisição de novo conhecimento, habilidade ou atitude; refere-se, assim, à análise de desempenho de indivíduos ou grupos, seja após uma situação de aprendizagem ou, regularmente, no exercício de uma atividade, em geral, profissional. É, também, avaliação educacional aquela que se destina à análise de currículos ou programas de ensino, seja de um curso (ex.: engenharia ou pedagogia), seja de um nível de ensino (ex.: ensino fundamental), seja de uma modalidade (ex.: magistério de nível médio), seja de curso de formação profissional de curta duração (ex.: panificação). A avaliação institucional tem como objeto instituições ou políticas públicas, em

especial, as políticas setoriais. Refere-se, também, à avaliação de instituições prestadoras de serviços públicos, como educação, saúde, dentre outras (Belloni, 2007, p.16-17).

No sentido enfatizado por Belloni (2007) a avaliação de políticas públicas educacionais pode ser definida como um conjunto de ações e estratégias sistematicamente implementadas por períodos previamente definidos, objetivando analisar procedimentos e ações aferindo resultados identificando fragilidades no processo que possam ser corrigidas, a fim de garantir a eficiência, eficácia e cumprimento adequado das metas previstas contribuindo para a integração e a articulação das políticas públicas no âmbito educacional.

Sendo a política pública uma ação intencional do Estado no sentido de atender demandas da sociedade, deve prever na sua elaboração um processo consistente de avaliação que considere o contexto econômico, social e político no qual se estabelece de modo que sua aplicabilidade seja adequada às necessidades sociais, bem como considere os condicionantes a sua efetivação.

Um processo de avaliação consistente deve conhecer os fatores positivos da política implementada, apontar equívocos, insuficiências e inadequações e contribuir para o aperfeiçoamento e reformulação da política prevendo a análise quantitativa e qualitativa do seu produto.

Nesse sentido, a avaliação de políticas públicas educacionais alinha-se a etapa de avaliação de uma política e deve buscar a compreensão da realidade, posto que a avaliação de políticas públicas educacionais esteja voltada para o processo decisório. Segundo Belloni (2007), a avaliação deve responder aos questionamentos e possibilitar valor e relevância, bem como para oferecer contribuições para reformulações e melhoramentos.

A educação como prática social vem enfrentando ao longo dos anos problemas e desafios que se intensificam à medida que surgem novas demandas, sobretudo no contexto tecnológico atual, cuja efervescência do mundo digital e midiático atinge diretamente crianças, adolescentes e jovens que acessam o sistema de ensino. Nesse sentido, Wu *et al* (2014, p.139) afirma que:

Para estar à altura do desafio de governar, as sociedades modernas, acima de tudo, os governos e gestores públicos precisam reconhecer as interligações complexas e inesperadas que existem e surgem entre os problemas públicos. Para lidar com essas questões de forma adequada,

eles precisam definir instituições e práticas que conduzam a responder às complexidades dos problemas que enfrentam e ajustá-las.

No Brasil, estão em andamento ações governamentais (Programa Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Sistema único de Saúde, Política Nacional de Assistência Estudantil) que respondem como políticas públicas, visando atender às demandas inerentes a direitos e necessidades dos grupos sociais que, por vezes, ficaram à margem dos direitos básicos para digna sobrevivência da pessoa humana, entre eles a educação.

Destaca-se que, pobreza, violência, desemprego, exclusão social, entre outros são questões sociais que permeiam o contexto educacional brasileiro exigindo a elaboração de políticas públicas que de maneira integrada e articulada deem conta de atender aos cidadãos na sua integralidade.

Ademais, saúde, educação, segurança pública, habitação, transporte são alguns dos setores onde a sociedade civil organizada e o poder público vem envidando esforços para fomentar políticas exclusivas e setoriais que atendam às necessidades básicas da população por meio de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

Diante de tais garantias constitucionais, a concretização da integração de políticas públicas no âmbito da educação parte do pressuposto de que os seus processos de concepção até a implementação necessitam de participação democrática. Dessa forma, permite-se que a efetiva colaboração entre todos os entes envolvidos se configura como grande desafio na sociedade brasileira. Sobre esse desafio Wu *et al* (2014, p.140) afirmam que:

Na criação de políticas públicas, a integração engloba dois componentes: objetivos e processos. É de se esperar que as sociedades tenham metas concorrentes e sobrepostas; não há o que fazer. No entanto, o que as sociedades podem fazer é conceituá-las de forma coerente, para que possam ser perseguidas de comum acordo. Pode haver a necessidade de permutas entre os objetivos, mas também pode haver sinergias entre objetivos aparentemente conflitantes que podem ser aproveitadas. Todavia, metas coerentes entre si não são o suficiente – também são necessários processos integrados, a fim de acertar escalas com instrumentos eficientes e eficazes para alcançá-las.

Há, assim, o entendimento de que investir em políticas para a educação pública é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade. Desse modo, compreende-se que, as inúmeras ações que estão em voga relacionadas ao tema da educação, apesar de alcançarem todos os níveis de educação indo da Educação Infantil ao Ensino Superior,

ainda estão distantes de equacionar tantos reveses, tendo em vista a inadequação de algumas ações e, por conseguinte a ausência de integração entre elas.

Nesse sentido, pensar políticas públicas para educação é refletir sobre a superação das desigualdades, em especial no Brasil, com suas diferenças regionais em que áreas periféricas e rurais são as mais afetadas. Assim, é necessário que as ações sejam pensadas para ampliar a qualidade da educação e concretizar as ações de integração visando à superação dos entraves.

Destaca-se como exemplo de política pública de educação profissional e tecnológica por sua articulação e integração com outras esferas a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)- Lei nº 9.394/96 em seu Art. 39 estabelece que “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. Brasil, 1996.

Dessa forma, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias- IFs ofertam cursos de educação profissional e tecnológica que são desenvolvidas de forma indissociável com o ensino médio regular. Isso significa que o estudante, ao mesmo tempo em que cursa as disciplinas da base nacional comum do ensino médio também estuda as disciplinas técnicas de sua área de escolha, tudo em um único currículo e na mesma instituição.

Britto e Araújo (2024) afirmam no artigo “O acesso ao Ensino Médio Integrado e o direito à educação básica” publicado na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT³) que “Estudantes que concluíram o ensino fundamental e buscam uma habilitação profissional técnica com vistas à sua inserção no mundo do trabalho, sem prejuízo da formação generalista, encontram nos cursos de EMI das instituições da REFEPT a oportunidade de acessar gratuitamente essa formação” Britto e Araújo (2024, p.6).

Assim, a integração é ponto central, pois o aluno não precisa cursa o ensino médio e depois um curso técnico, o que garante a ele uma formação mais completa e

³ Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14903/4296>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

aprofundada, além de integrar a formação geral com a formação técnica fomentando a inovação.

Diante do exposto, apresenta-se um quadro síntese com exemplos dos desafios para articular e integrar políticas públicas em diferentes contextos de gestão.

Dimensão	Desafios	Exemplos
Institucional	Fragmentação de estruturas governamentais e competências sobrepostas	Secretarias municipais, estaduais e federais com ações desconexas.
Político	Conflitos de interesses entre partidos ou grupos no poder	Troca de gestores e descontinuidade de programas com mudança de governo

Fonte: Elaboração própria, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe para o debate acadêmico o campo de integração de políticas públicas. Na busca pelo direcionamento de políticas públicas integradas voltadas à garantia de que suas ações realmente se concretizem na vida das pessoas. Destaca-se a ausência de apontamentos mais precisos quanto à concretização dessa integração na sociedade, principalmente nas políticas que se destinam à educação.

Nesse sentido, sugere-se a continuidade de pesquisas sobre a temática no sentido de colaborar com o campo de pesquisa de política pública e a partir das considerações apontadas, nesse trabalho, permitir uma análise de uma política específica para melhor compreender o problema para o qual a política pública foi pensada, suas fragilidades e caminho a seguir e da mesma forma o modo de agir dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pela política pública.

Dessa forma, os resultados dessa pesquisa apontam para um vasto campo de possibilidades para novas investigações acerca da temática, considerando a democratização da educação como uma conquista social, especialmente quando voltamos à análise para políticas públicas para os jovens das classes populares do país, que têm na maioria das vezes, apenas na educação a possibilidade concreta para transformar a sua condição de vida social.

Portanto, mais produções científicas sobre essa temática podem contribuir com o olhar mais atento para a integração das ações considerando que as políticas públicas

necessitam ser reavaliadas a partir das particularidades dos indivíduos e das comunidades onde estão sendo desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Letícia Couto e BRITO, Leonardo Leônidas de. **O acesso ao Ensino Médio Integrado e o direito à educação básica.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 3, n. 24, p.1-22, nov. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14903/4296>. Acesso em 18 de mai. 2025.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** 3 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 de mai.2025.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BORGES, Luís Maurício Martins. **O sentido da integração da política pública do Brasil na América do sul.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política de Avaliação de Políticas Públicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 2-, n.59 outubro/2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de abr. 2025.

FERREIRA, Vitor Claudio Paradela, et. al. **Modelos de gestão.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LOTTA, Gabriela. e FAVARETO, Arilson. **Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil.** Revista de Sociologia e Política Curitiba, v. 24, n. 57, pp. 49-65. 2016.

NEVES, Otávio Moreira de Castro. **Princípios de governo aberto como fatores para a confiança da sociedade civil organizada no governo.** Brasília: Enap, 2024.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.** Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público-FUNCEP, 1986.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

_____. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** Revista da Administração Pública, 347-369, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 15 de mai.2025.

SILVA, Rogério Renato; JOPPERT, Márcia Paterno; GASPARINI, Max Felipe Vianna (organizadores) **Diretrizes para a prática de avaliação no Brasil.** 1. ed. – Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, n. 16, pp. 20-45. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de abr. 2025.

WU, Xun; RAMESH M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** 2014. Brasília: Enap, 2014.



AUTORES

Adriana Manrique Tomé

Psicóloga pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Psicologia pela Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES, Buenos Aires, Argentina. Atualmente é professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) campus de Diamantino. E-mail: adriana.tome@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6001-1076>

Antonio Jorge Fernandes

Universidade Potiguar/Ecossistemas Ânima, Natal,RN- Brasil. E-mail: afer@ua.pt

Bruna Völz Baraldi

Graduada em Gestão Ambiental- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL),bruna_volz123@hotmail.com

Carlos Vladimir Da Frota

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Natal, Brasil. E-mail: vladimirfrota@gmail.com

Carolina Pinz Medronha

Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Pelotas, Mestre em Ciências Ambientais, Pós-graduanda em Ciências e Engenharia de Materiais (UFPEL), carolinamedronha@gmail.com

Clayton Costa Da Silva

Universidade Potiguar/Ecossistemas Ânima, Natal,RN- Brasil. E-mail: clayton.costasilva1980@gmail.com

Diuliana Leandro

Mestra e Doutora em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCamb-UFPel), diuliana.leandro@ufpel.edu.br

Elaine Cristina L. Sena

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima. Natal, RN, Brasil. E-mail: elaineclsena@hotmail.com

Joama Silva Diniz

Mestra em Estudos Literários, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional-PPGEP/IFRN sob orientação da Professora Dr^a Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; joamasilvadiniz@gmail.com

Jones Bittencourt Machado

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Ciências Ambientais (UFPEL) e Pós-graduando em Ciência e Engenharia de Materiais (UFPEL), jones.bittencourt@gmail.com

José Moisés Nunes da Silva

Docente titular do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, atuando como professor de Matemática nos cursos técnicos e licenciaturas e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (2004). Licenciado em Matemática (1985) e Bacharel em Ciências Contábeis (1992) pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Auditoria (1995) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade EJA pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (2010). E-mail: moises.silva@ifrn.edu.br

Josefa Liane Ataliba Teixeira

Aluna ouvinte na Disciplina Gestão e avaliação de políticas da Educação Profissional 2024.2

Luciara Bihalva Corrêa

Mestra e Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. Atua nos Programas de Pós-Graduação -Especialização em Educação Ambiental; Mestrado em Ciências Ambientais, luciarabc@gmail.com

Maele Costa Dos Santos

Graduada em Engenharia Química-UNIPAMPA, Mestre em Ciências Ambientais-UFPEL, Doutoranda em Ciência e Engenharia de Materiais-UFPEL, maeledossantoseq@gmail.com.

Márcio Francisco Denzer Krüger

Graduado em Gestão Ambiental-IFSUL, Mestrando em Ciências Ambientais- UFPEL, marciokruger09@gmail.com

Matheus de Oliveira e Silva

Professor de Inglês e especialista em Educação Inclusiva. Graduado em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Paulista (UNIP), possui MBA em Educação Especial e Inclusão Social pela mesma instituição e é pós-graduado em Libras (tradução, interpretação e docência) pela Faculdade Unintese/RS. Atua nos Ensinos Infantil, Fundamental I e II, com experiência em metodologias ativas, ensino bilíngue e produção de materiais adaptados. Desde 2018, mantém contato direto e constante com a comunidade surda, experiência que enriquece sua prática docente e fortalece seu compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva. Seu trabalho pedagógico é voltado à valorização da diversidade e à desconstrução de estigmas sociais, especialmente os que afetam pessoas com deficiência. Desenvolve projetos que incentivam a autonomia, o protagonismo estudantil e o debate crítico sobre os impactos dos estereótipos sociais na formação da identidade e na saúde emocional dos alunos. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-8998-3968"

Nilton Soares Formiga

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, com estágio doutoral realizado na Universidade Rural do Rio de Janeiro, em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Atualmente é professor da Pós-graduação em Administração e Psicologia Organizacional (respectivamente, nível doutorado e mestrado) na Universidade Potiguar, Natal-RN, Brasil. E-mail: nilton.soares@unp.br e nsformiga@yahoo.com. Orcid: http://orcid.org/0000-0003-4907-9736

Rafael Tarcisio da Silva

Policial Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Licenciado em História (UFRN), Bacharel em Direito (UERN), Tecnólogo em Serviços Jurídicos e Notariais (UNIASSELVI), Especialista em Direito do Trabalho (FAVENI), Especialista em Docência no Ensino de História (FACUMINAS).

Rafaela De Sousa Andrade Plutarco

Universidade Potiguar/Ecossistemas Ânima, Natal,RN- Brasil. E-mail: rafaellplutarco@hotmail.com

Samira Celeste Rocha De Souza

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima. Natal, RN, Brasil. E-mail: samirarochoa@uern.br

Vivianne Souza de Oliveira Nascimento

Doutora em Educação pela UFRN; Professora permanente do IFRN; vivianne.oliveira@ifrn.edu.br

Willian César Nadaleti

Graduado em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Engenharia de Energia (UNIOESTE), Doutor em Engenharia Ambiental (UFSC), Professor do Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas, willian.nadaleti@ufpel.edu.br

 EDITORA
ÓPERA

ISBN 978-658528436-3



9 786585 284363

